

## **ATA 257ª PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos 23 dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às oito horas, pelo aplicativo google meet, realizou-se a ducentésima quinquagésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente interina Patrícia Carvalho Gomes, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, João Victor de Almeida Chaves - Secretaria de Estado de Planejamento Gestão – SEPLAG, Sílvia Gracia Oliveira – Secretaria de Estado de Educação, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, Vilma Sá - Secretaria de Estado de Saúde – SES, Aloísio Soares de Lima Junior – COGEMAS, - Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes: Luana de Castro - Secretaria de Estado de Planejamento Gestão – SEPLAG -, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira – Regional MG, Silvestre Dias – Secretária de Estado de Fazenda, Gabriele Sabrina da Silva - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Domingos Sávio de Araújo – CMAS de BH, Damião Braz (Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME, Marcio Alves Evangelista – CMAS Itabira, Cláudia Maria Bortot Falabella - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Vilma Sá – Secretaria de Estado de Saúde – SES, Luanda do Carmo Queiroga – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Mayra Bispo – Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas E, também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Carla Nesia Silva Duarte, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Ana Claudia – SEDESE, Joana Moraes – SEDESE, Rosilene Teixeira - SEDESE, Mariana de Resende Franco – SEDESE, Jeane Araújo – SEDESE, Felipe Gustavo – SEDESE, Pedro Ferreira – SEDESE, Rosângela Paulino, Rosiane Reis, Maryene Mesquita, Jessica Teixeira. **PATRÍCIA PRESIDENTE INTERINA:** Bom dia a todas e a todos, vamos iniciar a 257ª Reunião Plenária Ordinária do CEAS. Vou solicitar à Secretaria Executiva para fazer a menção dos conselheiros presentes. **ROSA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Está bem, eu posso fazer. Gabriele, pela Sedese; Aloísio, Cogemas; Cláudia Falabella, pela Sedese; Silvestre, Secretaria da Fazenda; Sandra Veloso, Montes Claros; Márcio Alves Evangelista, Itabirito; Patrícia, Cress; Luanda, Fórum dos Trabalhadores; Irajá, Apoinme; Elerson, Cáritas; Mayra, Fórum dos Trabalhadores de Salinas. Deixei alguém, gente? De falar, que chegou nesse período? **SÍLVIA, SEE/MG:** Eu cheguei mais cedo e você não me falou. **ROSA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sílvia, desculpa. Sílvia, perdão, você estava logo depois do Silvestre. Desculpa, Sílvia. Eu falei o Silvestre e pulei você. **SÍLVIA, SEE/MG:** É porque eu fico quietinha, é por isso. **ROSA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não, você foi a primeira a chegar. **PRESIDENTE INTERINA:** Nossa, está joia, pessoal. Obrigada, Rosa. Considerando que nós já temos quórum, nós podemos passar para o nosso próximo ponto, que é apreciação da ata 256. A ata foi enviada pela Secretaria Executiva por *e-mail* para todos os conselheiros, eu gostaria de saber se algum conselheiro tem alguma consideração a fazer. Eu quero aproveitar, também, pedir apoio da Secretaria Executiva, dos meus colegas da mesa diretora,

para que a gente possa observar e fazer cumprir o Regimento Interno no dia de hoje, e me orientando em relação aí à condução hoje, uma vez que nosso presidente não pôde estar presente, ele justificou por motivos pessoais. Já estou vendo aqui as manifestações no *chat* em favor da aprovação da ata, como nós não tivemos nenhuma manifestação contrária, nós podemos considerar aprovada? Ok. Nós passamos para o próximo ponto, que é a justificativa da ausência. O Presidente Cristiano, como eu disse agora, ele não pôde participar da reunião ontem e hoje, justificou em função de questões pessoais, e a gente fica na torcida aí para ele, para a que as coisas se resolvam da melhor forma possível, que Deus abençoe. Peço à Secretaria Executiva que apresente as demais justificativas de ausência, por favor. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Justificativa, Patrícia, nós temos a da Natália, que já havia justificado questões de trabalho, por estar batendo agenda, uma vez que essa reunião foi alterada a data. E nós temos também as questões dessas pendências, por exemplo, a Ariadna que comunicou a saída, embora ainda não tenha formalizado, então acho que talvez por isso ela não está aqui hoje, assim como outros conselheiros que estão aguardando também publicação nesse processo de saída, mas sem uma devida formalização. Mas, que justificou mesmo, formal, foi só a Natália mesmo e o Cristiano. **PRESIDENTE INTERINA:** A Laureci informou no grupo de *WhatsApp* que ela não iria participar e que a Graal indicaria outro representante via grupo de *WhatsApp*. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sim, ela mandou isso pelo *WhatsApp*, mas o que a gente está considerando é porque a Ariadna também é o mesmo processo, ela confirmou sim. A gente considera que eles seriam conselheiros, pelo menos até a formalização de seu órgão, enviando para a gente um ofício. Falando isso, a gente não tem. Nessa situação, nós temos: a Ariadna; a Laureci; o Geraldo Amarildo, que a SEF também indicou a substituição, o Silvestre deve ir para titular, mas essas questões ainda não estão resolvidas. Não temos as devidas publicações, as formalizações desses casos. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Paula, muito obrigada. Nós podemos passar para a apreciação da pauta. No primeiro momento, previsto os informes; Sedese, CIB e outros; posse de conselheiros, e aí a Mayra Paula Bispo Moura do Fort-Salinas já foi nomeada, assim como o João Bosco Paulinelli Cabral, da Seapa e Rosiane Reis Delfino Furtado, do CMAS Campo Belo. Em seguida, a definição do cargo de presidente do CEAS, que aguarda publicação. No caso, nós não tivemos a publicação da nomeação de alguns conselheiros que já foram indicados, com isso eu solicito a retirada desse ponto. Eu acredito que a Mariana também vá solicitar a retirada desse ponto de pauta, da definição do cargo do presidente. Pontos de pauta, de apresentação e deliberação: Plano Estadual de Educação Permanente do Suas-Mg, discussão e elaboração de propostas a serem levadas para a reunião do dia 5/11, revisão do PPAG 2020/2021, em seguida intervalo do almoço e no retorno sobre a recomposição da Secretaria Executiva, em seguida a recomposição das comissões, tem Comissão de Ética, Comissão Eleitoral, substituição dos conselheiros

representantes no NEEP, Núcleo de Educação Permanente, composição da comissão para acompanhamento dos recursos emergenciais, posteriormente as comissões temáticas e às 17h horário previsto para encerramento. Eu vi que a Conselheira Sandra solicita um ponto de pauta. Sandra, por favor. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Bom dia a todos e a todas. O ponto de pauta é o seguinte: eu participei de uma reunião da Comissão Estadual de Avaliação Psiquiátrica a pedido do CEAS. Inclusive eu reportei ao Cristiano, no mesmo dia que eu participei da reunião, eu reportei a temática para ele, o assunto, inclusive sugerindo que a comissão pudesse participar de uma reunião de CEAS e pedi a ele que levasse isso para a mesa diretoria, para que eles pudessem fazer essa discussão conosco. Eu gostaria era de reportar ao CEAS o que foi discutido e que, obviamente, culminou com meu encaminhamento junto à comissão e eu trouxe para o CEAS uma reunião que essa comissão pudesse estar presente. Eu gostaria de pontuar, dar esse *feedback* para o CEAS, já que eu estive lá representando o CEAS. Muito obrigada. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Sandra. A gente poderia incluir no momento dos informes ou você considera melhor a gente colocar como ponto de pauta? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Desculpa, gente, o microfone estava desligado. Eu disse o seguinte, que se os informes eles puderem deliberar, tudo bem, porque eu fiz o encaminhamento lá junto com a comissão e que gostaria de ver a possibilidade de o CEAS assumir isso daí, sabe? Que na verdade é trazer eles para uma reunião com o CEAS, reservar um espaço para que a comissão possa trazer a discussão. Penso ser uma discussão pertinente, no momento exato eu colocarei, e eu penso que o CEAS é interessante que pare para ouvir a comissão, é isso. Mas, se for, Patrícia, se houver a deliberação, eu não tenho nenhum problema não. O importante é retornar a discussão, que eu acho que é uma discussão que é pertinente. Isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Entendi. Como é deliberativo, eu sugiro colocar como último ponto de pauta depois das comissões. Se a Secretaria Executiva puder mandar aqui, no grupo dos conselheiros, a pauta porque eu estou acessando pelo celular e não estou conseguindo visualizar mais. Eu saí da tela da convocação e não estou conseguindo achar mais aqui porque mudou o *layout* do aplicativo do *Google Meet*, eu estou com dificuldade. Se puder enviar no grupo, eu abro pelo computador. **ROSA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Está bem. Eu estou mandando para você agora, no seu *WhatsApp*. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada. Submeto a pauta do dia a apreciação da plenária, os conselheiros que concordam com a pauta com inclusão feita pela Conselheira Sandra, por favor, permaneçam como estão. Estou vendo que não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*, em relação a pauta do dia, podemos considerar a pauta aprovada. Passando para o primeiro ponto de pauta, que é dos informes, eu gostaria de passar a palavra para Sedese, o representante que gostaria de apresentar os informes. **GABRIELE, SEDESE:** Bom dia todos e a todos. Gabriele, Sedese, eu vou projetar aqui rapidinho. A gente utilizou a mesma lógica dos informes que a gente faz lá na CIB, onde é bem breve, até para a ilustrar mesmo. Vocês

estão conseguindo visualizar a minha tela e me ouvir? Vou projetar aqui. Bom, aí bem rapidamente, gente, o que a gente traz não é novidade para todos, mas assim, um lembrete de situações recentes, sistemas recentes que estão abertos no âmbito do Suas. Esse primeiro lembrete é sobre o demonstrativo anual de prestação de contas do governo federal, que é preenchido no sistema Suasweb. Ele foi aberto no dia 29 de setembro de 2020, pela Portaria 130. Os prazos são disciplinados na Portaria 113/2015, então são 60 dias para os gestores preencherem e 30 dias para os conselhos aprovarem. E aí, a União deixou bem claro que não haverá prorrogação desse prazo, tendo em vista o encerramento do exercício. É importante, principalmente porque agora é o momento que está na gestão, mas eu acredito que no mês de novembro e, principalmente dezembro, isso já vai ser levado aos Conselhos Municipais de Assistência Social para a aprovação. A gente sabe que o não preenchimento, por exemplo, do demonstrativo do IGD Suas e do IGD do Bolsa Família na data prevista implica em bloqueio imediato dos recursos, então a gente só dá esse lembrete mesmo das datas e é importante o CEAS, posteriormente, ajudar a mobilizar os conselhos municipais. Outro lembrete é que o Censo Suas está aberto, é um processo de monitoramento anual de todos os equipamentos, dos órgãos gestores e dos conselhos de assistência social também. O Censo também implica em bloqueio de recurso, quando não preenchimento de alguns dos seus formulários, aí a gente deixa o calendário do Censo Suas. O Censo Conselho estava previsto para abrir no dia 19 de outubro, mas até quando eu olhei estava com problema ainda, não tinham aberto, tanto o Censo Conselho, Gestão e Fundo. Ele estava um pouco atrasado, mas aí a gente vai se comunicando, na página do Censo Suas a gente consegue ver quais que já abriram, quais que já estão disponíveis para preenchimento. Aí o prazo final é dia 11 de dezembro, dentro do período de retificação para quem iniciou o preenchimento no prazo. Aí qualquer dúvida a gente tem a diretoria de vigilância da Sedese, que apoia, também o *link* aí do Censo, que tem perguntas e respostas, o *e-mail* da vigilância e do Ministério da Cidadania. E bem rapidamente a gente traz para a CIB e também para o CEAS um pouco do acompanhamento das ações de educação permanente que são realizadas. Principalmente nesse ano as ações de apoio técnico à distância, realizadas pela Sedese, e de janeiro a setembro de 2020 a gente conseguiu alcançar 10.337 participações de 834 municípios mineiros. É um alcance de 97,7%, como a gente conversou um pouco ontem, na pauta do Plano de Educação Permanente, a gente executa, as nossas ações têm alcance, mas elas precisam se aprimorar cada vez mais, por isso inclusive a gente pauta o Plano de Educação Permanente aqui no CEAS, hoje, aí o detalhamento dessas ações eu não vou passar. Uma publicação que saiu recente foi essa orientação técnica sobre utilização de CadÚnico, da concessão de descontos, isenções e taxas de mensalidades das instituições de ensino. Saiu um perguntas e respostas sobre a utilização do Piso Mineiro, as cinco parcelas extras do recurso da Lei Complementar 173 também foi publicada recentemente. Quanto ao recurso extraordinário,

inclusive que foi pactuado na CIB e deliberado aqui no CEAS, o plano de serviços continua aberto para preenchimento. O prazo é dia 30 de outubro, a gente destacou aqui que a Sedese já iniciou, ontem, o pagamento dos recursos extraordinários dos municípios que já concluíram, ou seja, preencheram e aprovaram pelo conselho o plano de serviço do Sigcon. Também é importante mobilizar os municípios nesse sentido, porque conforme eles estão preenchendo, já estão recebendo o recurso em parcela única em conta. Aqui também, de material de orientação técnica a gente destacou o “Perguntas e respostas”, que eu já mencionei, e também houve um tutorial para preenchimento desse plano de serviços extraordinário. E, paralelo a isso, a gente também pactuou na CIB um prazo para o demonstrativo de prestação de contas dos recursos do Piso Mineiro, aqui a gente já está falando de recurso ordinário, então a gente sabe que tem um passivo de prestação de contas de 2017, 2018, 2019 e as prestações de contas foram disponibilizadas no Sigcon também, com prazo de 30 de novembro para os gestores, 31 de dezembro para o conselho aprovar. Aí também tem um vídeo, um passo a passo para acesso ao demonstrativo, lá no blog do Suas-MG. Eu não sei se a Ana está aí e quer falar sobre o Aproximação Suas, ou eu posso conduzir aqui? Não estou conseguindo ver o *chat*, nem as presenças mais. **ANA CLÁUDIA, SEDESE:** Você quer que eu faça? Ou quer fazer, Mari? **MARIANA, SEDESE:** Eu quero falar só um pouquinho... Bom dia, gente, agora no microfone. Eu quero só complementar a questão do pagamento dos municípios, das parcelas do recurso extraordinário, que nós pagamos essa semana aproximadamente 123 municípios que foram os que enviaram primeiro. Essa semana a gente recebeu aproximadamente mais 100 municípios que a gente já vai pagar na próxima semana, é muito importante essa divulgação porque estamos pagando na medida em que os municípios estão enviando. Quanto mais rápido eles enviarem para gente os planos de serviços aprovados, preenchidos e aprovados pelos conselhos municipais, mais rápido esse recurso vai cair na conta. E, como vocês sabem, é um recurso que deve ser gasto esse ano porque é totalmente vinculado à pandemia. Nessa parte eu gostaria só de frisar isso. Posso falar um pouquinho do Aproximação Suas também, e se a Ana quiser, ela complementa. O Aproximação Suas é uma ação orçamentária dentro do programa nosso, do PPAG da assistência social. Aí até mencionar que a gente fez essa apresentação na Assembleia, na reunião de audiência pública da Assembleia que teve quarta-feira. Disponibilizei para vocês também, ontem no *e-mail* do CEAS, porque eu participei da reunião da comissão de orçamento a tarde, o Aproximação Suas é um projeto estratégico do governo, com foco nos municípios de menor IDH do estado. E eu gostaria de trazer até na próxima plenária, a gente está fazendo uma apresentação mais específica sobre o Aproximação Suas, porque nós estamos tentando captar recursos, para esse programa, para o ano de 2021. E em 2020 – no início de 2020, antes da pandemia – nós fizemos os mapas falados, diagnósticos, teve um seminário com os municípios da região de Teófilo Otoni, foram 16 municípios atendidos. E,

agora, para o fim do ano a gente vai retomar esses seminários com esses 16 municípios. Para vocês entenderem, o Aproximação Suas é uma parte de um grande projeto estratégico do governo, que envolve outras áreas, para além da Sedese, envolve: infraestrutura, envolve água, saneamento, geração de renda, e na parte específica da Sedese, a gente entra com apoio técnico e articulação das equipes municipais de assistência com os outros serviços do território. A gente vai retomar agora, em dezembro, com os 16 municípios da região de Teófilo Otoni e, para a 2021, a gente vai ampliar para municípios da região do Norte de Minas, de Salinas e Montes Claros. É mais um informe, mas já também fazendo um pedido aqui para acrescentar, que eu gostaria de trazer porque eu tenho discutido com a equipe da Subas e parece que não houve nenhuma apresentação assim, específica. Eu acho que esse projeto já foi pautado nas reuniões do CEAS e da CIB outras vezes, mas na lógica só do PPAG, não houve nenhum destaque para ele. É nesse sentido que a gente gostaria de trazer para vocês fazerem um acompanhamento melhor mesmo, da execução do projeto. É isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana, obrigada. Assim que o CEAS receber essa solicitação de ponto de pauta, a mesa diretora encaminha para comissão pertinente e aí a gente vai ter o maior prazer de discutir esse programa, conhecer mais sobre ele na plenária, talvez na próxima, do mês de novembro. A Gabriele queria fazer mais alguma apresentação? **GABRIELE, SEDESE:** Não, Patrícia, seria isso. Só esqueci de fechar meu áudio. Desculpa. Obrigada, gente. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Gabriele. O próximo informe é da CIB. Não sei se o José Darci está presente, o Aloísio eu sei que está. Vocês gostariam de fazer o informe da CIB? O Aloísio está sem microfone, eu acho que o José Darci não está, não é? Eu participei da reunião da CIB, mas só de um momento. Era no horário que eu estava dirigindo de Nova Lima para Sabará, então ficou complicado de fazer alguma anotação para dar informe para vocês. Mas, foi apresentado o Plano de Educação Permanente, foi pactuado, o Aloísio está colocando que a única questão é a aprovação do Plano Estadual de Educação Permanente. Eu vi que teve, na reunião da CIB, um informe importante – mas eu perdi parte dele – que era em relação à uma discussão antiga com o Instituto de Identificação da Polícia Civil. O pessoal da Sedese participa também da CIB, se pudesse trazer os informes da CIB também, eu agradeceria, e também se puder trazer essa informação, porque a gente já discutiu, aqui no CEAS, sobre essa questão aí do Instituto de Identificação, foi pauta da Comissão de Política, depois criou um GT específico para isso, mas o GT não deu andamento. Alguém da Sedese poderia trazer os informes da CIB, por favor? **MARIANA, SEDESE:** Eu pediria à Ana, Patrícia, especificamente sobre o Instituto de Identificação, inclusive a última reunião vai acontecer agora, essa semana, e foi muito produtivo, o resultado foi bom. Você pode resumir para nós, Ana, como que foi a discussão? **ANA CLÁUDIA, SEDESE:** Oi, posso sim, claro. Bom dia, gente, a todos. A gente teve, nessas últimas reuniões, um avanço bem significativo no sentido da elaboração dessa portaria, que vai substituir a Portaria 01/2020, atendendo às

necessidades da política de assistência nos territórios, no que diz respeito à sua competência e ao seu papel que deve ser cumprido. E aí, na última reunião que aconteceu, a gente validou o texto da nova portaria porque foi uma construção coletiva, participou com a gente: Cogemas, a Prefeitura de Belo Horizonte, o pessoal do Instituto, e aí a gente validou o texto, o texto seguiu para um Instituto tramitar internamente para a publicação. A gente acordou que estaríamos fazendo um guia, um passo a passo sobre essa portaria para publicitar aos municípios. E esse guia seria uma guia de orientação para as nossas equipes da Política de Assistência Social nos territórios, mas também para os profissionais dos postos nos territórios do Instituto de Identificação. Tiramos como prazo da elaboração desse documento, dessa minuta de guia, a data de hoje para encaminhar para todos os que participaram dessa elaboração porque a previsão da publicação da portaria é amanhã, 24. É uma previsão, não tem uma garantia, mas foi a data que o instituto colocou para gente. Ela sendo realmente publicada dia 24, a nossa intenção é que o guia seja publicado nas redes sociais, na nossa rede de transmissão o mais rápido possível. Terça-feira que vem, dia 27, a gente tem uma nova reunião com todos os participantes desse processo, para a validação dessa minuta do guia, e aí, tendo sido publicada a portaria, a gente já vai encaminhar para a questão de arte e diagramação da minuta, para a publicação dela também. Se isso tudo der certo, na semana que vem ainda a gente publicará esse guia. É isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, viu Ana Cláudia? Um retorno muito importante. A Gabi também colocou... **ANA CLÁUDIA, SEDESE:** Desculpa, Patrícia. E esse guia também seguiu a mesma lógica da construção coletiva, a gente iniciou a minuta e aí compartilhou com o Cogemas e com a Prefeitura de Belo Horizonte para as contribuições, recebemos essas contribuições e aí estamos formatando para poder disponibilizar para todo mundo, junto com o *link* da reunião da terça-feira. Mas, é isso, obrigada. **PRESIDENTE INTERINA:** Muito bom, eu que agradeço. A Gabi colocou aqui no *chat* a pauta da CIB, que foi o Plano de Educação Permanente, foi dada também informações sobre os recursos do Fundo de Erradicação da Miséria. A Mariana, alguém da Sedese gostaria de dar um breve informe sobre isso? **MARIANA, SEDESE:** Sim. **PRESIDENTE INTERINA:** Por favor, fiquem à vontade.

**MARIANA, SEDESE:** Oi, pronto. Eu estou com dois microfones, um áudio e um microfone separado, aí dá microfonia. O que aconteceu foi que, a partir de as reuniões, acho que de agosto e setembro, vocês tanto aqui o CEAS quanto o Cogemas trouxeram para nós o questionamento sobre um superávit que foi apontado na Lei 23.631 que foi a lei que criou os programas de enfrentamento à pandemia. E o que aconteceu? Esse superávit, na lei, foi criado na Ação Orçamentária 1.066, que é a ação que a gente está utilizando para realizar a transferência de renda dos benefícios, tanto do Bolsa Merenda quanto do Renda Minas. E aí, nós encaminhamos uma solicitação de explicação, de esclarecimento para o nosso SPGF pedindo para informar porque esse valor não tinha sido efetivamente disponibilizado para nós,

para o FEAS, para a assistência social, porque até então o Bolsa Merenda foi custeado com recursos de fonte 96 e 99, se não me engano, que são fontes de transferência da Vale, do Ministério Público, são recursos extras que foram captados. E o Renda Minas está sendo executado com recursos da Lei Complementar 173, que também é recurso extraordinário. Bom, e a explicação que o SPGF nos encaminhou é a seguinte: o fato de ter sido aberto o crédito na lei estadual não significou a efetivação desse crédito para nós. Que nós, para além disso, tem um decreto de contingenciamento do estado e que esse decreto de contingenciamento que impõe as limitações e as restrições financeiras, porque depende do fluxo de caixa e o estado vive em uma crise fiscal onde a arrecadação está cada vez menor, por isso a gente está com uma série de impedimentos e de limitações. Que esse crédito não foi disponibilizado porque, na verdade, ele não se efetivou, não existe saldo em caixa. Para além disso, eles informam que o FEM, Fundo de Erradicação da Miséria, não custeia somente as ações de assistência social, também serve para custear várias outras ações do estado no que tange à erradicação da pobreza, inclusive ações de estrutura, saneamento, outras secretarias. E foi essa a resposta, então foi assim, no sentido de compartilhar mesmo.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Obrigada, Mariana. Eu vi aqui que o Conselheiro Éleron se inscreveu. Por favor, Éleron. **ÉLERON, CÁRITAS:** Bom dia. É mais para fazer uma pergunta, por exemplo, no seguinte sentido: nós temos um Fundo de Erradicação à Miséria, nós temos um contexto muito caótico, na qual esse fundo se faz mais do que necessário, e aí a gente tem uma resposta de que ele não está disponível. Eu compreendi a explicação da Mariana, compreendi o que ela disse, mas não entendi com toda a sinceridade porque esse fundo não está disponível. Se existe um fundo, se existe a necessidade, eu acho que a pergunta é um pouco do que nós podemos fazer, enquanto conselho, para fazer com que ele seja viabilizado porque existe esse contingenciamento do estado, por conta de dificuldades financeiras, mas eu penso que as necessidades fiscais do estado não podem se sobrepor às necessidades humanas. Acho que a gente precisa entender um pouco mais esse processo, porque a explicação foi compreensível, mas a justificativa que não está cabendo, para ser sincero. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Éleron. Mariana, você gostaria de responder?

**MARIANA, SEDESE:** Só complementar... Não, eu quero só complementar. Na verdade, o fundo ele está disponível, existe e é executado. A questão é que ele não é executado apenas para a assistência social, ele é executado para várias ações, é isso. Até um pouco o que o Éleron está querendo dizer, na verdade, é que a gente precisaria de ter mais destinação desses recursos para a área da assistência, porque ele já existe, já funciona. Está bem, Éleron? Só que o mesmo recurso é utilizado para custear tanto questões, ações, todas da Sedese, quanto do Idene, da Seapa. Tem várias secretarias que são custeadas com recurso desse fundo, é isso, e aí desse fundo é que vem também recursos transferidos para o Fundo de Assistência, no caso que é o FEAS. Na verdade, é por que não temos mais recurso para a

assistência? É isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Mariana. A Conselheira Sandra também se inscreveu. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** É só uma questão mesmo de informação, não sei se a Mariana vai ter essa informação para nós nesse momento, mas em um outro, talvez, ela possa trazer. Se teria informação de quanto é o recurso e quanto por cento desse recurso é destinado para a assistência. Até então, nós sabemos que o Piso Mineiro está sendo custeado com esse recurso, mas de fato o valor que vem do fundo para a assistência acho que seria importante que trouxesse essa informação. E o valor dele no conjunto, o total desse valor. **MARIANA, SEDESE:** Sim, eu não tenho essa informação. Está bem, Sandra? Mas eu posso solicitar e a gente pode solicitar para a SEPLAG mesmo, porque a gestão do fundo é com a Seplag. Eu peço à Secretaria Executiva que só me deixe isso de lembrete ou de encaminhamento, eu solicito e trago para vocês na próxima reunião.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok, obrigada. Como proposta de encaminhamento, a gente poderia oficializar a Sedese solicitando informações sobre o Fundo de Erradicação da Miséria, quais os valores do FEM, quais os percentuais da assistência social, essas questões que a Sandra já trouxe. Pelo o que eu me recordo, na CIB também foi solicitado isso, a apresentação dessas informações. Quando o Élerson coloca o que o CEAS poderia fazer a respeito, pelo que eu me lembro, saiu uma resolução recomendando ao governador do estado a utilização dos recursos previstos na Lei 23.632 com o auxílio emergencial. Eu procurei no *site* do CEAS agora a resolução e não achei. Aí queria até pedir para a Secretaria Executiva resgatar esse encaminhamento e aí, depois, postar aqui no *chat* para a gente, ou até mesmo no grupo dos conselheiros, porque eu me recordo desse encaminhamento de emissão de resolução de recomendação para que o governador do estado utilize os recursos do Fundo de Erradicação da Miséria previstos... Agora eu não sei se foi ofício ou se foi resolução, porque eu não achei aqui na parte de resolução, pode ter sido um ofício recomendando ao governador. O FEM não é o Fundo Estadual de Assistência, não compete ao CEAS o controle social dele, mas, politicamente, considerando que o objetivo do CEAS é trabalhar em prol da Política de Assistência Social, obviamente é nossa função também tentar conhecer outros fundos e ver a possibilidade de aplicação desses outros fundos na Política de Assistência Social. O CEAS já discutiu isso diversas vezes, a CIB também discutiu muito, então eu acredito que tudo que a gente poderia fazer na tentativa de colocar essa necessidade na agenda política, de dialogar com a Secretaria de Estado, a Elizabeth Jucá, com o governador também por meio de ofício, tentando sensibilizar para a necessidade de aplicação de mais recursos para o Fundo Estadual de Assistência, a gente fez. É importante que a gente sempre trabalhe nessa linha, de tentar sensibilizar o Executivo para a gente conseguir trazer mais recursos para a assistência social. A Mariana postou aqui no *chat* a página do FEM. Aí, os conselheiros que puderem e quiserem acessar, está aí no *chat*. Deixa-me voltar lá no *chat*, tem outras pautas da CIB que era o *status* do pagamento das cinco parcelas do recurso

extraordinário junto aos municípios, que a Mariana já trouxe. *Status* do programa Rede Cuidar. Eu perdi um pedacinho da fala da Gabi, mas eu acho que ela não falou que foi aberto um aditivo prorrogando o prazo da Rede Cuidar. Você tinha falado disso, Gabi? **MARIANA, SEDESE:** Posso explicar também, Patrícia, sobre isso? **GABRIELE, SEDESE:** É, não falei não. Pode falar, Mari, por favor. **MARIANA, SEDESE:** Na verdade, eu fiz foi uma resposta na reunião. Eu acho que foi a do mês de setembro, porque eu só participei de duas até hoje, agosto eu acho que eu estava assistindo – que foi logo que eu fui chamada para assumir a Subas – na reunião de setembro a gente conversou sobre isso, e aí vocês fizeram uma solicitação de explicação, esclarecimentos, e eu até já respondi isso para o CEAS, oficialmente mesmo, a gente encaminhou um ofício com as informações mais detalhadas. É o seguinte: os termos aditivos, que eventualmente puderem ser feitos, têm que ser solicitados para as instituições. A Subas já fez um ofício circular para todas as entidades parceiras informando que elas têm que encaminhar para a gente relatório de monitoramento da execução, porque esse relatório, conforme o MROSC, ele é semestral, a Subas não tinha solicitado ainda porque realmente as questões da Rede Cuidar estavam um pouco paradas porque houve troca de equipe, mas enfim, a gente retomou e aí nós fizemos um ofício circular, solicitamos os relatórios de monitoramento, porque as entidades têm que mandar falando para a gente o que elas já executaram, o que ainda falta executar. E, junto com esse monitoramento ou a partir das informações do monitoramento, elas podem solicitar os termos aditivos, então termo aditivo é feito individualmente por cada parceria. Não existe um termo aditivo único para todas, porque cada uma vai estar em uma situação de execução, algumas podem já ter executado tudo, outras executado pequena parte, grande parte. O termo aditivo pode se dar para ampliar a vigência, mas também pode ser para ampliar a vigência e alterar o plano de trabalho, que seria alterar as metas e os itens previstos em cada plano de trabalho. É realmente uma questão que demanda análise individual, e aí tem que passar pela análise técnica, depois jurídica para depois fazer o termo aditivo. Nós fizemos o ofício circular, pedimos às entidades para enviar os relatórios de monitoramento até agora, finalzinho de outubro. E o pedido de termo aditivo, se não me engano, até a primeira semana de novembro – eu não lembro as datas aqui – mas, é isso. E a equipe já está atendendo todas as entidades, já está orientando, isso sim já está acontecendo. Está bem? **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana, obrigada. É importante esse retorno, até em função de que o Conselheiro Élerson pediu essa pauta na plenária passada, não foi discutido em comissão, foi direto na plenária, então é importante a gente ter esse retorno. E o Élerson está inscrito, fique à vontade, conselheiro. **ÉLERSON, CÁRITAS:** Primeiro agradecer a disponibilidade da equipe, as conversas que a gente tem, e de fato é isso que a Mariana colocou. Só uma dúvida mesmo, Mariana, em relação, depois a gente até formalizou essa dúvida para a equipe no *e-mail* da Rede Cuidar, mas só para colocar aqui: nós temos que entregar os relatórios tudo

certinho, toda a documentação solicitada, e aquele portal da Rede Cuidar nós vimos que está aberto também para você fazer os termos aditivos. Isso pode ser feito simultaneamente, ou você tem que entregar a documentação primeiro, dos relatórios e tudo, e depois fazer essas alterações no plano de trabalho? Porque algumas das alterações nós vamos ter que fazer porque a própria construção do plano elencava alguns materiais que não existem no mercado, então a gente vai ter que fazer essa alteração. Isso pode ser feito simultaneamente ou tem que ser separado? **MARIANA, SEDESE:** É o seguinte, o relatório de monitoramento vocês vão encaminhar para a gente por *e-mail*, a gente mandou o formulário para vocês preencherem, um documento editável do *Word* que as instituições vão preencher, vão juntar todas as informações sobre execução e encaminhar. O termo aditivo demanda encaminhamento de outros documentos, entre eles o plano de trabalho alterado. O sistema da Rede Cuidar, esse portal *online*, é um sistema do plano de trabalho, então as alterações do plano de trabalho têm que ser preenchidas no sistema. E para além disso, vocês têm que encaminhar o ofício justificando o que vocês querem, o porquê vocês querem... Eu não lembro do *checklist* todo, mas tem que ter as planilhas com os itens que vão ser alterados, tem extrato de conta bancária para demonstrar os saldos que tem. O que vocês não conseguirem encaminhar dentro do sistema da Rede Cuidar, vocês podem encaminhar para a equipe por *e-mail*, se identificando, que a equipe vai estar orientando. Eu vou te falar assim, que o sistema da Rede Cuidar é novo para mim, então eu não conheço detalhes dele como eu conhecia do Sigcon, sabe? Mas, aí esses detalhes a gente pode tirar direto com a equipe, vocês podem acionar, se tiver dificuldade pode mandar para mim também que eu olho com eles. **ÉLERSON, CÁRITAS:** Não, tranquilo. É só porque, pelo ofício que chegou, pairou essa dúvida. Está tranquilo, obrigado. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana, obrigada. Encerrados os informes da CIB, eu queria dar um informe que no dia 8 de outubro houve a reunião do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Fonaceas. A reunião foi durante todo o dia, o Presidente Cristiano pediu para eu participar, mas só pude participar no período da manhã. Aí, chegando a carta do Fonaceas, eu gostaria de solicitar que a Secretaria Executiva encaminhasse para os conselheiros para tomar conhecimento do que foi discutido, porque foi um dia inteiro de reuniões, muitas discussões, mas uma proposta interessante que saiu foi em relação ao envio de uma carta, para os municípios, falando sobre a agenda da assistência social. Considerando aí que é um ano de eleições municipais, pensou-se até em uma articulação com as associações de municípios para que enviasse para os candidatos, foi uma proposta bem interessante e na carta do Fonaceas vai constar sobre isso. Eu participei também, a pedido do presidente, da reunião do Conselho Nacional de Assistência Social, a reunião trimestral do CNAS, que ocorreu dia 15 de outubro. A reunião foi o dia todo, infelizmente também, em função do trabalho, eu só pude participar do período da manhã, mas a gente teve uma discussão importante porque recentemente já foi publicada

uma portaria dos atos administrativos, das normativas que terão que ser revistas. Tem 76 páginas, se não me engano, eu acho que é 156 páginas, com as normativas que serão revistas, entre elas até mesmo a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. A gente ficou muito preocupado, na parte da apresentação dos estados, eu disse sobre isso, e o Veras, presidente do CNAS, disse sobre isso; a Secretária Nacional de Assistência Social, a Mariana, também disse. Então está ocorrendo essa revisão e o Conselho Nacional, a Comissão de Normas vai apresentar os dados da revisão dessas normativas, mas são inúmeras normativas do Conselho Nacional e da Secretaria Nacional de Assistência que estão sendo revistas, então é um pouco preocupante. Na época eu até compartilhei essa portaria no grupo dos conselheiros, se quiserem eu compartilho lá de novo para vocês tomarem conhecimento, terem mais informações. Uma outra questão que o CNAS está trabalhando é a revisão da Resolução 237 que dispõe sobre as orientações para funcionamento dos conselhos de assistência social, em breve teremos uma consulta pública aí e vamos ter novas orientações para funcionamentos dos CEAS e dos conselhos municipais. Em relação aos informes, seria só isso. Tem algum conselheiro que gostaria de dar algum informe no momento? Estou vendo que não tem nenhuma inscrição agora no *chat*, podemos passar para o próximo ponto de pauta? O próximo ponto é a posse dos conselheiros, a Conselheira Mayra está presente. O Conselheiro João Bosco da Seapa está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Acho que não. **PRESIDENTE INTERINA:** E a Conselheira Rosiane, do CMAS Campo Belo? Eu acho que Rosiane Reis, não é? Rosiane, não, tem uma Rosiane Reis Delfino Furtado, é isso mesmo. Rosiane presente, ótimo. Como é uma competência da plenária dar posse aos conselheiros, eu gostaria que a Mayra se apresentasse, por favor. **MAYRA, FORTSUAS/SALINAS:** Bom dia, meu nome é Mayra como foi dito, estou representando o Fort de Salinas, na licença maternidade de Gabriele, e estou aqui para fortalecer a sociedade civil no conselho de assistência social, no CEAS. É isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Seja muito bem-vinda, Mayra. Rosiane também se apresentar, por favor. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Acho que a Rosiane caiu, gente. **PRESIDENTE INTERINA:** Ela deve ter ido abrir o microfone e caiu na hora. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** É, vamos esperar um pouquinho que ela retorne. Patrícia, só enquanto a gente aguarda um pouquinho para ver se a Rosiane consegue voltar, deixa eu só dar um retorno aqui. Que você ainda questionou daquela questão da resolução, que vocês não viram no *site*, realmente não está lá, porque foi feito sim, nós encaminhamos para a assinatura do presidente. Ele tem voltado aos poucos, teve alguns questionamentos, mas essa resolução nós não tivemos um retorno ainda, então nós estamos nesse aguardo. Na verdade, ela não foi publicada, está bem? Ela foi enviada para a Sedese sim, mas vamos aguardar o Cristiano retornar para ver com ele como é que está lá, se ele já assinou, se ela já está pronta porque ele estava fazendo uma leitura mais demorada dos documentos. Nós não tivemos esse

retorno ainda. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah sim, em princípio foi deliberada essa resolução de recomendação para o governador, para a utilizar o recurso do FEM, mas só não foi assinada a resolução pelo presidente ainda? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não, ela já foi enviada para lá, mas não retornou ainda. **PRESIDENTE INTERINA:** Entendi. Rosiane, por favor, se apresente. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Acho que ela não chegou. Chegou? Não. **PRESIDENTE INTERINA:** Achei que ela tinha voltado. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não, ela não conseguiu voltar. **PRESIDENTE INTERINA:** Bom, mas como ela está caindo, indo e voltando, acho que a plenária pode dar posse, aí ela se apresenta... **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela se apresenta em outro momento, o importante é que ela estava aqui, deve retornar, está ciente e a plenária também. **PRESIDENTE INTERINA:** Ela me mandou um *WhatsApp* falando que a *internet* está muito lenta, mas que daqui a pouco vai conseguir acompanhar. A plenária dá posse às conselheiras Mayra e Rosiane. O Conselheiro João Bosco, como ele não está presente, será convidado a participar na próxima reunião para que ele possa ser empossado. Sejam bem-vindas. O próximo ponto de pauta é o Plano Estadual de Educação Permanente, que nós discutimos ontem nas reuniões das comissões, eu gostaria de pedir à Sedese para fazer a apresentação mais resumida, considerando que a gente já teve a discussão realizada na tarde de ontem. Gabriele? **GABRIELE, SEDESE:** Oi, gente. Eu de novo. Você acha que eu projeto o PPT de novo, Patrícia? Ou vou direto no que a gente incluiu no plano, depois das reuniões das comissões conjuntas ontem? **PRESIDENTE INTERINA:** Bom, tem que fazer uma apresentação, mesmo que mais sucinta, até para a registrar em ata, não é? Mas aí... **GABRIELE, SEDESE:** Está bem, eu vou projetar aqui só alguns dos slides. Só um minutinho, gente. A gente encaminhou o plano – acho que no dia 14, deixa eu ver aqui a data que a gente encaminhou, isso – dia 14/10 a gente encaminhou o plano para todos os conselheiros, e ontem a gente fez uma apresentação resumida introduzindo mesmo, por exemplo, nesse *slide* a gente trouxe as normativas que dispõem sobre o Plano de Educação Permanente no Suas, e aí dentre todas elas a gente destacou a Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social, n.º 643/2018, que dispõe sobre os parâmetros para a educação permanente do Suas no estado, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente e com apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros. A gente explicou que o nosso objetivo com esse Plano Estadual de Educação Permanente é primeiro estar de acordo com as normativas do Suas, que dizem que a gente precisa ter esse planejamento, e aí a gente está falando de um planejamento de médio prazo, então é um plano de 2020 a 2023 e ele vai trazer as grandes diretrizes, qual que é o norte que a gente quer seguir com a educação permanente no estado. O plano tem assim, de plano de fundo, realmente a Resolução do CEAS n.º 643/2018, é uma resolução muito robusta, muito importante. Ela é uma resolução de seis capítulos que foi construída no ano de 2018 com o Núcleo de Educação Permanente e com o CEAS, então ela já traz bastante coisa que a

educação permanente precisa seguir, e aí o que a gente fez foi tentar traduzir esses parâmetros em ações, em objetivos, metas e indicadores para os próximos anos. O plano basicamente vai trazer as diretrizes para a oferta e vai se desdobrar em planejamentos anuais, mais específicos sobre o que vai ser ofertado em cada ano, qual tipo de curso, e aí a gente respeitando metodologia, tipologia, modalidade, tudo de acordo com a política nacional e com a resolução. Aí só trazendo qual é a necessidade dessa deliberação, foi a própria Resolução CEAS n.º 643 que trouxe, então ela fala que o plano, no artigo 35, é amparado na PNEEP, na Nob/Suas, na Nob/RH, PNAS e outras normativas do Suas. Ele tem que ser elaborado pela Sedese com subsídio do Núcleo de Educação Permanente, e precisa, artigo 37: deverá ser pactuado na CIB e deliberado no CEAS. Então a gente apresentou ontem um pouco desse caminho que o Plano Estadual de Educação Permanente já percorreu esse ano, em resumo foram três reuniões do Núcleo Estadual de Educação Permanente em que a gente recebeu bastante contribuição dos membros sobre o documento, e aí, em seguida, no dia 25 de setembro mandamos para a CIB o plano. Na reunião da CIB do dia 8 de... **PRESIDENTE INTERINA:** Acho que a Gabriele está tendo algum problema. **GABRIELE, SEDESE:** Oi, vocês conseguem me ouvir de novo, gente? Eu caí do computador e voltei pelo celular. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah, sim. Consigo, Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Desculpa. Vou projetar novamente a tela, só vou esperar o computador voltar aqui, mas aí eu estava falando desse percurso do plano. Ele foi pactuado na CIB – não sei até que ponto vocês ouviram – foi pactuado na CIB no dia 8 de outubro e aí a gente encaminhou, foi uma reunião muito produtiva, a gente recebeu algumas contribuições durante a reunião da CIB. E aí, ontem, a gente apresentou nas comissões temáticas e também recebemos mais algumas contribuições, que aí eu vou tentar projetar de novo aqui para tentar demonstrar onde que a gente incorporou essas contribuições no plano. Só um minutinho, que aí eu vou tentar projetar de novo. Quem estava presente na comissão ontem quiser trazer um pouco do relato enquanto eu volto para projetar. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Gabi, se quiser eu apresento aqui, você quer? Se tiver difícil aí. **GABRIELE, SEDESE:** Eu acho que não mandei ele de novo para vocês, Paula, que foi ontem à tarde que eu mexi. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ah, está bem. Não, beleza. **GABRIELE, SEDESE:** Só um minutinho. Acho que eu entrei novamente, desculpa viu gente? Foi problema na conexão aqui do computador, não sei se foi bateria, mas aí já estava no último *slide* da apresentação mesmo. Deixa eu só projetar o plano mesmo. Vocês conseguem visualizar? Vocês estão me ouvindo, gente? **MARIANA, SEDESE:** Sim. Ouvindo e vendo, Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Ótimo, deixa eu só ir lá. A gente recebeu, não vou me recordar, acho que foram as Conselheiras Patrícia, Sandra e Mayra, trouxeram mais alguns pontos importantes que a gente precisava destacar no plano. Os pontos que elas trouxeram, em resumo, era uma necessidade de aperfeiçoar as ações e também para aperfeiçoar o recebimento desses conteúdos pelos

alunos. Dividir os cursos por nível: nível básico, para iniciante; nível intermediário e nível avançado, pensando que os participantes muitas vezes estão em estágios diferentes, alguns acabaram de entrar no Suas, outros já têm expertise e querem utilizar o curso para troca de conhecimento. Da gente pensar em como estruturar as ações nessa perspectiva, além, a gente recebeu alguns *feedbacks* positivos sobre o plano, mas sobre os treinamentos EAD a gente também recebeu o *feedback* de, principalmente nesse período de pandemia, de tentar deixar esses cursos um pouco mais livre, um pouco mais flexíveis, então eles têm uma carga horária, mas que eles podem ser abertos de uma forma que o trabalhador ou o gestor consiga acessá-lo quando for mais pertinente para ele ali, de acordo com os processos de trabalho dele no município. E aí, a outra contribuição foi também tentar utilizar mais metodologias audiovisuais para tentar prender mais a atenção dos participantes, além dos textos dos módulos serem importantes para apreensão do conteúdo, tentar diversificar as metodologias também. Então a gente tinha uma ação já prevista com esse intuito, e aí a gente só detalhou um pouco ela. Eu vou projetar aqui. Então a ação que já estava no plano: planejar e ofertar apoio técnico, capacitação e as ações de formação, utilizando a metodologia mais adequada ao percurso formativo da ação em questão. Para cada ação estipular a melhor ferramenta de oferta para alcançar o objetivo proposto e o público-alvo. Definir também o tipo de oferta, se regionalizada, centralizada ou geral, a modalidade, exemplo: se presencial, semipresencial ou à distância, e a estratégia: via *internet*, telepresencial, videoconferência ou via plataforma, pensando na estratégia mais adequada. A gente colocou aqui no texto um pouco das contribuições de ontem, vou ler rapidinho, são acho que quatro parágrafos. Sobre esse aspecto, é importante definir o formato mais apropriado para cada ação de qualificação, de acordo com o perfil do público-alvo a ser alcançado, seja realizando adequação de turmas, módulos, cursos e treinamentos, materiais produzidos e de demais instrumentais para o nivelamentos das ofertas, pensando na organização da oferta em categorias, como nível básico, intermediário ou avançado. Essa estruturação promoverá o alinhamento de conhecimento basilares dos participantes, ao mesmo tempo em que permitirá o melhor aproveitamento dos conteúdos das ofertas, isso porque podem existir turmas mais heterogêneas, em que o grau de escolaridade ou o grau de experiência dos participantes, em determinados conteúdos, é muito diverso, podendo abranger alunos que terão ali o primeiro contato com o tema e precisam ser introduzidos nele, ao mesmo tempo em que outros participantes já possuem expertise qualificada naquele assunto e têm a intenção de se aprimorar, trocar conhecimentos. Nesse sentido, além de ser assertiva a definição do público-alvo, a ação de qualificação precisa considerar uma avaliação prévia do perfil do público-alvo participante para divisão do conteúdo em categorias: básico, intermediário ou avançado, que permitam um mais adequado nivelamento de conhecimento e habilidades. Em relação às ferramentas utilizadas na oferta também é importante ressaltar que essas devem ser

diversificadas e devem estar ligadas à modalidade escolhida. No caso das ações à distância, existem algumas ferramentas audiovisuais que poderão ser exploradas no intuito de promover a melhoria de qualidade no aprendizado do participante, como por exemplo: teleaulas, videoaulas, aulas ao vivo, estudos de casos, exercícios dinâmicos, entre outras ferramentas audiovisuais. Outro ponto importante está relacionado à estruturação dos cronogramas das ofertas, que devem ser preestabelecidos, levando em conta o período de criação, adequação dos materiais para ação, a carga horária, outras atividades que compõem cada etapa ou módulo, o tempo de conclusão de cada uma delas, além de considerar fatores externos, como período da oferta e a disponibilidade dos participantes inscritos, de acordo com seu perfil profissional. Nesse sentido, é importante compreender que tal planejamento deve ser flexível, considerando a possibilidade de adequá-lo às necessidades apontadas pelos participantes durante a avaliação do curso. Basicamente o que a gente acordou foi isso, que a gente iria contemplar as contribuições de ontem no documento e aí a gente fez a leitura da resolução com aprovação do plano. Não sei se alguém da Secretaria Executiva que vai projetar a resolução, ou se a gente vai abrir para debate primeiro. Eu retorno à palavra para a Patrícia.

**PRESIDENTE INTERINA:** Muito obrigada, Gabi. Por enquanto não tem nenhuma inscrição no *chat*, se a Secretaria Executiva já quiser começar a projetar a tela da resolução, e aí enquanto a Secretária Executiva vai projetando, os conselheiros que quiserem fazer alguma consideração podem ir se inscrevendo. Como a gente não teve nenhuma inscrição, a Paula já conseguiu fazer a projeção aqui da tela, saiu um pouquinho para o canto direito, acho que já está no 180, não é? Está ótimo.

**PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Vou diminuir só um pouquinho.

**PRESIDENTE INTERINA:** Enquanto isso, o Sávio se inscreveu.

**ROSA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Aí. Ficou ótimo, Paula.

**SÁVIO, CMAS BH:** Bom, bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de saber qual seria a motivação principal para que se estruturasse uma capacitação permanente, na modalidade educação permanente. Ontem, por exemplo, na reunião de apoio aos conselhos, eu estava com um Censo de 2009, dados do Censo de 2009 com relação aos conselhos, e aí a gente observou vários problemas, por exemplo: telefone compartilhado de conselho com outros setores da prefeitura, na faixa de 80% dos conselhos, coisas assim que impossibilitam o funcionamento do conselho. É muito difícil, às vezes a pessoa precisa, para convocar, para conversar com conselheiro, precisa ter um telefone, telefone é uma coisa muito simples. A *internet* também da mesma forma, problemas ali colocados na base da porcentagem, mas impressionantes. Eu estava vendo e achando um absurdo. Espaço para a Secretaria Executiva, onde as coisas possam ser planejadas do ponto de vista da organização do conselho não se tem também, o Secretário Executivo e assim por diante. Não estou lembrando aqui direito, mas são vários itens e todos eles nos colocam em uma situação muito grave de acesso ao que acontece nesses conselhos e na política, naturalmente. O conselho delibera sobre a política no município e isso nos faz pensar

que alguma coisa precisa ser rápido, alguma ação, alguma educação permanente mesmo, sobre a forma de como funcionam os conselhos estipular, porque esse é um problema, desde que a educação permanente, eu aprendi que você trata de uma educação, de uma intervenção em um determinado problema que existe, que impede que a política se desenvolva em uma situação mais normal. Eu queria fazer essa observação e ver o que você tem a me dizer sobre isso, o que eu falei. É por aí? A necessidade da educação permanente advém do não funcionamento de algum setor, de alguma peça no contexto da política?

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Sávio, obrigada. Antes de passar a palavra para a Gabi, deixa eu só ver aqui quem está inscrito. A próxima inscrita é a Gabriele, mas o Élerson comentou que na reunião de ontem das comissões foi sugerido que fosse adicionado videoaula nos materiais de educação permanente, que é importante registrar isso, foi até uma proposta da Conselheira Mayra. Gabriele, por favor. **GABRIELE, SEDESE:** Sobre o que o Sávio falou eu acho que é nesse sentido mesmo, Sávio, a gente até coloca isso de uma forma muito incisiva no plano porque a gente precisa embasar as ações de educação permanente em diagnóstico, em levantamento das necessidades de qualificação, e de onde passam as necessidade dos processos de trabalho mesmo. O Censo Suas que você mencionou está lá, a gente colocou no diagnóstico o perfil dos trabalhadores do Suas, algumas questões sobre, até assim, plano de cargos e carreiras que no Suas a gente vê que é minoria ainda nos entes – não só nos municípios, mas também nos estados – vendo um pouco da fragilização dos vínculos trabalhistas também, então por isso gestão do trabalho e educação permanente costumam andar juntas, mas a necessidade de formação, capacitação e apoio técnico vem das fragilidades de gestão e de oferta nos serviços e no controle social. Na política a gente tem esses três percursos formativos: gestão do Suas, provimento de serviços e benefícios e controle social, aí muitas vezes o Censo Suas escancara para a gente essa realidade de muitas fragilidades, às vezes em estrutura física, às vezes em recursos humanos, mas às vezes na própria gestão dos serviços e gestão das atividades, e aí com embasamento dessas fragilidades é que a gente precisa desenhar as ações de educação permanente, para poder aproximar cada vez a realidade das normativas e do que está previsto dentro da Política de Assistência Social. Sobre o que o Élerson falou, a gente tentou contemplar esse trecho também no parágrafo que eu projetei, da necessidade de diversificar com ferramentas audiovisuais, videoaulas. Eu acredito que a gente contemplou no documento, mas mais do que contemplar em um documento, a gente precisa contemplar na prática. Como eu falei ontem, a gente pretende, a próxima pauta do Plano de Educação Permanente é justamente o ensino à distância. A Sedese só chegou a ter uma plataforma de ensino a distância no final de 2019 para início de 2020, como eu falei, a gente considera que ainda estamos muito iniciante nessa questão do ensino à distância, tentando propor ações, mas a gente vê mesmo a necessidade de aprimorar, tanto em metodologia quanto em formas de mobilizar melhor e

envolver melhor os participantes. Acreditamos que o Núcleo de Educação Permanente vai ser fundamental para essa discussão, uma vez que a gente tem as instituições de ensino superior lá, que já tem mais uma trajetória nessa questão de ensino à distância, além dos outros participantes também que vão poder nos dar diretrizes para essa oferta. No ensino à distância a gente vai discutir, no núcleo, formas de aprimorar. Só um ponto que eu deixei de destacar, acho que foi na fala da Sandra, e eu também pontuei isso ontem, da necessidade. O plano de Educação Permanente é um instrumento de gestão que tem que existir em todos os entes federados, então o município também tem responsabilidade na oferta da educação permanente e a gente vem recebendo, ao longo dos anos, muitas demandas de municípios sobre: “cadê o Plano de Educação Permanente do estado para a gente usar como parâmetro? Para a gente realizar o nosso pela primeira vez ou atualizar o plano municipal”. É uma demanda que a gente continua recebendo recorrentemente, por isso a necessidade da gente trazer esse instrumento aqui para que ele seja elaborado com a ampla participação, igual contei um pouco para vocês essas contribuições do núcleo, da CIB e do próprio conselho, e também para ele poder ser publicitado, chegar aos territórios para a que sirva, para que a Resolução CEAS n.º 643/2018 seja divulgado os parâmetros da educação permanente no estado e cheguem aos municípios mineiros também como embasamento, como modelo para eles elaborarem seus próprios planos. Acho que seria isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Gabriele, obrigada. Não tem nenhuma inscrição, vou pedir para a Paula fazer a leitura da minuta da resolução. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Desculpa, eu esqueci de abrir o meu microfone. Estava com o microfone fechado. Vamos lá. Resolução n.º 708/2020, CEAS-MG. Dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Educação Permanente do Suas de Minas Gerais, PEEP-MG 2020/2023, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do Suas, PNEP/Suas. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS-MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de julho de 1996; pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, NOB/Suas 2012; e considerando a deliberação de sua 257ª Plenária Ordinária, ocorrida virtualmente no dia 23 de outubro de 2020; considerando a Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, Lei n.º 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências; considerando a Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social; considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a norma operacional básica de recursos humanos do Sistema Único de Assistência Social, NOB/Suas-RH; considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, n.º 4, de 13 de março de 2013, que institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/Suas. Considerando a

Resolução da Secretaria de Estado de Trabalho de Desenvolvimento Social - Sedese, n.º 36, de 22 de junho de 2015, que institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social, PEEP/Suas-MG; considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB n.º 9, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as responsabilidades e atribuições do estado e municípios na oferta da educação permanente no Sistema Único de Assistência Social - Suas, no âmbito do Estado de Minas Gerais; considerando a Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS-MG, n.º 643/2018, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre os parâmetros para Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - Suas, no Estado de Minas Gerais; em consonância com a Política de Educação Permanente Suas –PNEP/Suas, e sua articulação com apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros; considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB n.º 9, de 15 de outubro de 2020, que pactua o Plano Estadual de Educação Permanente do Suas de Minas Gerais, PEEP-MG 2020/2023; em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do Suas – PNEP/Suas, considerando as contribuições e subsídios do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais, NEEP/Suas-MG e demais colaboradores, resolve: Art. 1º Aprovar o Plano Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais, PEEP-MG 2020/2023, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente - PNEP/Suas. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 23 de outubro de 2020. Patrícia Carvalho Gomes, Presidente Interina do Conselho Estadual de Assistência Social. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Paula. Ontem eu não consegui visualizar, porque um problema aqui no celular, mas eu sou muito visual, às vezes eu escutando não consigo pegar. Aí agora, observando o artigo 1º, eu vi que não consta a resolução em anexo. Eu queria sugerir que o Plano Estadual de Educação Permanente ficasse anexo, porque às vezes é complicado, os conselhos municipais consultam o *site* do CEAS para ver as resoluções e aí não conseguem localizar um documento. Então geralmente quando aprova, no conselho municipal pelo menos a gente sempre tenta fazer isso, de quando aprova uma resolução que dispõe sobre uma coisa, que essa coisa vem em anexo. Aí eu queria fazer essa sugestão, de repente pode colocar aí no final: “conforme anexo”. E aí pedir para a Sedese enviar a última versão. A Gabi se inscreveu. **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, não discordo não, estou de acordo, mas só para explicar que o plano, estamos esperando terminar as contribuições, a gente precisa colocar: ficha técnica, nomes dos conselheiros do CEAS, nomes dos membros do NEEP... Tem algumas partes do plano, diagramação, validação pela assessoria de comunicação, que a gente ainda vai ter que fazer, então a gente estava esperando a versão final. Pode ser que a resolução demore um pouquinho a ser publicada em função dessa revisão final, ortográfica e de diagramação mesmo. Só explicar. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Mariana, por favor.

**MARIANA, SEDESE:** Eu também só queria acrescentar o seguinte, eu estou aqui pensando, porque como é um documento muito teórico, a publicação no IOF não é possível. A resolução é publicada, mas estou pensando se dá para acrescentar alguma coisa: “plano anexo, disponível no *site*”, porque ele vai ficar disponível no *site*, no *blog*, no *site* da Sedese. Na verdade, no nosso *blog* Suas, mas que é *linkado* ao *site* da Sedese também. **GABRIELE, SEDESE:** Só uma observação, normalmente as resoluções são publicadas em IOF, o texto delas, e aí no *site* do CEAS vocês a publicam de uma forma diferente, com assinatura, um pouco diferente do que é no IOF. Então eu acho que às vezes, no site do CEAS, tem como colocar o anexo. No IOF, como a Mariana disse, a gente não vai conseguir porque tem imagem. Eles não deixam mesmo, mas no site do CEAS acho que é possível. **PRESIDENTE INTERINA:** É isso que eu pensei, no *site* do CEAS mesmo, não pensei no IOF não. **MARIANA, SEDESE:** Quem está redigindo, é Paula? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sim. **MARIANA, SEDESE:** Então deixa eu dar uma sugestão: “aprovar o plano” ... Deixa eu ler, eu acho que tem que colocar “conforme plano” ... Deixa eu pensar, eu vou pensar e vou escrever para você aqui no *chat*, está bem? Só a redação, que aí a gente coloca que o documento completo está disponível no *site* da Sedese, é isso. Eu vou pensar na redação. **PRESIDENTE INTERINA:** O Sávio se inscreveu. Obrigado, Mariana. O Sávio se inscreveu. **SÁVIO, CMAS BH:** Pessoal, eu acho o seguinte: um documento dessa importância, a gente deveria estar propondo, a metodologia de discussão, mais ampliada, mais democrática, que seria na verdade a realização de oficinas por grupos de conselheiros para a gente ler com mais calma, pensar. É muito difícil fazer uma contribuição assertiva na apresentação do plano e em momento único de discussão para a sua aprovação. Não estou querendo impedir e nem propor uma oficina nesse momento não, mas quando chegar algum documento dessa importância – a gente está aprovando o plano para quatro anos, se não me engano – e, quando for fazer revisão do mesmo, que se façam oficinas. Assim fica uma forma que fica inquestionável na sua existência, nesse período de quatro anos. Inclusive o PPAG acho também que a gente deve adotar esse método, de elaborar oficinais, discutir com mais calma a proposta advinda do governo. Temos essa prática em Belo Horizonte e fica muito melhor o plano, realmente mais cabeças pensando o plano, são contribuições que você não imagina que possam ser tão assertivas e tão úteis quando você amplia a discussão. Das próximas vezes, eu proponho dessa forma, que seja mais ampliada a discussão na forma de oficinas para que a gente possa discutir com tranquilidade no amanhã, em um período de pelo menos duas, três horas porque, caso contrário, fica difícil, não vem a coisa imediata na sua cabeça com relação a isso. A discussão mais recheada, a discussão mais ampla seria absolutamente necessária para documentos dessa importância, ok? **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Sávio. Eu concordo com seu posicionamento, mas é importante a gente destacar que o Plano de Educação Permanente foi elaborado com a participação do NEEP, o Núcleo Estadual de

Educação Permanente, que tem representante do CEAS, tem representantes dos usuários, são dois titulares e dois suplentes e representantes das entidades, se não me engano, também dois titulares e dois suplentes. Não tem representação dos trabalhadores do CEAS porque já tem uma representação do Fórum Estadual de Trabalhadores do Suas, acho que um titular e um suplente, e também tem representantes de instituições de ensino, enfim, ele foi amplamente discutido. E ontem, na reunião conjunta das comissões, também estava previsto de 13h às 15h, mas acabou que a discussão foi muito rápida, a reunião terminou às 14h, mas assim, eu concordo com você. Menos de uma hora de discussão que a gente fez ontem, hoje também a gente está caminhando para uma discussão muito rápida. Se a gente tivesse feito grupos de trabalho, acho que teria sido mais proveitoso mesmo, não sei nem se todos os conselheiros tiveram possibilidade de ler o plano todo, mas assim, o que eu queria dizer é que a mesa diretora estava com uma pauta de pensar na metodologia de realização dessas reuniões conjuntas das comissões, então falamos que ia marcar outra reunião específica para isso, e não marcou. Comemos mosca e acho que a gente tem que rever sim a metodologia dessas comissões conjuntas, quando são todas... Sabe aquele ditado que quando cachorro tem muito dono, morre de fome? Eu fico pensando assim das comissões conjuntas. Quando é todo mundo, eu não sinto que tem um grupo que pegue para si tal atribuição com mais força, mais vigor. Sabe? Então é uma reflexão aí para o conselho mesmo, para a mesa diretora, para a gente tentar fazer uma reunião para pensar nessa metodologia das discussões conjuntas e, talvez até a falta do próprio Secretário Executivo também, essa mudança constante de presidente... Várias situações que podem ter impactado essa situação. A Gabi se inscreveu. **GABRIELE, SEDESE:** Eu acho que você já contemplou muito da minha fala, Patrícia, e Sávio também. Eu acho que é isso, a gente teve a participação, a gente está discutindo o plano desde julho, mas participação nunca é suficiente, pelo contrário, a gente tem que cada vez mais ampliar. E aí só também tranquilizando, hoje eu não falei muito de cada sessão do plano, mas lá no monitoramento e avaliação a gente fala da necessidade de revisão periódica, coloca o conselho estadual nesse lugar mesmo de apoiar o monitoramento, acompanhamento do plano e as modificações que vão ser exigidas ao longo do tempo, tendo em vista que o conselho é o órgão de controle social do Suas no estado. Então se a educação permanente é uma das principais responsabilidades do estado, é muito importante a gente pensar nessas revisões anuais mais participativas e aí é um pouco disso que a Patrícia falou, da gente tentar pensar metodologias para isso e talvez prazos também, a gente determinar que esses planos sejam enviados, não sei... A gente pensar um período que é necessário, exemplo, um mês antes e aí um grupo de trabalho vai analisar durante quatro semanas. A gente pensar metodologia para isso, porque eu acho que é o que o Sávio falou, quanto mais participativo, mais assertivo mesmo esse planejamento. **SÁVIO, CMAS BH:** Posso completar? E acho importante também para a efetivação do plano decenal

em vigência, aquele que vence em 2026, essa é uma estratégia –talvez seja a principal da educação permanente, a gente observa isso – está em todas as deliberações de conferências municipais, estaduais, está lá. Se você tirar três deliberações, uma é educação permanente. É preciso operar essa educação permanente com bastante cuidado e com bastante participação, e que tenha a aprovação e o consentimento de todos. E acho que nesse nível a gente tem, no nível do Plano de Educação Permanente, eu coloco o Plano Estadual de Assistência Social e o PPAG, são essas três instâncias que são aí para quatro anos, a gente precisar tomar um pouquinho mais de cuidado porque são quatro anos. Então debruçar sobre isso e em busca de entendimento de cada conselheiro a respeito dessas três matérias é essencial, inclusive motivadora para que ele continue como conselheiro, acredito eu. Essas peças são muito importantes e muitas vezes elas chegam no conselho assim para a aprovação – isso acontece em tudo quanto é lugar, todo lugar tem essa crítica – inclusive, a gente adotou em Belo Horizonte, na elaboração do plano de 2017/2021, uma construção coletiva com o próprio conselho, para além da discussão no conselho quando da sua aprovação. O pessoal do conselho foi chamado para construir o plano e ficou muito melhor de ser aprovado depois, sempre fica. Obrigada. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Sávio. A Mariana está inscrita. **MARIANA, SEDESE:** Só para a complementar, gente. Concordo mesmo, mas o Núcleo de Educação Permanente, na verdade, foi instituído em 2018, então teve assim mais de um ano de reuniões e de discussões, então assim, o documento foi divulgado, está bem, Sávio? Para a contribuição, inclusive com participação das instituições de ensino. Eu acho, talvez, que a gente possa mesmo pensar outras formas, para além dos núcleos, porque a gente acaba criando grupos de trabalho para muitas coisas e as coisas ficam concentradas nesses grupos de trabalho, mas é isso, é só para a reforçar um pouquinho mesmo e complementar. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Mariana. A fala do Sávio me chamou atenção para o fato de que o plano é quatro anos, não é? E aí a Gabi até lembra que no plano tem essa revisão prevista, e aí eu fiquei pensando se a gente não deveria colocar na resolução do CEAS a periodicidade dessa revisão. O que você acha, Gabi? No plano, qual a periodicidade que está mesmo, para a revisão? **GABRIELE, SEDESE:** Eu acredito que anual, mas eu vou dar uma olhada aqui. **PRESIDENTE INTERINA:** De repente um parágrafo primeiro, ou um artigo 2º que o plano será revisto anualmente. **MARIANA, SEDESE:** Paula, a sugestão que eu coloquei sobre disponibilizar o documento no *site*, eu coloquei no *chat*. Está bem? **GABRIELE, SEDESE:** Não sei, só a redação do artigo 2º para ver se está muito direta. Está bom assim, será? **PRESIDENTE INTERINA:** Talvez colocar um parágrafo primeiro: “o plano citado no *caput* será revisto anualmente”. **MARIANA, SEDESE:** No plano eu achei aqui, tem um parágrafo que fala “revisão anual do plano”. Aí tem uma parte que fala só sobre isso, eu estava aqui procurando, então é realmente anual. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu acho que isso dá até um direcionamento para os conselhos

municipais, sabe? Porque às vezes o município pode elaborar um Plano de Educação Permanente e aí o conselho não pensar nisso, que tem que ser revisto anualmente. E aí, às vezes o município não coloca isso no plano, aí o conselho municipal quando vai fazer sua resolução pega de base a do conselho estadual e isso passa batido também. **SÁVIO:** Acho que está bom, “o plano terá revisão anual”. **PRESIDENTE INTERINA:** Depois a gente coloca direitinho o PEEP ou então... **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** É, o importante é estar lá. Se quiser melhorar, a gente pode fazer ainda. **PRESIDENTE INTERINA:** Uhum, beleza. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Pode ficar assim? **PRESIDENTE INTERINA:** Acho que sim. Mariana? Ok? **MARIANA, SEDESE:** Ok. Sim, ok. **SILVESTRE, SEF/MG:** Paula? **PRESIDENTE INTERINA:** Podemos colocar... Não tem nenhuma inscrição, nós podemos colocar em resolução em aprovação? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Acho que o Silvestre quer falar alguma coisa. Silvestre, você chamou aí? **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu gostaria sim, Patrícia... **PRESIDENTE INTERINA:** Por favor. **SILVESTRE, SEF/MG:** Já que está mexendo aí, caberia em vez de parágrafo único, parágrafo primeiro e parágrafo segundo: “ocorrerá anualmente a revisão desse plano”, sabe? Eu acho que ficaria melhor assim. Agora, isso aí, o pessoal que faz a revisão é que pode julgar a que fica melhor. Obrigado. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu concordo com você, Silvestre, porque esse artigo está tão curtinho, não é? E diz do plano que está no artigo 1º, talvez, como sendo dois parágrafos eu acho que fica melhor também, mas eu nem sei se tem revisão assim não, porque a Secretaria Executiva faz e depois o presidente assina. A gente não tem um jurídico no CEAS, então é conosco. Mas assim, o teor é esse, aí a gente coloca direitinho parágrafo primeiro, parágrafo segundo, acho que as pessoas estão colocando aqui no *chat* que estão de acordo. A Sílvia colocou que ela pensa que é realmente complicado prever a necessidade do ano subsequente anual. Prever necessidade... Não entendi muito bem, Sílvia, se você quiser colocar? **SÍLVIA, SEE/MG:** É porque deu falha aqui, desculpa. Fica complicado a gente realmente prever, quatro anos, como é que a gente vai delimitar, vai ser isso? Então colocar o anual, fazer esse movimento que a gente está fazendo de revisão, é melhor. Por exemplo, quem ia prever, vamos colocar assim, se tivesse essa resolução anterior, quem ia prever que ia acontecer essa pandemia esse ano? É complicado. Quem ia prever que a gente teria que fazer esse movimento todo de educação, de atendimento nas unidades? Então deixar isso bem claro na resolução: “fazer uma revisão anual”, penso ser importante. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Sílvia, obrigada. E, de qualquer forma também, bom que já está previsto dentro do plano. Eu vou colocar a minuta de resolução para deliberação, gostaria de pedir aos conselheiros que se manifestem. Eu acho que a gente pode colocar aquela tela de votação. Secretária Executiva está com ela para projetar. Enquanto projeta, eu queria só sugerir aos conselheiros que a gente faça, depois de deliberado esse ponto, uma pausa de 10 minutos. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Patrícia, desculpa, eu estou percebendo que há um consenso em relação a

isso, não é melhor aclamar? Perguntar se alguém tem alguma coisa contra? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, boa ideia. Eu disse isso porque, como tem conselheiros novos, para poder facilitar porque a primeira votação nossa pode ficar um pouco estranho, porque acho que seria rápido. A gente está no horário. Pode ser? Como as meninas da Secretaria... **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Tranquilo, tranquilo. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada. Como a Secretária Executiva já colocou a tela, só está um pouco pequeno, não estou conseguindo enxergar. Tem como aumentar um pouquinho? Ah, eu consegui aumentar aqui. Pela Sedese, o titular está vacante, deixa eu colocar direito. Em regime de votação, a minuta de resolução que aprova o Plano Estadual de Educação Permanente. Como vota a suplente da Sedese, Gabriele? Acho que a Gabriele deve ter tido um problema com o áudio, porque eu não consegui escutar a votação. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela já marcou lá que aprova na tela. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah, é ela que está transmitindo. **GABRIELE, SEDESE:** Oi. Agora vocês me ouvem? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sim. **GABRIELE, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Representante do Cogemas, Aloísio. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada. Secretaria de Saúde, a Cláudia está presente? A Vilma, suplente? É até bom que a gente confere quórum também, a presença. Eu acho que a Vilma estava presente. **SILVESTRE, SEF/MG:** Ela está presente, ela deve estar com o microfone fechado. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** É, ela está presente. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah, depois a gente retoma. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela está no *chat*. **PRESIDENTE INTERINA:** Isso, a Vilma postou no *chat* que o microfone está com problema. Como você vota, Vilma? Pela aprovação ou pela reprovação? Aprova. Pela Sedese, o Cristiano justificou. A Cláudia Falabella, suplente? **CLÁUDIA, SEDESE:** Aprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Seapa, nome da Cynthia está de vermelho –me parece, não sei se ela está licenciada – e o João Bosco não foi empossado, não está presente. Então a gente passa para a Secretaria de Estado da Fazenda, Geraldo Amarildo? **SILVESTRE, SEF/MG:** Ele não está, eu voto como substituto, como suplente. Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Silvestre, suplente, seu voto? Pela aprovação. A Haiandra do CMAS do Novo Oriente de Minas está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não. **PRESIDENTE INTERINA:** Então como vota o suplente Sávio, pelo CMAS-BH? **SÁVIO, CMAS BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, obrigada. SEPLAG, João Victor está presente? E a suplente Luana? Os dois estão ausentes. CMAS Montes Claros, Sandra. A Sandra estava presente, não sei se ela está com algum problema. **SÍLVIA, SEE/MG:** Colocou aprova. A Sandra colocou aí no *chat*, aprova. **PRESIDENTE INTERINA:** Está ok. Pela Secretaria de Estado da Educação, Conselheira Sílvia, titular. **SÍLVIA, SEE/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Pela aprovação, obrigada. Agora a Sociedade Civil, Patrícia, do Cress, pela aprovação. Fórum Municipal dos Usuários do Suas, a Dona Anédia está presente? Eu vi que a Dona Anédia

entrou, mas depois acho que ela saiu, isso. Suplente seria Apoinme. O Irajá está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Irajá estava sim. **PRESIDENTE INTERINA:** O Irajá entrou, não sei se caiu durante a reunião. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Mas ele está aqui na tela. **IRAJÁ, APOINME:** Aprovo, Patrícia. **PRESIDENTE INTERINA:** Muito bem. **IRAJÁ, APOINME:** Está me ouvindo? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, sim. **IRAJÁ, APOINME:** Irajá, da Apoinme aprova. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Irajá. CMAS Juiz de Fora, Silmônica ainda não foi nomeada e a suplência está vacante. A Fasemig, a Conselheira Ariadna saiu e ainda não houve nova indicação, então o suplente Éleron pela Cáritas Brasileira. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Pela Asquis, associação dos quilombolas, Isaura está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela estava, mas acho que caiu. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Suplente era Movimento Nacional da População em Situação de Rua, a Jéssica ainda não foi nomeada, então está vacante. Unapir, João Crisóstomo está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não, nem o Márcio Caldeira, que está de férias. **PRESIDENTE INTERINA:** Isso, o Márcio Caldeira justificou a ausência em função de férias. Conselho Central, o Lucas está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não. **PRESIDENTE INTERINA:** Não justificou. Pelo Movimento GRAAL do Brasil, Laureci justificou aqui que a entidade vai indicar outro nome, então também está ausente. Pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas, Mayra. **MAYRA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Pela Federação das Apaes, a Natália justificou presença e pela ADRA, o suplente Alisson ainda não foi nomeado. CMAS Campo Belo, a Rosiane está presente? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Rosiane está sim. Ou ela estava, acho que caiu também. **PRESIDENTE INTERINA:** Ela teve problemas com a conexão e caiu também. Não temos suplente para o CMAS Campo Belo. Finalizada a votação, algum conselheiro retornou e não votou? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** O João parece que voltou. **JOÃO, SEPLAG:** Eu estou com problema na internet, está muito... Eu estou com muita instabilidade na internet. **PRESIDENTE INTERINA:** Como vota? **JOÃO, SEPLAG:** Eu perdi até a discussão, caiu mesmo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah sim, você gostaria de se abster então? **JOÃO, SEPLAG:** Eu me abstenho dessa, porque eu perdi mesmo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ou, se você quiser, que eu explique. **JOÃO, SEPLAG:** Se você puder, Patrícia, eu agradeço, aí eu manifesto. **PRESIDENTE INTERINA:** Claro. Se trata da deliberação do Plano Estadual de Educação Permanente apresentado pela Sedese. Até o momento, a votação está sendo favorável por unanimidade. **JOÃO, SEPLAG:** Ah não, então mantenho o voto da maioria. Aprovado. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, o João Victor da Seplag também aprova. O Plano Estadual de Educação Permanente foi aprovado por unanimidade. Parabéns para a Sedese, para a equipe da Subas, especialmente para Gabriele e os profissionais que trabalharam tanto para a elaboração desse plano, viu? Parabéns para o NEEP também, para os

conselheiros que participaram dessa construção e os demais participantes. Alguém gostaria de dar alguma palavra, alguma contribuição, ou a gente pode fazer 10 minutinhos de pausa? Estou vendo aqui no *chat* que não tem nenhuma manifestação, então às 10h34 a gente retorna, está ok? Até mais... Bom, 10h34, podemos retornar a reunião. Estou vendo aqui que já tem muitos participantes presentes. O próximo ponto de pauta é em relação à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental para o ano que vem. A gente teve uma reunião, se não me engano, no mês de setembro, em que os titulares da sociedade civil foram convidados a participar. Eu participei da reunião; Natália, coordenadora da comissão de financiamento também; Dona Anédia também participou, se não me engano eu acho que conselheiras foram apenas nós que participamos dessa reunião. E aí a Assembleia propôs um segundo encontro, que aconteceu no dia 21 de setembro, contudo convidou apenas um participante. No caso, mandou um *e-mail* para a mim, enquanto vice-presidente, representante da sociedade civil, que essas reuniões tem sido feitas com a sociedade civil. Em função do trabalho, eu não tive oportunidade de participar, indiquei o nome da Natália por ser coordenadora da comissão de orçamento, a comissão mais afeta a essa temática, e dia 21 a Natália participou. O relato que ela me passou é que foi discutido mais a metodologia, apresentado o formato de como seriam essas discussões, e foi enviado um *e-mail* para a ela, para o CEAS poder apresentar quais são os pleitos do conselho. Ela me mandou agora, há alguns minutos atrás esse *e-mail*. Eles encaminham o *link* para o formulário *online*, por meio do qual deverão ser encaminhadas as propostas da entidade, no caso o CEAS, aqui eles destacam que são até duas propostas somente, e o prazo para envio vai ser impreterivelmente no dia 28 de outubro, próxima quarta-feira, às 10 horas. Tem alguns materiais, eu vou encaminhar para a Secretaria Executiva esse *e-mail*, para compartilhar com os conselheiros também, tem fichas de problemas, fala em relação às dinâmicas, enfim. O próximo encontro da Assembleia Legislativa vai ser dia 5 de novembro, quinta-feira às 9 horas da manhã. Ontem teve uma reunião da comissão de orçamento, mas como a Natália não pôde participar, porque as reuniões seriam 15 e 16 e foram alteradas, aí desde o início ela já tinha manifestado que tinha um compromisso e não poderia participar das reuniões dia 22 e 23, então a coordenadora da comissão não pôde participar, eu estava na comissão de normas resolvendo um ponto de pauta importante e não consegui participar do orçamento, mas aí eu gostaria de passar a palavra para os participantes, a Claudinha que é coordenadora adjunta da comissão de orçamento, pode fazer para a gente um relato em relação a isso. Também hoje nós podemos discutir – acho que a Gabriele participou dessa reunião do dia 21, ela pode trazer para a gente essa informação – e também a podemos discutir os encaminhamentos da comissão de monitoramento e acompanhamento das deliberações da conferência, que foi um trabalho que a comissão fez, já está pronto, e isso pode subsidiar a nossa decisão em relação a essas duas propostas que podemos enviar.

Infelizmente a temática está diferente, ano passado era presencial, muitas pessoas puderam participar. O próprio Conselheiro Élerson participou também e na reunião da CIB trouxe até um relato muito bom, queria pedir para ele se inscrever também, para a trazer esse relato, mas enfim, apresentada minimamente a pauta, eu queria passar para a Conselheira Luanda que está inscrita. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Bom dia. É isso mesmo, Patrícia, que você já falou. Eu me inscrevi antes de você falar. Eu queria propor também, apresentar a planilha que a comissão de monitoramento sistematizou com algumas deliberações que a gente considera importante ser discutida no PPAG. Fizemos esse trabalho no mês de agosto já pensando mesmo nesse momento do PPAG – eu imaginei que, como eu estava de férias em agosto, imaginei que a gente teria já discutido isso na plenária de agosto, mas parece que não deu para a discutir a fundo – então eu gostaria de trazer a planilha aqui. E ontem também, justificando, eu tinha atividades de trabalho já previstas, tentei até me reorganizar para participar das atividades no período da tarde, mas não consegui também. **PRESIDENTE INTERINA:** O áudio ficou ruim para mim, não sei se é comigo ou se é com você, Luanda. Você já finalizou? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu já finalizei, eu acho que a minha *internet* não está muito boa mesmo não. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, obrigada. A próxima inscrita é a Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Isso, eu só queria acrescentar, Patrícia, que ontem – eu até comentei já – eu participei da reunião da comissão de orçamento porque a pauta seria essa, mas aí a Natália também não pôde participar, mas eu compartilhei com a comissão, mandei no *e-mail* do CEAS a apresentação que nós fizemos na audiência da Assembleia sobre as ações orçamentárias do PPAG, que são o objeto da revisão. Ok? Só para acrescentar, caso seja necessário. E foi comentado, ontem estava eu, a Sandra, mais algumas pessoas, acho que o Silvestre, e aí ontem a ideia era que, se não conseguir debater o assunto hoje, teria que ter uma extraordinária da comissão ou de um grupo, no máximo até segunda ou terça-feira, tendo em vista esse prazo de envio dos formulários que é dia 28, não é? É isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Bem, Mariana, a minha conexão está ruim. Você concluiu? **MARIANA, SEDESE:** Sim, conclui. A sua tela travou mesmo, acho que você tem que... Desliga o vídeo, Patrícia, para ver se melhora. Sua tela está travada. **PRESIDENTE INTERINA:** Está ok. Eu caí, na verdade, acho que travou e eu caí. Eu retornei agora, infelizmente eu perdi uma parte da sua fala, Mariana, e perdi as inscrições no *chat* também. Não sei se tem alguma inscrição, mas eu queria pedir para o... **MARIANA, SEDESE:** Você quer que eu repita rápido? A Sandra se inscreveu depois de mim, eu estava explicando que ontem eu participei da comissão de orçamento, disponibilizei a apresentação que foi feita na Assembleia, mandei para o *e-mail* do CEAS, para o CEAS compartilhar com os conselheiros. E, como a Natália não participou da nossa reunião de ontem, porque ela também não pôde participar, a gente não tinha essa informação que ela já tinha recebido os formulários, e o que foi conversado é que se não conseguíssemos tirar algumas propostas hoje, pelo tempo curto

de discussão, teria que ser no máximo até segunda ou terça-feira, se precisar fazendo uma reunião extraordinária da comissão de orçamento ou de um grupo de trabalho para esse fim. Ok, Patrícia? **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana. Muito obrigada, viu? **MARIANA, SEDESE:** Aí a Sandra se inscreveu depois de mim. **PRESIDENTE INTERINA:** Está joia, obrigada. Sandra, por favor. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu gostaria de reforçar essa fala da Mariana, dizer que eu penso que seja fundamental que a comissão de orçamento consiga reunir na semana que vem para fazer propostas. A partir do que Mariana compartilhou com a gente, não deu para olhar ainda, eu acho que precisaria de um tempo para olhar e analisar, e aí talvez ampliar um pouco a discussão, levando em conta o que eu já coloquei ontem para a comissão, que é toda essa questão da pandemia. Eu penso que a gente vai ter que repensar mesmo essa questão de financiamento da assistência, por causa das consequências que a pandemia pode trazer para o nosso público, para o nosso usuário. A minha proposta é reforçar essa questão – não sei se a gente consegue fazer isso hoje - mas, pelo menos, um tempo para poder ler o material que a Sedese compartilhou. Muito obrigada. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Sandra. Proposta muito importante mesmo. Agora são 10h44, o início da discussão do PPAG estava previsto para às 11h20. Hoje estamos com um tempo um pouco melhor, assim a gente pode fazer uma discussão mais qualitativa, mais intensa, ainda mais para uma pauta tão importante para nós. Eu queria pedir para o Éleron fazer um relato de como foi o processo do PPAG do ano passado, para a gente conseguir pensar em estratégias para esse ano, apesar de que está sendo diferente. Eu até vi que a Gabriele pediu inscrição, mas eu queria te pedir licença, Gabi, se o Éleron podia falar na sua frente e depois você trazer também a informação de como foi esse ano. Obrigada, viu Gabi? O Éleron está presente? **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Estou sim. Estão me ouvindo bem? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Ano passado, na outra revisão nós contamos muito com o apoio da própria Secretaria Executiva, foi interessante porque nós... A Consola estava com todas as planilhas, com tudo aquilo que seria objeto de pauta relacionado à assistência social em mãos, então nós montamos uma comissão, juntamos alguns conselheiros, acho que Sandra estava participando, João, Márcio Caldeira, Joanita, eu, e mais um pessoal ligado à Frente Parlamentar em Defesa do Suas, de alguns gabinetes. Nós passamos ponto por ponto e fomos percebendo aquelas alterações dentro do PPAG que nos eram afeitos. Quando nós chegamos lá, por exemplo, não sei como vai ser esse ano, mas eu lembro que no ano passado a assistência social estava dentro de uma sala junto com outras políticas, acho que educação também estava junto. As apresentações não são específicas e fechadas para o nosso grupo, esse trabalho de preparação nos auxiliou muito no dia porque, quando nós chegamos lá, é apresentado a proposta de revisão com a meta específica, com o objeto muito específico, e aí é aberto para pontuações. Eu creio que se você simplesmente participar da

reunião, acho que é isso que eu queria contribuir, o simples participar da reunião eu não sei se, é lógico que é válido, mas não sei se é efetivo. O que nos auxiliou muito, ano passado, foi esse trabalho prévio de saber o que estaria em pauta, discutimos antes e fomos com as propostas já prontas, que aí quando foi apresentado a gente fez as pontuações que necessitávamos fazer. Acho que uma estratégia para que a gente tenha uma efetividade, uma participação efetiva, seria também essa, porque sem conhecer de antemão e sem levar algo construído já, caso o coletivo queira fazer algumas alterações, acho que não vai surtir tanto efeito. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Élerson, obrigada. Esse resgate foi muito importante e esse ano a gente conversando, até em reunião da sociedade civil, a gente notou uma dificuldade que tivemos com essa pauta do PPAG, em função mesmo da falta do Secretário Executivo, porque logo no início, quando a gente teve uma reunião, teve um convite para uma reunião, foi enviado por *e-mail*, e aí depois que a gente... Eu acho que poucas horas antes da reunião que a Natália percebeu que a gente tinha que responder cinco perguntas para apresentar na reunião lá, e eu no grupo de *WhatsApp* da mesa diretora pedi para os técnicos da Secretaria Executiva rascunharem uma resposta com base nas discussões que estavam sendo feitas nas últimas plenárias, e aí a Secretaria Executiva fez uma força-tarefa para poder responder isso, mas que o ideal era a gente ter discutido isso em plenária, ter discutido mais, só que a gente não teve uma condução. Como estamos com uma troca frequente de presidente e também sem o Secretário Executivo para poder distribuir as tarefas, explicar “olha, esse *e-mail* está falando isso, a gente precisa disso”, colocar as pautas para as comissões. Isso nem estava direito na pauta da comissão de orçamento, mesmo porque a gente está sem técnico na comissão de orçamento, então infelizmente essa questão da Secretaria Executiva acho que influenciou muito negativamente na condução dessa pauta. Mas, a partir de agora a gente tem que ver o que podemos fazer para correr atrás do prejuízo dessa discussão. A Gabriele é a próxima inscrita, por favor, Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Hoje eu estou com um probleminha de conexão, vocês me ouvem bem agora? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sim. **GABRIELE, SEDESE:** Ah, que bom. Só tentando resgatar, o Élerson já contou um pouco do processo – antes, lembrando, a gente fazia isso presencialmente – só que antes de ir à assembleia, antes da Consola levar os formulários, a gente também deliberava em plenária. Não sei se vocês se recordam, quando o Executivo apresenta o PPAG e o CEAS aprova a proposta de PPAG do Executivo, a gente já utilizou a mesma plenária para priorizar quais seriam os pleitos do CEAS na ALMG. A Conselheira Joanita tomou muito a frente disso, eu me recordo, a Conselheira Ivone, o próprio Élerson, entre outros no ano anterior, já iam para essa reunião da Assembleia Legislativa com os formulários praticamente já guiados, preenchidos. Antes do conselho se manifestar lá na Assembleia, a gente fazia uma deliberação em plenária, esse é o primeiro ponto. O segundo é que mudou um pouco, como essa questão do presencial para o virtual, a Assembleia

Legislativa mudou um pouco a metodologia. Acho que estamos correndo um pouco contra o tempo, mas ainda não tivemos prejuízos, por quê? No que eu recebi aqui, na verdade assim, eu estou falando aqui enquanto executivo, porque todo esse processo de discussão participativa, principalmente desse ano, o convite, como a Patrícia falou, foi para o CEAS e para a Sociedade Civil do CEAS. Não é isso, Patrícia? Quem recebeu o convite diretamente foi a própria Patrícia, que como ela disse, indicou a Natália, e essa é a lógica mesmo. O CEAS já aprovou o PPAG que a Sedese apresentou e agora o conselho, sociedade civil organizada faz novas proposições de pleito, ou para aumentar uma ação orçamentária, ou para criar uma ação orçamentária. Muito nesse sentido. Mas, aí quanto à metodologia, o evento foi virtual. No ano passado, em um encontro a gente já apresentava, a Assembleia Legislativa apresentava a metodologia, o executivo apresentava o PPAG e na mesma reunião a sociedade civil já fazia os pleitos. Esse ano foi diferente, na reunião do dia 21 foi uma reunião de apresentação de metodologia e o Executivo apresentou os principais programas e ações de 2020, as metas e expectativas para 2021. Estamos até com essa apresentação aqui, eu acho que a Mariana fez essa apresentação ontem na comissão de orçamento. Se vocês acharem necessário, a gente projeta e a Mariana fala rapidamente de novo. O que aconteceu dia 21 foi isso, e aí a Natália, eu imagino, porque eles inclusive pediram que só a sociedade civil preenchesse a lista de presença, então a Natália deve ter preenchido a lista de presença, a gente confere com ela depois, e ela ou o conselho deve ter recebido o formulário. O que a gente preenchia lá no papel, na Assembleia Legislativa, esse ano eles disseram que vai ser um formulário, tipo *Google Docs, online*, e eles disseram que até o dia – não sei se esse prazo mudou – mas, eles falaram que do dia 26 a 30 de outubro seria o prazo para a sociedade civil formular suas sugestões, demandas, necessidades e encaminhar à Assembleia. Eles mencionaram que seriam aceitas, esse ano, duas propostas por entidade por esse formulário online, que aí eu não tenho acesso ao *link* desse formulário, eu imagino que a Natália recebeu, ou a Patrícia, e a gente verifica. Depois que a gente mandar esse formulário *online*, até o dia 30, é que vai ter o segundo encontro no dia 5 para discutir essas propostas que chegaram para eles. O que eu entendi da metodologia foi isso, mas aí mais uma vez, enquanto executivo que está lá participando. Se vocês acharem necessário, a Mariana pode refazer aqui a apresentação que ela fez dia 21 lá na Assembleia. Por ora é isso.

**PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Gabi. No *e-mail* que a Natália recebeu, que ela me enviou, está falando dia 28 até às 10 horas da manhã para enviar duas propostas. A gente sabe que para a sociedade civil de forma geral está aberta a consulta pública, no *site* da Assembleia até o dia 30 de outubro. Mas, para o CEAS enviar, é até quarta-feira de manhã mesmo. O próximo inscrito é o Silvestre. **SILVESTRE, SEF/MG:** Oi, Patrícia, eu gostaria de me aliar à fala do Élerson porque na última reunião, ano passado, eu apesar de ser do governo, participei pelo conselho do idoso, e eu pude perceber que foi muito confuso esse

processo. Diversos conselhos dentro de uma sala, muito misturado, muito confuso, e o que o Élerson colocou a respeito de já preparar isso antes e levar, eu acho que é muito importante. As próximas que tiverem, deveremos proceder dessa forma, acho que ficaria mais objetivo e mais concreto. Gostaria realmente de ver a Mariana falar outra vez aquilo que ela colocou ontem na nossa reunião, porque foi de forma clara e ela também se disponibilizou a mandar no *e-mail* de todos aquilo que ela falou. É isso que eu tenho a falar. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, viu Silvestre? Importante mesmo esse registro para conseguirmos resgatar o que foi feito no ano anterior e conseguir tirar ideias para esse ano. Aqui no *chat* a próxima inscrita é a Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Só reforçar, a Gabi foi super clara, foi isso que a Gabriele falou sobre metodologia, e a apresentação eu posso focar e fazer rápido aqui para vocês, porque na assembleia a gente fez bem rápido também, eu não fiquei passando muitas telas também não. Na verdade, são duas telas principais que mostram as doze ações orçamentárias que nós temos. As propostas têm que ser voltadas a essas ações, se for necessário para relembrar vocês, a gente coloca essas telas aqui, com as ações orçamentárias, pode pontuar o que é cada uma e vocês veem qual a melhor forma de fazer o encaminhamento. Como são dois formulários, eu acho que de início teria que escolher duas ações orçamentárias para montar propostas. Eu não sei como é que é o formulário que você recebeu, eu acredito que sejam no máximo duas ações. Será que é isso, Patrícia? Você abriu esses formulários para ver? Porque sendo... **PRESIDENTE INTERINA:** Eu recebi o *e-mail* agora que a Natália me mandou, aí eu abri só o *e-mail*, não abri o formulário não, porque eu estou acessando pelo celular, tanto *e-mail* quanto o *Google Meet*, aí eu não vou dar conta de fazer isso agora. São duas propostas mesmo, aí acho bacana você fazer essa apresentação, mas aí como a Luanda... Na comissão a gente já tinha até discutido também sobre fazer essa apresentação das deliberações da conferência, eu acho que seria interessante a Luanda fazer essa apresentação da comissão de monitoramento para a gente ver quais são as propostas e depois a gente pensar essas propostas nesse programa, nessas ações do PPAG. Acho que são 12 que você vai apresentar, não é? Eu sugiro essa metodologia. **MARIANA, SEDESE:** Ok, só para confirmar depois, aí eu não sei o que é melhor... Para ter certeza se o formulário, sendo apenas dois formulários, se a gente vai ter que escolher duas ações orçamentárias, porque nós do governo não vimos esse formulário. Se for semelhante ou igual ao formulário que a Seplag manda para a gente, então teríamos que escolher duas ações, aí eu passando as 12 para vocês, tiramos duas e discutimos em cima de duas. Mas, eu concordo com seu encaminhamento, a Luanda faz primeiro, depois eu apresento as ações. Acho que vai ficar nisso até meio-dia. **PRESIDENTE INTERINA:** Está joia. Pode ir transmitindo a tela. Eu vou mandar para o *e-mail* do CEAS agora o *e-mail* que a Natália me mandou, aí se o pessoal do CEAS conseguir ir olhando o formulário também e trazer mais algumas informações, mas antes, a Maria Paula também está inscrita, está bem? Antes da Luanda apresentar. **PAULA**

**SEC. EXECUTIVA CEAS:** Patrícia, eu só queria retomar um pouquinho aqui quando você falou, o Élerson também falou, esse ano foi muito diferente a condução da Assembleia. Como o Silvestre já falou, do ano anterior foi bem confuso todos os grupos, eu já participei, mas não do anterior, há uns três, quatro anos atrás e já era assim, eram todos os grupos juntos, fica um pouco confuso sim, aí é uma luta, cada um puxa para o seu lado. Mas, o que teve de diferente nesse ano – além de a gente não ter o Secretário Executivo, como você acompanhou as tratativas – quando eles mandaram o convite foi realmente só para a sociedade civil, tanto que nós ainda pleiteamos se podia ir todo mundo, se podia suplente, titular, e eles foram muito restritivos, pediram os contatos e enviaram tudo diretamente para os conselheiros, tanto que dessas reuniões eles nem comunicaram ao CEAS, foi diretamente para o *e-mail* específico de cada conselheiro só da sociedade civil. Então teve coisa que o CEAS, realmente, eu fiquei sabendo da reunião quando você mandou pelo *WhatsApp* para o CEAS falando que teria, porque a própria Assembleia não comunicou o CEAS, foi diretamente a cada conselheiro e informando que aquilo seria só uma discussão prévia, que era um primeiro contato e que posteriormente faria contato quando fosse realmente para a apresentação das propostas. Ficou muito direto, tanto essa questão da Natália também, não veio para a gente, foi diretamente para os conselheiros. Já que eu entrei aqui, eu vou completar mais um pouquinho, é que também nas justificativas, o do João Bosco, ele justificou que não conseguiu entrar hoje porque ele está com problemas de saúde, na próxima ele virá para tomar posse. E o Lucas também acabou de justificar no grupo da sua ausência, que não tinha feito até então. É isso, daqui para frente nós podemos estar tratando juntos, mas houve essa mudança sim da Assembleia, de indo direto para os conselheiros, muita coisa passou mesmo por fora da Secretaria Executiva. Só justificar isso aí, está bom?

**PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Paula, esse ano realmente foi muito confuso. A gente até tentou abrir a participação para mais conselheiros, não só da sociedade civil e não apenas os titulares, mas estava bem restritiva a Assembleia esse ano. Luanda, por favor, pode seguir com a apresentação. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Vocês estão vendo a tela, gente?

**PRESIDENTE INTERINA:** Sim. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Estamos. **LUANDA, FETSUAS/MG:** A gente reuniu, a comissão de normas, no dia 17 de agosto, a Adelmira nesse mesmo dia mandou para todo mundo essa planilha, aí a gente separou das propostas, das deliberações de nível estadual, aquelas que a gente considerava importantes tratar no PPAG. Essas que estão de rosa é para a gente acompanhar e eu vou ler somente essas que estão em verde, que é para a gente pensar como proposta no PPAG. A primeira é: cofinanciar os municípios com recursos para construção e adequação dos equipamentos da assistência social, visando a ampliação de espaços físicos e a ampliação de equipes técnicas, bem como para compra de veículos e equipamentos, além de fortalecer a rede de atendimentos, garantindo a fixação dos repasses nos três níveis de governo. É uma proposta que estava

dentro do eixo um, é uma ação que não está prevista em PPAG e na LOA. Pelo objeto, município cofinanciado, ela poderia ser custeada pelas ações 4.132 ou 4.534, e aí assim, a comissão analisou que esse cofinanciamento pode ser revisto na revisão orçamentária do PPAG como ampliação do repasse do Piso Mineiro. E também a gente fez uma análise pelo plano decenal, e pelo plano decenal também está prevista como uma diretriz de profissionalização da política. A segunda deliberação é melhorar a infraestrutura das diretorias regionais da Sedese, visando fortalecimento do suporte técnico para oferta de capacitação técnica aos profissionais dos municípios. Essa é uma ação que está prevista no PPAG, custeada pela ação 4.129, e a análise da comissão é que ela é uma ação em execução, exemplo, os equipamentos e notebooks para as diretorias regionais, agenda permanente de capacitação e apoio técnico, só que tem uma necessidade de ampliar o recurso destinado a isso. Terceira deliberação: apoiar e cofinanciar os municípios para criação e fortalecimento da vigilância socioassistencial, de forma que seja referência de base de dados e informações para avaliação, ampliação e implantação dos serviços e programas a serem ofertados pelos municípios. Aí a gente vê também que é uma ação não prevista no PPAG e pelo objeto a ação número 4.534, piso variável, ela pode ser custeada sim por essa ação. A análise da comissão é de que o apoio técnico sim, cofinanciamento direto específico não. É possível fazer o apoio técnico, cofinanciamento não. Então há uma necessidade de repasse específico para essa proposta orçamentária de 2021 e a sugestão é que seja na ação do piso variável, cofinanciamento específico para a vigilância socioassistencial. A quarta seria a criação e incentivo financeiro para criação de fóruns regionais de trabalhadores e usuários, visando a integração e o fortalecimento da Política Pública de Assistência Social, valorizando e apoiando os municípios de pequeno porte 1. Então já existe essa ação prevista, 4.133, e a gente tem aí essa como uma meta, uma deliberação de várias conferências, necessita de um financiamento próprio para a ação, e a sugestão é incluir isso na proposta orçamentária de 2021, também pleitear a emenda parlamentar estadual e federal para essa finalidade. A quinta seria apoiar financeiramente os fóruns regionais e municipais para entidades trabalhadoras dos fóruns estaduais. A mesma proposta vem aparecendo em vários eixos. Sexta: garantir capacitação continuada com linguagem acessível, presenciais e a distância, para os profissionais do sistema de garantia de direitos para rede socioassistencial e intersetorial, a fim de melhorar a articulação para o aprimoramento da gestão do Suas. Essa é uma ação prevista no PPAG, n.º 4.129, capacitação, apoio técnico e gestão do Suas. A gente entende, pela análise da comissão, que é necessário garantir no orçamento, capacitações específicas para tratar o tema dentro dessa ação 4.129, é também uma diretriz do plano decenal. A gente tem aí também, como deliberação: articular, junto à União, a viabilidade de retornar os cursos do CapacitaSuas para os profissionais da assistência social. E aí a relação com o PPAG tem como garantir mais recurso na ação 4.129 também, especifica as ações de

capacitação nos moldes do CapacitaSuas. A gente entende também que é necessário garantir mais recursos na ação 4.129, para poder aumentar, para fazer valer essa proposta de deliberação. Acho que é a oitava proposta: qualificar e capacitar, sob a lógica da educação permanente, os conselheiros, trabalhadores e usuários nos moldes do capacita suas, manutenção do controle social e garantia dos direitos dos cidadãos. Mais uma proposta que entra na ação 4.129. Nona: estimular a implantação, estruturar, fortalecer e efetivar espaços de participação, como fóruns: municipal, estadual e regional, de trabalhadores, entidades, usuários, Urcmas, promover ações e eventos populares, possibilitando discussões, socialização de conhecimentos, instrumentalização da sociedade civil com objetivo de difundir a relevância da comunicação no planejamento, execução e controle social. Essa é uma ação prevista na 4.133, que é reunião de fóruns e Urcmas. Novamente aquela história, ela aparece em vários eixos, várias conferências, então necessita de a gente pensar um orçamento próprio para essa ação e incluir na proposta orçamentária. Designar recursos financeiros para efetivação integral do controle social, para manutenção dos conselhos, de modo a garantir o funcionamento dos conselhos municipais através do financiamento público do estado, apoiando as ações de fortalecimento e controle social. Não foi identificada uma ação específica no PPAG para financiamento do controle social dos municípios, para além do que tem já no IGD Suas, então é uma ação que não está contemplada na 4.133. Seria uma ação de criação de cofinanciamento estadual específico para o controle social nos municípios, essa é uma ação que ainda nem está prevista lá, no PPAG. Criar plataformas de publicidade das ações, reuniões e decisões dos conselhos de assistência social, bem como informações públicas relacionadas à prestação de contas, divulgando agenda do conselho estadual e garantindo cofinanciamento para a realização de campanhas cobrando dos meios de comunicação espaço para divulgação dos conselhos; conscientizar e mobilizar os usuários da rede socioassistencial, através de mídias sócias - rede social, relacionado à participação dos conselhos de assistência social. Ela tem relação direta com a ação 4.133 e aí, para isso, é necessário ampliar o aporte de recurso para a 4.133, de comunicação, mobilização, e ampliar esses espaços de diálogo para o usuário. Ampliar os serviços aos usuários para além dos serviços de fóruns e Urcmas, aí o CEAS fazer esse acompanhamento. Priorizar e aprimorar as ações de fomento à participação de idosos, de crianças e adolescentes, de pessoas com deficiência, de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, de comunidades tradicionais e rurais, de refugiados e de populações em situação de rua nas instâncias de controle social. Então a gente viu que não existe ação específica no PPAG, e há uma necessidade de atuação especializada direcionada aos povos tradicionais específicos do Suas. Então verificar se a descrição das ações do PPAG abrange alguma dessas especificidades e públicos, ou se é necessário a gente propor uma ação específica. E aí pensar também, nas próximas eleições do CEAS, ações afirmativas para o processo eleitoral. Décima primeira: promover reuniões

centralizadas do conselho estadual de assistência, descentralizada. Essa é uma ação que está prevista na ação 4.133 do PPAG, então é preciso garantir nesse orçamento da 4.133 o orçamento para a Caravana CEAS e para a realização das plenárias descentralizadas. Criação de uma ouvidoria estadual da assistência social para que os usuários tenham maior acesso às informações e sugestões para Política de Assistência Social, também prevista na 4.133, e aí garantindo o orçamento da 4.133, o custeio dessa ação. Fortalecer os conselhos na sua função de controle social e na capacidade de avaliar os serviços no Suas, serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Benefícios de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, etc., por meio de mais investimentos e apoio técnico, bem como criar canais de escuta dos usuários. Aqui a gente identifica que são ações já previstas na 4.133 e 4.129, mas precisamos garantir no orçamento o custeio dessas atividades e a necessidade de ampliar espaços de diálogo, escuta, para o usuário. Garantir a estrutura adequada para a efetiva atuação das diretorias regionais da Sedese, através do aumento de recurso orçamentário para manutenção de serviços, bem como aumento da rede para que seja proporcional à abrangência das diretorias regionais, prestando apoio às Urcmas e fóruns. Essa parte dessa deliberação pode estar contemplada na ação 4.133, e parte na UO Sedese, não sei. Depois a Gabi fala o que é isso, que eu não me lembro. A comissão analisou que as diretorias regionais são custeadas na unidade orçamentária Sedese, e não no fundo estadual, então solicitar à Sedese essa ampliação. Mas, para apoiar Urcmas e fóruns, esse recurso vem da ação 4.133. E a última deliberação: garantir o financiamento para a manutenção de fóruns dos trabalhadores e usuários, da mesma ação que apareceu várias vezes como proposta, a ação prevista na 4.133 e é isso. São essas as propostas que a gente considerou que podem contribuir para podermos pensar em uma proposta para a revisão do PPAG. E é isso pra pensar.

**PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Luanda. Parabenizar a comissão de acompanhamento das deliberações da conferência, pelo excelente trabalho, realmente são muitas deliberações, não só da conferência estadual, como das conferências regionais, então é uma tarefa árdua fazer a compilação desses dados. Parabéns e obrigada. Deixa eu ver se tem alguma inscrição no *chat*. Não tem, então acho que a gente poderia passar a palavra para a Mariana fazer a apresentação e aí, na sequência, eu peço para a Secretaria Executiva projetar a proposta da Lei Orçamentária Anual que foi aprovada pelo CEAS, para refrescar a nossa memória também, o quadro da LOA, para pensarmos nos pleitos que a gente pode propor. Mariana, a palavra é sua. **MARIANA, SEDESE:** Está bem. Gabi, eu queria que você me ajudasse, se você conseguisse projetar somente a apresentação, tem duas telas, aí eu vou focar nessas duas telas. Isso, ver se eu visualizo aqui. Isso, essa é a primeira tela que eu acho importante. Achei muito boa essa planilha que vocês fizeram, depois eu quero, porque como para mim ela é nova, depois eu vou ler melhor aqui, está bem? Luanda e a comissão que fez, realmente

ficou muito interessante. Também, como eu estou mais nova nesse processo, quando foi discutida aqui, foi o quê? Mês de julho, ou agosto vocês devem ter discutido o que a Patrícia falou, que foi a revisão das ações, dos atributos, dos valores da LOA. Vocês chegaram a discutir essa planilha também, ou essa planilha é a primeira vez que está sendo apresentada aqui? Para eu entender. **PRESIDENTE INTERINA:** Na época, na reunião das comissões a proposta era apresentar, só que a gente teve uma reunião muito demorada e aí eu acho que só por volta de 19h que o Sávio conseguiu começar a apresentar, então fez uma apresentação muito breve, correndo nos principais pontos, e aí a apresentação ficou muito prejudicada, não é Sávio? Foi bom a Luanda ter conseguido apresentar com mais calma esses pontos para a nossa reflexão e análise. **MARIANA, SEDESE:** Está bem. Aí eu vou falar um pouco aqui, essas ações que estão na tela, que eu estou colocando aqui são as oito ações que estão hoje dentro do FEAS. Eu vi que nessa planilha vocês já fizeram a análise de muitas coisas, inclusive falando o que tem, o que não tem, o que é necessário. Na minha opinião, e até considerando o momento que nós estamos hoje, é mais produtivo a gente sugerir alterações nas ações que já existem, do que criar novas ações, até porque a criação de novas ações vai impactar também em destinação de recurso para essas ações. E aí, agora, a gente pode pleitear recursos, mas a gente não tem garantia de que vá conseguir esses recursos. Uma situação que eu coloquei ontem, na reunião da comissão de orçamento, é que essas audiências da Assembleia, de participação popular e contribuição, são muito importantes para a gente discutir tudo que tem no PPAG, como que o estado está fazendo a execução. Só que na prática, o que a gente tem vivenciado esse ano principalmente, que só foram, em termos de valores, financeiros e orçamentários, só foram executadas emendas impositivas. As emendas de participação popular, no que eu estou me referindo a valores orçamentários e financeiros, não foram executados por causa do contingenciamento de recursos do estado. Inicialmente eu penso que a melhor alternativa agora, para esse momento, é a gente verificar quais ações aqui que precisariam de talvez rever os atributos da ação, a finalidade, aumentar o público-alvo ou... A finalidade mesmo, o produto que a ação orçamentária traz, onde que a gente incluir algumas coisas. Mas, se o conselho entender melhor que pode propor a criação de novas ações orçamentárias, a gente pode caminhar para isso também. Voltando aqui, nós hoje temos, dentro do FEAS... E aí eu estou falando que hoje a Subas, a Subsecretaria de Assistência, a gente faz a gestão de 12 ações orçamentárias que contemplam a assistência social, sendo que oito estão dentro do FEAS e quatro fora do FEAS, que estão envolvendo a Política de Assistência, mas elas também são, ou tem ação só administrativa, tem as ações que foram criadas agora na pandemia e tem uma ação que é compartilhada. No FEAS, a gente tem essa ação de capacitação, apoio técnico e gestão do Suas, então assim, inicialmente, pelo pouco que nós conversamos aqui, eu penso que a gente pode também melhorar um pouco os atributos dessa ação para incluir,

por exemplo, essa ação, hoje, o público-alvo dela é qualificação, capacitação só de pessoas. Mas, quando estamos falando de apoio técnico e gestão, estamos também falando para municípios, não somente pessoas. Uma ideia rápida que me veio na cabeça seria talvez ampliar um pouco o público-alvo dessa ação, para poder incluir financiamentos, projetos de apoio técnico e gestão do Suas dentro dessa ação. Na ação 4.130, ela é muito voltada para a regionalização da proteção especial, que são os Creas regionais, ela está bem focada na manutenção dos quatro Creas existentes e dos municípios referenciados a esses Creas. A ação 4.131 nós temos voltada para a proteção de alta complexidade, também bem fechada nas casas lares, nas parcerias atuais de casas lares e residências inclusivas. Acho que a Sandra escreveu que não está conseguindo ver. Bom, na minha tela está... Eu acho que é você, Sandra. Passa a mão no visor, deve ter saído na tela de apresentação, está na tela de pessoas, fica aparecendo só os participantes da reunião, para mim está tranquilo. A ação do Piso Mineiro é a 4.132, é também fechada para o cofinanciamento do Piso Mineiro, que são as ações continuadas, então eu até abri ela para rever, é a ação do Piso Mineiro é voltada no cofinanciamento de serviços continuados no repasse fundo a fundo mensal. A ação do piso variável, ontem eu até fiz uma fala na reunião, que eu acho que essa ação é uma ação também que poderia ser revista, mas a princípio eu penso que é uma ação que não tem execução, de fato. Para além do fato dela não ter execução, nem orçamentária, nem financeira, analisando o decreto fundo a fundo, o piso variável não foi regulamentado ainda. O nosso decreto, fundo a fundo, o ano dele é de 2015, e pegando o histórico aí do que que foi o piso variável, a intenção era transformar o antigo financiamento que existia de série histórica, de antigos programas de exploração sexual, Pet, Curumim, acolhimentos antigos... Aí a equipe que está antiga também pode me falar, porque assim, estamos fazendo um levantamento disso até para melhorar, ampliar e aprofundar na discussão exatamente dessa ação e do que é hoje o piso variável. Em 2015 foi feito o decreto fundo a fundo, que tem a previsão de regulamentação desse piso. Na verdade, ele nunca foi regulamentado e também nunca foi pago, e isso é uma coisa que tem me chamado muito a atenção porque foi um questionamento que eu já peguei recente, nas primeiras reuniões, é o pagamento do piso variável. Só que hoje eu vejo que a gente tem uma série de, talvez, até impedimentos para fazer esse pagamento, porque eu não encontrei regulamentação para ele ainda, diferente do Piso Mineiro, o fixo. E hoje, o Piso Mineiro fixo já tem financiado tanto serviços da básica, quanto da especial. Eu estou trazendo isso aqui para a reflexão, porque internamente eu tenho discutido isso com a equipe da Subas, eu pedi o pessoal para fazer um levantamento de todo esse histórico, de como foi criado o piso variável, inclusive porque na minha época de gestão municipal ele não existia. Eu não cheguei a trabalhar na época que eu tive diretamente com assistência, mas enfim, eu penso que essa é uma ação orçamentária que precisaria ser revista ou discutida, aprofundada. Nós temos aí a ação 4.133, que é apoio ao controle social e

gestão do Suas, ela está focada também no funcionamento do CEAS, também pode ser um pouco ampliada porque em uma das falas da Luana, a Luana também falou no caso do apoio do controle social municipal, eu vou lembrar aqui. A ação da Rede Cuidar é uma ação específica que depende de a gente conseguir um financiamento externo, porque ela não tem um financiamento. Então os dois anos que a gente teve Rede Cuidar, além de ter o problema da vedação eleitoral, que só pode fazer esse tipo de programa no ano que não é eleitoral, ainda depende do financiamento externo, que no caso foi a loteria que financiou. E por fim, o Aproximação Suas é o projeto que já me referi a ele hoje mais cedo, é o projeto estratégico do governo voltado para os municípios de menor IDH. Essas outras ações são as quatro ações orçamentárias que estão fora do FEAS. É a ação 2.081, que é para pagamento de pessoal da Subas, para despesas administrativas da secretaria. Essa ação 4.226 é uma ação que eu pedi para criar agora, recente. Ela não existia antes, vai ser criada a partir do ano que vem para receber recursos de emendas parlamentares, principalmente, e para poder executar outros projetos de assistência social que a Sedese consiga captar recursos. Isso é um pedido até da Assembleia, uma demanda que chega muito para Sedese, e não existia essa ação, então foi criada para a isso. Ela cabe sim apoiar municípios, apoiar instituições, mas ainda a gente não tem recurso próprio destinado a ela, ela depende de captação de recursos. E a ação 1.066 e a 1.049 são as duas ações extras, criadas esse ano pela Lei Estadual que criou programa de enfrentamento a pandemia. Eu quis mostrar para vocês rapidamente, até para a lembrar as discussões que a gente teve, e a partir disso conseguir melhor aqui, está bem? Então estou aberta a perguntas e reflexões. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana, obrigada. Passando para os inscritos, o Sávio é o primeiro. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu queria a primeira tela, por favor. De apoio ao controle social. Acho que a grande novidade e o motivo para se fazer uma revisão, logicamente se você faz um plano para quatro anos, a possibilidade de você modifica-lo de acordo com como varia a realidade social, é lógico que tem essa possibilidade. Mas, o fator aí importante é a realização, neste meio tempo, de conferência. E aí, como os planos de assistência social fazem a partir... O grande motivador da execução dos planos e o elemento que contribui bastante para a construção é justamente as conferências, você pega, é um menu absolutamente farto, e que ultimamente tem se qualificado bastante, na análise das deliberações você até assusta se comparado a 10 anos atrás. São deliberações bem sofisticadas, bem reais da necessidade da política. Eu acho que esse apoio ao controle social, pelo menos 70% do que foi elencado pela comissão e foi apresentado hoje aí, dá para trabalhar isso aqui. O que a gente observa? Por exemplo, ações importantes de controle, Urcmas é uma delas, fóruns estaduais, fóruns regionais de trabalhadores, incentivar essa instância porque daqui a pouco as representações vão estar vindo dos fóruns de usuários, dos fóruns dos trabalhadores, dos fóruns das entidades e não simplesmente nomear as entidades. Isso é importante para o controle, trabalhar o controle

social nessa perspectiva da representação. Isso é importante. E estâncias também, incentivar a possibilidade de que os conselhos municipais instituíam instâncias de controle social de acordo com o serviço que é oferecido, por exemplo, o Cras oferece três serviços, pega os usuários do Cras e faz uma reunião com eles, justamente para poder qualificar o serviço através da crítica do usuário e, nessa perspectiva, o usuário vai trabalhar a sua argumentação, o seu protagonismo, então você mata dois coelhos com uma cajadada só. Praticamente foi falado isso nas deliberações, na análise das deliberações pela comissão de monitoramento. Acho que dá para encaixar aí uma série de coisas importantes, absolutamente imprescindíveis, não é? E primeiro a gente tem que desmitificar a ideia de que controle social não gasta recurso. O recurso financeiro é importantíssimo para o controle social, caso contrário você não vai ter controle social. Essas instâncias são importantíssimas, descentralizadas. A descentralização do controle social, na verdade, não é? Vamos chamar assim. É importante ser constituída para o próprio funcionamento do conselho estadual, a gente percebe isso na comissão de apoio é absolutamente clara a necessidade de trabalhar a instituição dessas instâncias de controle social. Aqui também, na gestão descentralizada do Suas, a gente percebe que esse apoio para as Urcmas e apoio para os conselhos pode ser dado minimamente por uma estrutura que ainda não existe nas regionais do estado, não é isso? Fala também, nós temos lá a proposta, foi dita aí sobre isso, alguma estrutura mínima que possa levar esse apoio às instâncias descentralizadas, como Urcmas, fórum dos trabalhadores. Eu acho inclusive que no conselho tem até uma representação importante de um forte de trabalhadores de uma sub-região. Aqui, se tivesse apoio, poderia crescer, poderia desenvolver, então acho que isso é imprescindível e eu fico satisfeito que praticamente todas as propostas se encaixam nessa 4.133 aí. Dá para trabalhar bastante com o que foi deliberado em conferência e é bom a gente saber que, de forma mais direta ainda, a gente está considerando as deliberações. Elas nem estão absolutamente contidas dentro de um plano, vão constar em um plano, matéria-prima de plano é deliberação de conferência, e já vai direto para uma revisão do PPAG. Então é expertise nossa fazer com que se considere isso, ok? **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Sávio, muito obrigada. A próxima inscrita sou eu. Finalmente me inscrevi. Na apresentação da Mariana, na segunda tela tem algumas ações, se puder até transmitir a segunda tela da apresentação da Mariana, tem as ações 2.081 e aí ela até falou, isso, 2.081, que é assessoramento a Política Estadual de Assistência Social e, não sei se entendi bem, a 4.226 foi criada recentemente, que é apoio financeiro e material ao serviço socioassistenciais. E aí a Mariana, pelo que eu entendi que ela falou, que essas estão fora do FEAS, aí eu queria entender porque se são ações relacionadas à assistência social, como essa 4.226, por exemplo, apoio financeiro e material aos serviços socioassistenciais, eu queria entender porque ficou fora do FEAS. E essas outras duas, 1.066 que é auxílio emergencial temporário em decorrência da propagação do coronavírus, e a 1.049 que são

ações assistenciais para idosos e população em situação de rua, são aquelas duas ações previstas na Lei 23.632, se não me engano, aquela lei que a gente fala há muito tempo que é uma lei que autoriza a abertura de crédito suplementar adicional com recursos do Fundo de Erradicação da Miséria para essas ações, que é a 1.066 e a 1.049, que seriam com recursos do FEM. Essas duas eu entendo que estão fora do FEAS, apesar de que como estão na função 08, no meu entendimento deveria estar no FEAS sim, já tivemos muita discussão a esse respeito. Aí eu queria saber da 2.081 e da 4.226. A Mariana já se inscreveu para explicar. **MARIANA, SEDESE:** Vocês querem que eu fale agora ou eu espero? Porque tinha alguém também que pediu para falar. É melhor eu responder... **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pode falar, Mariana, pode responder. **MARIANA, SEDESE:** Está bem. Patrícia, um dos assuntos que você tocou foi o fato de estarem fora do FEAS. A função 08, assistência social – função orçamentária 08, que classifica as despesas, gastos com assistência social – não é exclusiva do FEAS, tanto é que outras secretarias do estado, outros órgãos, atividades, também têm ações orçamentárias classificadas com a função 08. Patrícia falou que é, então, na verdade, Patrícia, eu acho que a discussão polêmica pode começar por aí, isso. Nós temos entendimento e aí, recentemente, eu estava... Recentemente mesmo, porque eu cheguei na subsecretaria agora, em setembro, e logo no início a gente teve essa conversa interna com jurídico e planejamento e eu cheguei até a consultar também os materiais do governo federal, da Secretaria do Tesouro Nacional, então depois eu posso procurar de novo e compartilhar, as funções orçamentárias podem ser utilizadas em outras atividades, órgãos, na verdade são outros órgãos. No caso dessas ações, o por quê delas estarem fora do FEAS? Porque elas não são exclusivas, eu vou dizer assim, utilizadas exclusivamente pelas Subas nos serviços de assistência. Quando eu pedi para criar essa ação apoio financeiro e material a serviços, é por uma demanda de recebimento de emendas parlamentares. A Sedese recebe muitas emendas parlamentares e, historicamente, essas emendas eram vinculadas ao gabinete da Sedese, não ficavam diretamente com a subsecretaria, e se misturavam muito as ações de assistência com outras ações da secretaria. Então essa é uma demanda que tinha por separar as emendas parlamentares da assistência das emendas parlamentares das outras secretarias, porque são projetos da assistência. O fato de não ser custeado pelo FEAS, não deixa de ser um serviço de assistência, como exemplo, nós temos emendas parlamentares para serviços de convivência, para apoio às entidades socioassistenciais, as Apaes são as maiores beneficiárias, instituições de acolhimento, e esses projetos – porque são projetos, as emendas são para custear projetos específicos de apoio, início, meio e fim, não são serviços continuados – estavam soltos, soltos que eu falo é distante da Subas, sem gestão da Subas, uma gestão feita mais dentro do gabinete. E a Seplag, do ano passado para cá, a lógica de construção de orçamento da Seplag é que as ações têm que ficar dentro das suas áreas específicas. Então até 2018 tinha uma ação

orçamentária para receber emenda de tudo, agora todas as subsecretarias e todas as políticas, áreas finalísticas, têm suas ações específicas para as ações orçamentárias. No caso do auxílio emergencial da 1066 e da 1049, foram criadas fora do FEAS pela Lei Estadual, a lei que criou... Eu estou falando, aí não consegui ler a mensagem, mas enfim, quando foi criada a Lei Estadual, já criou elas fora do FEAS. No início, aí eu também vou te falar, não sei exatamente, não participei da discussão da criação dessas ações, mas como era também para captar recursos e receber recursos de emenda, eu acredito que foram colocadas fora do FEAS para isso. Deixa eu ler sua pergunta: "O nome do programa apoio a serviços não pode levar a erro?" De que tipo? As emendas serem criadas... **PRESIDENTE INTERINA:** É porque o nome é apoio à serviço socioassistencial. Eu, deputado, vou destinar o recurso da minha emenda para o serviço socioassistencial. Se é serviço socioassistencial, não deveria estar dentro do Fundo de Assistência Social? Aí não seria um erro? **MARIANA, SEDESE:** Mas o que ocorre... **PRESIDENTE INTERINA:** Você citou a Apae, a Apae são serviços socioassistenciais, aí destina a emenda para a Apae, então está destinando ao serviço socioassistencial, mas aí está destinando fora do fundo. Isso não poderia ser um equívoco? **MARIANA, SEDESE:** Olha só, o deputado quando indica a emenda, ele direciona o beneficiário, aí a gente pode até discutir isso aqui. Os recursos que são colocados no FEAS são pactuados e deliberados, então quando o deputado destina o beneficiário, como que isso vai ser pactuado no CEAS? Aí eu pergunto para vocês, porque se vocês tiverem uma sugestão, uma alternativa para isso, porque senão nós vamos impedir as instituições e as prefeituras, porque no caso aqui a gente está falando de prefeituras e entidades, de receber recurso de emenda parlamentar direcionado para assistência. **PRESIDENTE INTERINA:** Na verdade não, Mariana. A gente, no CEAS, recentemente até deliberou sobre uma emenda parlamentar que foi para vários municípios diferentes, e no conselho municipal, por exemplo, a gente já deliberou, recentemente, sobre uma emenda parlamentar que o deputado quis destinar ao lar dos idosos, que é um serviço socioassistencial, e aí o conselho delibera porque está indo para o fundo, não é? E aí vai para o fundo, para aquela entidade, então isso já é feito dessa forma há muitos anos na verdade, não sei nem desde quando, e aí me estranha isso assim, porque um recurso, por exemplo, vai para o serviço socioassistencial para a Apae, por exemplo, aí você está nesse programa fora do fundo, não vai ser submetido ao controle social do estado, no caso o CEAS, então isso me preocupa sim. **MARIANA, SEDESE:** Do estado, exatamente. Do estado não fica submetido ao controle do FEAS mesmo não, e no âmbito do município fica submetido ao controle municipal da instituição, do município que já existe. Mas, aí é uma pergunta mesmo para entender o que você está falando. Eu, aí eu vou te falar o pouco tempo que eu vi aqui, não tem nenhuma emenda parlamentar dentro do FEAS hoje, emenda parlamentar estadual não tem. O que eu vi, e a Claudinha pode até me ajudar, é uma emenda parlamentar federal, mas que veio para a Sedese executar, mas fundo

a fundo, fundo nacional para fundo estadual. Mesmo assim, pelo que a Claudinha me explicou, porque eu conversei sobre isso recentemente, o deputado fez a emenda destinando beneficiário, aí eu não sei se o CEAS ratificou, assim, como é que foi o procedimento. Porque o que eu estou querendo chamar atenção de vocês é isso, quando estamos falando de pactuação e deliberação eu entendo que a gente vai passar pela CIB e pelo CEAS, para pactuar e para a deliberar. Quando o parlamentar indica o beneficiário, não sei, como que seria? Eu entendo que não se trata nem de pactuação e nem de deliberação, na verdade é isso, porque o beneficiário já está direcionado, ela vem... Exatamente, ela é o que antigamente chamavam de carimbado, não sei se muita gente ainda usa esse termo. Ela é carimbada, é o beneficiário e o item de despesa também, ele já vem, a gente... O que a atuação nossa do estado, no caso da Sedese e da Subas, é aprovar no sentido de adequar tecnicamente ou pedir adequação quando a gente entende que não está de acordo com a finalidade ou precisa ser melhorado o projeto apresentado. Não sei... **PRESIDENTE INTERINA:** É, tem algumas inscrições. Como eu levantei essa temática, gente, acaba que eu estou rebatendo a Mariana, me desculpem assim. Mas teve uma resolução recente em relação a isso, eu acho que de julho, eu queria até pedir para a Secretaria Executiva me ajudar a localizar essa resolução, que foi até o Elder que apresentou essa emenda parlamentar que veio para o fundo, mas tem mais tempo. Seguindo a ordem de inscrições, a Luanda está inscrita primeiro. **LUANDA, FETSUAS/MG:** É, eu vou falar uma coisa que não está, acho, que na discussão. O pessoal começou a se inscrever, eu acho, em relação a discussão, eu passo minha vez. Quando passar essa discussão em torno da 4.226 eu retorno, acho que é melhor. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Luanda. A próxima inscrita é a Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Minha fala é... Vocês estão me ouvindo? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim. **GABRIELE, SEDESE:** Minha fala é só assim, uma observação com relação à essas ações que estão projetadas, que são na unidade orçamentária da Sedese. Temos uma exceção entre essas ações, que é a 1.049: ações socioassistenciais para idosos, população em situação de rua e enfrentamento da Covid. Só porque assim, a gente apresentou todas porque tem a ver com a gestão da assistência, mas a 1049, diferente das outras, não está vinculada ao programa 065, de aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. Foi uma definição do governo, porque como essa é uma ação específica da covid, está vinculada a um programa da saúde, é o programa 026: enfrentamento dos efeitos da pandemia covid-19. Só achei necessário fazer esse esclarecimento, porque como no *slide* está projetado como programa 065, só esclarecer que a 1049 está vinculada ao programa 026, enfrentamento dos efeitos da Covid, que estão gerenciados pela Secretaria de Saúde, mas, como a Mariana já explicou, tem interface com a assistência social, porque são emendas também relacionadas à covid e que vão para entidades de assistência também. Seria só isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Gabi. A próxima inscrita é a Sandra.

**SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Nessa questão das emendas, eu fico pensando se elas de fato não teriam que estar no fundo, mesmo para garantir a questão do controle. Emenda parlamentar, nós, assim, a experiência que eu tenho com emenda parlamentar é que ela geralmente passa pelo conselho e a comissão de monitoramento e avaliação do conselho acompanha a execução disso daí. O conselho vai olhar se a entidade está apta a receber o recurso e acompanhar a aplicação desse recurso. Eu fico pensando se não teria que passar, não é? Acho que nesse sentido, a colocação da Patrícia procede, penso que talvez teria que, se há a possibilidade de repensar isso, sabe? Agora, mais de uma forma geral, desde quando começamos a discutir, que Luanda apresentou as propostas da conferência e desde ontem que a Mariana apresentou essa questão do PPAG, eu ainda estou sentindo falta de algo mais ousado em relação à questão da pandemia, sabe? Nós não saímos da pandemia e não vamos sair tão cedo. Não tem vacina. Às vezes eu sinto falta de uma reflexão, de uma análise mais... E aí, desculpa, eu não estou dizendo que nós estamos errando não, está bem? Isso é uma questão minha mesmo. Às vezes eu sinto que a gente precisa fazer uma análise mais profunda do que está acontecendo na sociedade, do que está acontecendo com toda essa crise com essa questão da pandemia, que tem nos deixado, digamos, repensando a nossa ação. Olha só, nós já estamos chegando no final do ano, e nós nunca mais conseguimos fazer uma reunião presencial, as reuniões nossas são todas virtuais. Assim também estão sendo dos conselhos municipais, então falar de reunir, não sei, quando a gente coloca na questão do controle social e a gente fala de conferência, fala de Urcmas, fala de fórum, isso é importante, e como que vai trabalhar essas questões nesse contexto novo, de que as pessoas não podem mais se reunir nesse momento? E ao meu ver, a gente ainda vai ficar um tempo sem isso daí. Eu penso que a revisão do PPAG é um momento para a gente repensar a assistência social nesse contexto, da pandemia e da pós-pandemia, que eu nem sei quando isso vai acontecer. Eu estou sentindo falta de a gente ser mais ousado nessa questão, está bem? Muito obrigada. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Sandra, obrigada. O próximo inscrito é o Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Pessoal, eu acho que a gente tem que se ater mais à primeira planilha, das oito, onde a gente vai estar influenciando, e eu acho importante a gente já reiniciar aí, fixar mais, porque eu acho que casou direitinho esse apoio ao controle com a análise das deliberações da última conferência, e isso é muito importante para a nós. Agora, eu estou falando isso, mas eu queria dar um pitaco na questão da emenda parlamentar. A emenda parlamentar é um recurso complementar, um recurso muito importante, um recurso valoroso, é muito dinheiro, e que o conselho estadual pode solicitar. A gente tem que solicitar, as entidades tem de solicitar, fazer uma proposta de onde vai ser gasto esse recurso, mostrar uma proposta bem organizada, bem objetiva também, que ninguém vai ficar lendo um testamento lá, um objetivo é o que se quer com isso. Agora, quando cai no conselho, o conselho aprova mesmo que for para entidade, pode ser, já recebemos emenda por controle

social também, por diversos motivos, aí você explica o porquê e o que você vai fazer. Agora, as entidades são inscritas no conselho, as entidades que podem receber essa emenda parlamentar e o que o conselho vai dar aval, e ela sendo inscrita faz seu plano de ação anual e a prestação de contas anual, aí vai ter que estar contido o recurso e a avaliação da utilização desse recurso pelo conselho, entendeu? De certa forma, o conselho tem responsabilidade sobre o recurso que recebe, que vai para o fundo e é repassado imediatamente para a entidade, está ok? Cai no fundo e vai para a entidade. O conselho estadual não tem esse controle porque as entidades estaduais de assistência social, ou seja, entidade que atua em mais de um município, não tem inscrição no conselho, então não sei como é que faz isso, ou então verifica onde esse conselho é inscrito, em quais cidades, e solicita isso que eu te falei, que eu acabei de falar. É isso, e voltando no apoio ao controle social e à gestão descentralizada do Suas, acho que casa muito bem para avançar a descentralização do controle social requer uma descentralização da gestão do Suas também, para a dar o suporte necessário. Acho que está casando muito bem, é só a gente propor um detalhamento do que seja apoio ao controle social, a começar pela descentralização do mesmo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Sávio, obrigada. A próxima inscrita é a Claudinha. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bom dia, gente. Não, mas é só para reforçar isso que a Mariana falou mesmo. Aquele convênio que o Elder levou para a aprovação, aquele realmente Sedese, ele não é recurso do CEAS, mas por ser assistência, a proposta tendo sido feita para a Sedese, o conselho tem que dar declaração que tem ciência daquilo. A gente não tem mesmo, no fundo, orçamento de fonte 24, que seria a fonte de convênios. Eu acho bem pertinente mesmo essa questão toda estar na Sedese, inclusive por essa questão de aprovação e deliberação que a Mariana falou, mas de qualquer forma, isso não impede – se eu estiver errada, o controle social do recurso da assistência, porque eu já disse mais de uma vez, a Sedese também é assistência social. A gente entende a separação de recurso do fundo de assistência, a gente entende isso tudo, só que a gente tem as questões, igual a Mariana falou, são emendas de deputados. Como é que a gente vai fazer esse trabalho de estar aprovando ou não esse tipo de emenda? Mas, é isso. A fonte 24 até hoje a gente não teve fonte 24 no FEAS, a fonte do fundo a gente recebe, quando recebe recurso do governo federal, é a fonte 56. As duas últimas que a gente teve de fonte 24, todas foram feitas na Sedese. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Rápido, está bem, gente? Só um esclarecimento assim, do ponto de vista operacional. Eu quero que vocês entendam também que o fato de uma ação orçamentária estar fora do FEAS é também porque ela não é apenas gerenciada ou está sob a gestão da Subas. O que exatamente significa isso? No caso dessas celebrações de parcerias e convênios dessas entidades que recebem emenda, isso está na gestão operacional do SPGF da Sedese, é a Superintendência de Planejamento e Gestão. Tem uma diretoria específica que cuida disso, não está na nossa gestão, até porque a gente não tem condição, isso é um

serviço da área meio mesmo. O que a Subas faz é avaliar se tem o CNEA, se eles apresentaram o CNEA, se a finalidade está dentro da finalidade da Lei Orgânica da Assistência, da Política de Assistência. E a gente faz essa análise, é uma análise rápida, técnica, a Subas emite um parecer dando ok para se enquadrar dentro dessa ação que tenha finalidade de apoiar projetos de assistência. Então é isso que eu queria complementar, ok? Para explicar até a operacionalização, porque todas as ações do FEAS são operacionalizadas, gerenciadas dentro da Subsecretaria de Assistência, inclusive comigo como ordenadora de despesa. E o que fica fora do FEAS, também tem atuação de outros setores, como eu disse, ações que perpassam a subsecretaria de assistência. Para ficar claro, está bem? Porque envolve também todo esse fluxo operacional. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, obrigada, Claudinha. Obrigada, Mariana. Eu sou a próxima inscrita, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, da gente encaminhar essa discussão das ações 2.081 e 4.226 para a análise da comissão de orçamento, porque assim, se são recursos aplicados em serviços socioassistenciais, é importante analisar se de fato não deveria estar no Fundo Estadual, porque mesmo que não seja a Subas que operacionaliza, se é serviço socioassistencial eu tenho esse entendimento. Eu queria fazer essa proposta de encaminhamento, e até colocar em votação, se me permitem, porque a próxima inscrita é a Luanda, e aí já seria retornando ao foco da pauta, que é em relação aos dois pleitos. Estou acompanhando aqui no *chat* para ver se tem alguma manifestação, como ninguém se manifestou ainda, eu acredito que eu posso colocar essa proposta de encaminhamento em votação. Não precisa de abrir a tela, não é? Os conselheiros que concordam de pautar essa discussão das ações 2.081 e 4.226 na comissão de orçamento, por favor, continuem como estão. Se algum conselheiro tiver alguma objeção, por favor se inscreva no *chat*. Como a gente não teve nenhuma inscrição no *chat* ainda, eu solicito à Secretaria Executiva que anote esse encaminhamento como pauta para a comissão de orçamento. A Mariana está colocando no *chat* que está de acordo, que o fato de estar fora do FEAS não impede o controle do CEAS, visto que são ações da Política de Assistência. Ótimo, bem colocado. A próxima inscrita é a Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pessoal, eu penso que foi o que já conversamos, pelo que a Mariana já apresentou, pelo que a comissão de monitoramento também percebeu das demandas que vem das deliberações, eu penso que os dois principais pleitos para o PPAG, para essa revisão, seria 4.129 e a 4.133. Inclusive, o Sávio ressaltou muito a questão do controle social, do apoio à Urcmas, fóruns, mas também tem uma quantidade muito grande de propostas para a conferência, que vão no sentido da capacitação, do apoio técnico, que casam aí com a 4.129. A minha sugestão é que a gente elabore, como proposta para o CEAS, esse pleito de revisão para a 4.129 e 4.133, e adequando, ampliando essas ações com o que foi proposto pelas deliberações da conferência. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Obrigada, Luanda. A próxima pessoa inscrita,

deixa eu ver aqui, sou eu a próxima inscrita. Eu faço coro à fala da Luanda em relação à importância dessas ações, a 4.129 é capacitação e a gente sabe o quanto é grande a demanda por capacitação, isso fica claro nas propostas deliberadas na última conferência. Eu represento o Cress, no CEAS, e na comissão de assistência social do Cress, recentemente, fiz um levantamento junto à categoria em relação às principais pautas, e aí o que mais aparece, disparado, é a necessidade de capacitação, mesmo o Cress não sendo – o Cress, como conselho de classe, não compete a ele realizar as capacitações – mas, a categoria tem uma necessidade tão grande que até chega a confundir quem seria o responsável por isso. Eu também acredito que seja uma ação importante, mas quando a gente vê lá a PLOA, a Proposta de Lei Orçamentária Anual que a gente aprovou, o pleito está de R\$ 300.000,00, eu achei um valor pequeno, aí eu queria saber com o pessoal que está acostumado a participar disso, se tem como a gente aumentar o pleito para isso, se seria R\$ 300.000,00 mesmo? E uma outra coisa, também, assim como Luanda, defendo a 4.133, que é apoio à controle social, não apenas porque ano que vem é ano de conferência regional e estadual de assistência social, mas também pela necessidade de ações e apoio ao controle social. Ontem eu escutei uma frase que achei excelente, que conselho forte é gestão forte, então a gente precisa mesmo apoiar os conselhos municipais para que eles de fato acompanhem, fiscalizem a Política de Assistência Social e ajudem a fortalecer a gestão nos municípios. E não podemos deixar de destacar também a necessidade de fomentar os fóruns de usuários, trabalhadores, entidades e também as Uniões Regionais dos Conselhos Municipais, as Urcmas, que agora, em função da pandemia, eu notei que estão mais desmobilizadas, não é? Já que não está sendo possível fazer os encontros presenciais, a Urcmas metropolitana, por exemplo, de Belo Horizonte que foi a primeira e sempre tão atuante, nesse período da pandemia mesmo não conseguiu se reunir virtualmente, então a gente tem que fomentar mesmo essa participação. E aí, pensando um pouco na fala da Sandra, pensando nessa necessidade de capacitação, é importante a gente lembrar também que está com uma consulta pública no *site* do Ministério de Cidadania, de um documento preliminar que dispõe sobre as diretrizes para a assistência social em contexto de emergências. Então assim, a pandemia não acabou, a gente não sabe quando vai acabar e os impactos, os abatimentos dela também não temos noção de quanto vai durar, então precisamos repensar nossas práticas e na capacitação a gente consegue muito fazer isso. Seria mais ou menos nesse sentido a minha fala. Deixa eu ver quem é a próxima pessoa inscrita, é o Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Olha, eu reconheço a importância das diversas propostas e tudo mais, mas eu acho que a gente deveria concentrar em uma só. Uma que eu acho prioritária, que sem ela realmente a gente não vai andar nem para fazer capacitação, é a 4.133, a gente tem que organizar. Eu não canso de falar isso, a forma é muito importante. A partir do momento que você estabelece a forma, a função fica mais fácil de se realizar. A função é mais o dinamismo

de como funcionar as coisas. Essa forma, se não for estipulada... A nossa comissão de apoio ela é, toda reunião a gente fala nisso, não tem condição. A estrutura, como é que você vai chegar em um conselho municipal? São 853 municípios, vai chegar um a um? Impossível isso. Tem que ser pelas regionais, tem que ser... Você pega, por exemplo, Muriaé ontem a gente estava vendo o Censo Suas na reunião, são 17 municípios. É muito mais fácil uma pessoa da regional de Muriaé ligar para esses 17 municípios para te dar uma resposta de um dia para o outro sobre isso. Agora, a gente vai comunicar, não tem essa estrutura intermediária, um a um, chega depois de dois meses. Até ontem tinha gente respondendo aquele questionário que a gente produziu em junho, quer dizer, é muito complicado e desanimador. Agora, com essa estrutura que a deliberação de conferência mostrou para a gente, uma educação permanente vai ser muito mais eficiente a partir do momento que esteja estruturado da forma que as deliberações estão insistindo. Acho que deliberação é tudo, está nos mostrando tudo: é Urcmas, fóruns de usuários, trabalhadores e comissões locais para dar condição para a emancipação do usuário. Aliás, o fundamento é esse, pessoal. O fundamento da Política de Assistência Social é protagonizar o usuário, que no momento se encontra em dificuldade, no momento se encontra vulnerável, isso aí te prejudica profundamente. Esse empoderamento do usuário, esse protagonismo, é isso que a gente tem que trabalhar, e vai ser com estruturas de Urcmas, fóruns e da possibilidade de o usuário fazer crítica ao serviço. Acho que está muito bem colocado, essa deliberação de conferência foi bem sábia mesmo. Estou admirando cada vez mais as deliberações de conferência. Eu concentraria, sem querer desprestigiar nada, quando você prioriza, naturalmente você não está desconsiderando a outra proposta, não é nada disso. A gente costuma considerar dessa forma, mas não é. Eu priorizaria a 4.133. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, posso falar? Eu acho assim, gente... **PRESIDENTE INTERINA:** Eu tive dificuldade de abrir o microfone. Pode falar, não tem ninguém inscrito não. **MARIANA, SEDESE:** Temos que escolher dois encaminhamentos, no caso aqui, duas ações para a gente focar. A minha sugestão é, considerando toda essa conversa que a gente teve, seria focar na 4.129 e na 4.133, que eu acho que é o que vocês já falaram, marcar de forma bem urgente, para segunda-feira um grupo de trabalho ou a reunião extraordinária da comissão, para abrir esse documento que foi enviado para vocês, por *e-mail*, e a gente fazer as alterações devidas no que o grupo entender como que deve ficar. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana, obrigada. Estou verificando no *chat*, não tem nenhum inscrito. Eu fiz um comentário no *chat* para o Sávio, mas eu acho que nem todo mundo acompanha o *chat*. Que controle social também é capacitação. Que a Resolução 643/2018, que dispõe sobre os parâmetros para a educação permanente do Suas no Estado de Minas Gerais, dispõe que a participação em fóruns, Urcmas, conselhos, é capacitação. Então não deixa de ser. Mas, como a gente tem a possibilidade de solicitar dois pleitos, Sávio, de repente seja interessante a gente preencher esse formulário com as duas propostas e, na

hora da participação, focar mais na 4.133 considerando até que tem um valor maior de pleito, de R\$ 1.000.000,00. O pleito que a gente fez, pelo menos na proposta da PLOA aprovada para a 4.129, de capacitação, é de 300 mil. Eu queria até ver com quem já participou de alguma reunião do PPAG para poder tratar disso, como que o pleito? Se a gente tem que fazer o pleito exatamente no valor que a gente já fez na proposta da Lei Orçamentária Anual, ou se a gente pode fazer um valor diferente? Não sei, talvez a Gabi ou outra pessoa saiba me responder, tirar essa dúvida. **GABRIELE, SEDESE:** Estão me ouvindo? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim. **GABRIELE, SEDESE:** Como eu falei, acho que a gente precisava ver o formulário, sabe, Patrícia? Para entender se eles estão pedindo os valores em memória de cálculo, porque eu me recordo que teve ação que foi criada, inclusive pelo CEAS, por exemplo, a ação do Rede Cuidar, que veio como janela orçamentária, veio só com R\$ 1.000,00 para a criação da ação. Teve outras, por exemplo, a suplementação na ação do Piso Mineiro, de 20 milhões para aumentar o Piso Mineiro, que aí o CEAS teve que apresentar uma memória de cálculo por conta de chegar nesse valor. A gente precisava ver como que está o formulário esse ano, eu não saberia te falar não. **PRESIDENTE INTERINA:** Está certo, Gabi, mas até essa fala já esclarece um pouco. Mas assim, como a orientação são dois, eu sugiro como encaminhamento, Sávio, que a gente discuta ações para o pleito, e aí faça uma reunião na semana que vem para poder discutir melhor com o formulário aberto. Eu até consultei a agenda da Natália agora, ela está em uma reunião de seminário, mas ela respondeu o *WhatsApp* e falou que terça-feira ela acha que teria disponibilidade. Por ser coordenadora da comissão e ter participado da primeira e da segunda reunião, e também o nome dela está previsto para a terceira, eu acho que seria interessante a gente tentar na terça-feira. E aí, também podemos, na comissão de orçamento, tentar adequar a agenda, lembrando que tem que ser antes de terça-feira, porque até às 10 da manhã, antes de quarta-feira, porque dia 28 até às 10h da manhã já tem que ser enviado isso para a Assembleia. Considerando que não tem nenhum inscrito, eu queria colocar as propostas de encaminhamento em votação. O Sávio faz a proposta de uma, alguns conselheiros propuseram duas. Sávio, a gente pode consensuar em duas propostas? Ou você mantém a proposta de encaminhamento de ser somente um pleito? Não sei se o Sávio está falando, porque o microfone está fechado. Às vezes a gente esquece de abrir, não é? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Patrícia, enquanto o Sávio não entra, é só levantar também que a Sandra tinha feito, não sei se era uma proposta, mas que ela fez a reflexão da questão da pandemia, aí não sei se entra como proposta do PPAG. Vê isso com ela, Sandra. **PRESIDENTE INTERINA:** Sandra, seria importante a gente formular melhor essa proposta de encaminhamento. Como poderíamos colocar? Será que essa reflexão não poderia entrar dentro dessa ação mesmo? Apoio, controle social e capacitação, pensando que fica aí o desafio para a gente trabalhar mais essa temática dentro dessas ações? **SANDRA, CMAS**

**MONTES CLAROS:** Posso falar? Posso, não é? Não tem ninguém inscrito. Eu, particularmente, não tenho muita... Pela primeira vez não estou me sentindo segura nessa discussão. Acho fundamental qualificar o debate do apoio do CEAS ao Cmas, dessa questão dos fóruns das Urcmas, acho fundamental, sempre defendi isso daí. Mas, agora, diante da situação atual, eu não estou me sentindo assim, com elementos suficientes para isso. Ainda continuo insistindo nessa questão toda da pandemia. E vou ser bem sincera com os colegas conselheiros, a sensação que eu tenho é que nós estamos um pouco descolados da realidade que está acontecendo, sabe? Quando a gente começa a propor, quer dizer, nós estamos em uma situação que não está favorável para reuniões, e aí eu digo para vocês o seguinte, a Sedese tem ofertado capacitações, a gente tem feito um esforço muito grande para que o pessoal participe e o pessoal não tem participado, justamente o pessoal tem essa dificuldade da questão da distância, parece que a questão presencial fala muito mais alto, muito mais forte. Eu tenho dificuldade é disso, de ver como a questão vai ser efetivada, então eu estou sentindo que a proposta não está muito colada com a situação atual que a gente está. Mas, também não quero impedir que avance a discussão, por isso que eu tenho ficado mais calada. E eu prefiro assim, prefiro discutir a partir do que está hoje posto para nós. Eu nem sei se assim, a gente vai fazer conferência ano que vem? Ah, vamos fazer conferência sim. Então a conferência é virtual, porque até lá acho que não tem vacina não, e nós não somos loucos de colocar um grupo de 500, 700 pessoas em um auditório, não é? Acho que tem umas coisas que a gente tem que pensar, sabe? Mas eu não tenho essa coisa elaborada não, até para falar estou procurando palavras para que não seja mal interpretada. Obrigada.

**PRESIDENTE INTERINA:** Sandra, obrigada, eu concordo com você que a gente está um pouco descolado sim. Nunca vivenciamos uma situação dessa, sempre vivenciamos situação de calamidade, mas em decorrência de enchente, em alguns municípios já teve em função de barragem, mas uma pandemia como essa, realmente, impõe desafios que às vezes estão até para além da nossa capacidade atual de discussão. E assim, eu entendo muito a sua fala, a Luanda também colocou que também concorda, mas também não tem uma proposta concreta para solução. Aí eu fico pensando que realmente temos que começar a discutir mais isso, não sei se no âmbito da comissão de política seria possível, mas até tentando acompanhar um pouco essa discussão a nível nacional também, dessas diretrizes que estão sendo discutidas via consulta pública no momento. A única coisa que eu consigo pensar assim é de ter ações, nesse sentido, dentro dessas duas ações de capacitação e apoio ao controle, porque a gente realmente vai precisar de tratar essa temática tanto com os Cmas, que provavelmente também estão passando pela mesma dificuldade do CEAS para discutir os rebatimentos da pandemia, como também em relação à capacitação. No levantamento da Cress sobre quais as demandas dos assistentes sociais, o que mais apareceu foi isso, a capacitação em relação à pandemia, como será esse pós-pandemia, enfim, queria só fazer essa reflexão também

junto da Sandra. E a próxima inscrita é Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Concordo com tudo que vocês falaram, e eu estou lendo, relendo essas ações, acho que realmente tudo o que foi conversado aqui é importante focar nelas, e essa ação até de capacitação tem no descritivo, ela está falando sim de ações mais virtuais, mas a ação do controle social ainda não fala de ações realizadas de forma virtual. E o produto final dela – quando a gente tem uma ação, a gente tem o produto – ele está muito focado também em reuniões, plenárias e conferências. Eu acho que a gente pode sim focar, mesmo talvez parece que vai ficar repetitivo, mas quando a gente está falando de qualificação de conselheiros, isso também poderia entrar nessa ação. Então assim, é no sentido mesmo, eu acho que de concordar. Eu acho que todo mundo está caminhando para um consenso das duas questões, que diante do momento é o que daria para, talvez, pensar melhorias aqui. É isso. As ações orçamentárias, eu estou só reiterando, a 4.129 e a 4.133. **PRESIDENTE INTERINA:** Beleza, Mariana. Sandra... Bom, a Sandra não manifestou, então queria retomar para o Sávio. Não sei se o Sávio está presente agora. Parece que teve um problema na conexão. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Patrícia, tranquilo, eu estou aqui. Estou ouvindo, estou tranquila, viu? **PRESIDENTE INTERINA:** Está ok, Sandra. Obrigada. Então, Sávio, a gente tem algumas propostas em relação aos dois pleitos. Eu queria ver com você se a gente pode caminhar para um consenso, ou se você gostaria que a gente colocasse em votação as duas propostas de encaminhamento, de apresentar um pleito só... **SÁVIO, CMAS BH:** Pode ser as duas. **PRESIDENTE INTERINA:** Está joia, Sávio. A gente coloca em votação a proposta de encaminhamento para a Assembleia Legislativa para o pleito da ação 4.129, que é capacitação, apoio – eu não estou com ela aqui agora, só anotei capacitação – e a 4.133, que é apoio e controle social. Tentar esses dois pleitos. Acho que não precisa de colocar a tela agora não, não é? Podemos, a gente consensuou, não é? Acho que a gente pode, os conselheiros que concordam permaneçam como estão, e se algum conselheiro for contrário ou tiver outra sugestão pode se manifestar. Estou acompanhando o *chat*, não tem nenhuma inscrição, nenhuma fala a respeito, estou entendendo que os conselheiros estão sendo favoráveis à proposta de encaminhamento. A proposta foi aprovada. Retornando a pauta, primeiro queria parabenizar pelo nível de discussão, acho que foi bacana, a Gabriele até colocou aqui no *chat* que foi muito importante esse debate para qualificar o apoio do CEAS aos conselhos municipais. Então eu acho que, apesar das dificuldades, estamos tentando seguir no caminho certo. Retornando à pauta, agora são 12h22, a gente está dentro do prazo. Pela pauta, estava previsto para entrar para o almoço 12h30, acho que a gente pode liberar os participantes. Bom almoço a todos. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Gente, acho que a Patrícia teve problema. Ela fechou. Vocês ouviram ou eu que não estou ouvindo nada? **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** É isso que eu estou perguntando. **GABRIELE, SEDESE:** Ela mandou no *chat*. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela mandou no *chat*? **REGINA, SEC.**

**EXECUTIVA CEAS:** Sim. Abertura 13h30. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** É, nós não ouvimos a finalização dela. Tudo bem. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** É porque não fechamos os encaminhamentos todos. Vocês leram os encaminhamentos que estão aí na tela? **REGINA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela colocou agora que é o retorno as 13h30, então a Patrícia encerrou. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sim, mas é porque ela finalizou aqui e nós não ouvimos a fala dela. Então ficou como pleito só aqueles dois... É, finalizou. 2081 e 4226 e isso não fechou. Aí depois do almoço a gente volta? **PRESIDENTE INTERINA:** Gente, eu voltei porque a Paula me mandou um zap falando que eu fiquei sem áudio. A parte da aprovação vocês pegaram? **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Patrícia, a questão é o seguinte, durante as falas saíram outras propostas: reunião na terça-feira, dia 27, saiu encaminhar para a comissão de orçamento a análise da 2.081 e 4.226 e isso não fechou. Aí depois do almoço a gente volta? **PRESIDENTE INTERINA:..... ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Seu áudio está ruim. **PRESIDENTE INTERINA:** Da 2.081 e da 4.226. Eu perguntei, durante a reunião, coloquei em votação essa proposta de encaminhamento antes de retornar. Depois, resgatando a ata vocês vão ver, aí eu perguntei se a 2.081 e 4.226, se poderia ir para a comissão de orçamento, aí eu coloquei em votação, o pessoal ficou calado e foi. Tem algum encaminhamento que eu esqueci? **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não, E a reunião do dia 27? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Essa está mantida? **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Está mantida a reunião da comissão de orçamento? Isso ninguém votou. **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, a gente pode colocar isso no retorno do almoço. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ah, está bem. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Beleza. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Porque você só falou assim que consultou a agenda da Natália, mas depois não houve a votação, se vai ter mesmo a reunião do dia 27. Seu áudio está falhando, pelo menos para a mim está. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Para a mim também, não estou ouvindo não. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não ouvi a Patrícia. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu estou com problema com meu áudio. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Você está congelada. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu tirei a câmera, vocês estão me escutando? **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Agora sim. **PRESIDENTE INTERINA:** Acho que a câmera está atrapalhando meu áudio. É porque estou no pacote de dados, meu *wi-fi* está com problema. O que acontece? Eu achei que reunião da comissão não precisava de deliberar. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Mas, como é extraordinária, não é? **PRESIDENTE INTERINA:** Ah, mas tem comissão que reúne semanalmente e não foi deliberado, e é extraordinário. Perco a amiga, mas não perco a piada, você sabe que eu gosto de você. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Mas, Patrícia... **PRESIDENTE INTERINA:** Deixa eu abrir a câmera para mandar um Beijinho para você. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Beijinho para você, querida. Aqui, é para a gente ficar acordado para os conselheiros da comissão de orçamento falar que houve uma deliberação... Porquê na comissão de orçamento só está você, não sei se o Senhor João

está... Quem é da comissão de orçamento, se estão todos aqui, entendeu? **PRESIDENTE INTERINA:** Está a Claudinha, a Sandra. O que a gente faz? Assim que retornar do almoço, eu coloco isso aqui, que eu não sabia que tinha que colocar em votação a reunião extraordinária da comissão. Aí a gente volta. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** É específico mesmo, só para ficar acordado que todos concordam que no dia 27 há agenda para eles participarem, entendeu? Que aí a gente vai organizar tudo. **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, eu coloco isso na hora que voltar do almoço. Está bem. A gente tem pouca pauta depois, porque eu acho que comissão de normas, de política e de orçamento não tem pauta para a trazer. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não. Apoio tem, Paula? Beleza, Patrícia. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não. Sávio só disse que tem uma fala. No horário vai ter uma fala só do Sávio, não tem pauta a ser acrescentada. **PRESIDENTE INTERINA:** Está bem. Mas, uma coisa que não colocou na pauta é a composição das comissões. Eu estava vendo o artigo 25, § 3º, que fala que tem que ter a composição. Então tem que dar voz para as comissões, mesmo que não tenha pauta, só para o Élerson, por exemplo, falar que a sociedade civil o indicou como adjunto e tal, porque tem que formalizar isso na plenária. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não, a gente pode, não necessariamente, mas podemos fazer. Não vai ter muita pauta à tarde, está tranquilo, mas não há essa necessidade não. **PRESIDENTE INTERINA:** É porque olha o que artigo 3º fala... Artigo 25, § 3º: "A composição das comissões temáticas e dos grupos de trabalho será definida pela plenária, preferencialmente paritário ou devendo haver um coordenador e um adjunto escolhido entre seus membros". E aí, como é o segmento que apresenta o nome, a sociedade civil já definiu. Aí não está na pauta, mas eu acho que dá para a gente incluir isso na pauta das comissões. **PAULA SEC. EXECUTIVA CEAS:** Sim, tranquilo. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** É, agora, na recomposição das comissões. Agora, na hora do almoço, depois da volta do almoço. **PRESIDENTE INTERINA:** Bom tarde. Estou vendo a relação de pessoas presentes, a Luanda Castro é da Seplag? Eu acho que a gente já tem nove conselheiros, não é? **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Isso Patrícia. Silvia, Silvestre, Rosiane, Patrícia, Mayra, Márcio Evangelista, Luanda, Gabriele... **PRESIDENTE INTERINA:** A Regina está perguntando no *chat*, quem é o usuário que entrou com o nome Celia. É importante também sempre, que todos os participantes lembrem de postar no *chat* o nome e a representação para que possamos fazer o registro na ata. Bom, agora, com a entrada do Élerson a gente já está com 10 conselheiros. Lembrando que a gente está com o quórum baixo até em função do atraso para algumas nomeações e também em função da alteração de alguns conselheiros que as entidades ainda não indicaram nomes, como no caso da Ariadna e do GRAAL também, da Laureci. Esses dias vamos ter um quórum um pouco mais baixo, mas, de qualquer forma, a verificação do quórum para a instauração dos trabalhos é a primeira coisa feita no dia. De qualquer forma, podemos retornar também. Só não podemos votar alguma matéria que precisa de quórum qualificado, que é com 2/3 dos

membros, como questão de orçamento, enfim. Retornando aí a pauta do dia, a gente tem a recomposição da Secretaria Executiva. Bom, essa é uma pauta que temos discutido há alguns meses, praticamente desde a saída da Consolação. E aí, fazendo um resgate para quem entrou recentemente, tínhamos uma secretária executiva, a Consolação, desde que o CEAS foi criado em 1996, ela aposentou e solicitou exoneração em julho e, desde então, estamos sem um profissional que execute o cargo de secretário executivo. Além disso, a gente também está com uma vacância digamos assim, para o técnico da Secretaria Executiva, que é responsável pela comissão de orçamento. No mês de agosto pautamos isso na plenária, foi encaminhado o envio de um ofício para Sedese, para tratar da situação. No mês de setembro, tivemos uma reunião da mesa diretora com a secretária de estado, Elisabeth Jucá, nessa oportunidade ela disse que a Cofin – a sigla, se não me engano, significa Comissão Financeira – deu parecer favorável para a recomposição de todos os postos e aí seguiu para a Advocacia Geral do Estado. Ela ficou de conversar com o procurador e disse que em um prazo de, aproximadamente, 20 dias, possivelmente teria a resposta. Isso foi em setembro, a gente pautou a situação na reunião de setembro também dando esse informe. E aí, agora em outubro, na reunião da mesa diretora a gente pediu um retorno – a reunião foi alguns dias atrás, essa semana ainda, terça-feira, se não me engano – e aí, até na terça a gente ainda não tinha um retorno. A gente tem participantes da Sedese, da Subas, não sei se estariam aptos para dar algum informe em relação a isso. Se a Mariana quiser a palavra... **MARIANA, SEDESE:** Oi, voltamos gente. Na verdade, eu tive resposta sobre o pedido da Cofin e da AGE essa semana e a resposta foi negativa. Eles não entendem os serviços da Sedese como essenciais. De modo geral, a resposta foi que o estado não pode aumentar o gasto com pessoal, então não tem como recompor essas saídas de pessoas, não tem como nomear porque tudo vai impactar no limite de despesas de gastos com pessoal. A única exceção, que eles entendem ser possível, é para pessoas, serviços em que atuam diretamente no enfrentamento da pandemia e pelo prazo da calamidade, ou seja, tem até um entendimento de que a Sedese poderia contratar ou nomear se fosse para atuação direta no enfrentamento da pandemia, pelo prazo de duração da pandemia. O CEAS não está nessa situação, nem o CEAS e nem alguns outros cargos da Sedese, então assim, infelizmente quanto a essa questão de possibilitar a nomeação de um secretário executivo, e ocupar outros cargos vagos, que aí lembrando para quem acompanhou a discussão anterior, não é somente a Secretaria Executiva do CEAS que está com esse problema. A gente está com esse problema em várias subsecretarias da Sedese e na Subas, com a saída de servidores efetivos, que a gente não consegue repor, saída de servidores de recrutamento amplo, que a gente também não consegue repor. A resposta que a gente tem atualmente é essa. Para esse ano eles não deram muita perspectiva, porque tudo está vinculado ao limite de gastos de pessoal do estado. Agora, eu queria também aproveitar e falar sobre a outra questão, para

além da Secretaria Executiva, e aí eu conversando internamente com a equipe da Subas, considerando que a gente tem a falta do secretário executivo e também a falta de técnicos – que vocês já mencionaram outras vezes – a prioridade estava sendo tentar a nomeação da Secretaria Executiva. Como a gente não vai conseguir, por enquanto, eu conversei internamente e a gente vai remanejar a Jeane – que eu já tinha pedido para fazer um apoio para a equipe da Secretaria Executiva do CEAS – eu vou fazer um remanejamento nas próximas semanas, acredito que a gente já consiga resolver isso. E a Jeane vai ocupar essa vaga de técnica da Secretaria Executiva do CEAS. Ela já é contratada da Sedese, nomeada, então eu vou fazer apenas o remanejamento funcional para compor a equipe do CEAS. É isso, por hora é o que eu posso dizer para vocês. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Mariana, obrigada pelo retorno. Você deu uma boa e uma má notícia. A notícia de que a Jeane vai ser técnica de apoio da comissão de orçamento é uma boa. Seja muito bem-vinda, Jeane, você já tem uma experiência no Suas e, com certeza, vai agregar bastante no CEAS. Em relação a essa questão da Secretaria Executiva ontem a gente até discutiu sobre as propostas de encaminhamento que a sociedade civil apresentaria a plenária, mas considerando esse retorno que você deu, que infelizmente o entendimento é que não é possível fazer essa recomposição, eu acho que a gente tem que retornar aí para o nosso Regimento Interno. Que compete ao CEAS, no inciso XXXV, acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de direitos socioassistenciais. E a gente tem que pensar que a Lei Estadual 12.262/1996, que é a lei do CEAS – que a gente chama de lei do CEAS carinhosamente – e o Decreto 44.402/2006, que trata da composição da Secretaria Executiva, estão sendo descumpridos. A gente tem uma nota técnica que a Consolação fez antes de sair, que também elenca uma série de normativas que dizem disso. Como proposta de encaminhamento, acredito que eu posso falar em nome da sociedade civil, a proposta é de que o CEAS acione o Ministério Público, relatando toda a situação, as tratativas realizadas e a legislação que a gente entende que foi descumprida. Essa é uma proposta de encaminhamento. Vou olhar no chat, para ver se tem alguma inscrição. O pessoal dando boas-vindas a Jeane, todos muito felizes. Não temos nenhuma inscrição ainda. Pessoal hoje está muito objetivo, não é? Vamos terminar a reunião bem cedo. Mariana, a gente se solidariza com a Sedese, entendemos esse cenário de dificuldade fiscal do estado, mas também não podemos deixar de cumprir o nosso papel enquanto conselheiros. Essa é uma competência da plenária, infelizmente a gente chegou em um impasse. A gente tinha até pensado em outras possibilidades, que não acionar o Ministério Público, mas diante desse parecer negativo da AGE, da Advocacia Geral do Estado, eu acho que não resta outra alternativa porque, de repente, o Ministério Público pode ter uma outra interpretação e aí viabilizar a contratação desse profissional que é tão importante, e que a gente tem sentido tanta necessidade, que a falta do secretário executivo está gerando vários problemas mesmo

para a rotina administrativa do CEAS, enfim. Eu estou olhando no *chat*, como não tem nenhuma inscrição, posso colocar em regime de votação? A Gabriele se inscreveu. **GABRIELE, SEDESE:** Vocês conseguem me ouvir, gente? Eu estou com muito problema no microfone hoje. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ótimo. **GABRIELE, SEDESE:** Não, é claro, eu entendo esse posicionamento. A Patrícia fala, inclusive em nome da sociedade civil, eu entendo, eu acho que a gente está aqui para discutir isso democraticamente, mas assim, eu só preciso registrar em ata a minha posição. Eu, na minha cabeça, isso não é matéria de Ministério Público, é uma questão administrativa e que pode, de certa forma, estar atrapalhando algumas atribuições, mas eu acho que o conselho deixou de funcionar por causa desse problema, que como a Mariana falou, é um problema do governo inteiro. Eu estou passando por esse problema na minha superintendência da mesma forma, estou sem técnicos, nem o cargo de diretora eu consegui substituir com rapidez, mesmo sendo um cargo da estrutura formal. Eu só queria colocar o meu ponto de vista, que eu não acho que é matéria para uma ida ao Ministério Público, mas entendo a posição e respeito muito. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Gabriele. Obrigada, a Luanda é a próxima inscrita. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Bom, eu só queria mesmo enfatizar que eu acho que esse encaminhamento que a Patrícia traz é importante, principalmente por a gente entender que o MP é um órgão também fiscalizador, e para a gente entender também, do meu ponto de vista, que a Secretaria Executiva tem feito falta, inclusive no funcionamento do conselho tem inviabilizado algumas questões no funcionamento do conselho mesmo. Algumas questões que a gente vem discutindo aí, está fazendo muita falta e o conselho está ficando com seu funcionamento prejudicado. Eu penso que não dá para a gente... Já que já teve esse retorno, que a gente estava aguardando, já teve esse retorno negativo, mas que não tem mais outro recurso. Não adianta a gente tentar lidar com isso administrativamente, aqui internamente, porque não tem mais recurso internamente, administrativamente. E é uma situação muito séria, eu acho que a gente precisa sim resolver. Só colocando aqui o acordo com o encaminhamento que a Patrícia deu para a questão. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Luanda, obrigada. A próxima inscrita é a Conselheira Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Olá, estão me ouvindo? Oi? **PRESIDENTE INTERINA:** Sandra seu microfone está fechado. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** O microfone está fechado? Vocês estão me ouvindo? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Estamos ouvindo, Sandra, pode falar. **GABRIELE, SEDESE:** Sim. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Ah está bem. Obrigada, Luanda. É porque minha internet hoje está com problema. Acho que por causa da chuva que deu aqui, acabou complicando um pouco. Desculpa também ter entrado, eu estava tentando entrar e também com muita dificuldade, mas é só para mim entender, então a contratação do secretário executivo não vai ser possível. E qual foi a justificativa, a justificativa é o período eleitoral? Patrícia, você pode me responder? **MARIANA, SEDESE:** Posso falar? **PRESIDENTE INTERINA:** Eu vou pedir

para a Mariana responder. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Pode, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Então, gente, não tem nada a ver com o período eleitoral não. O estado está no limite prudencial de despesas com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse limite de despesas com pessoal é apurado quadrimestralmente. Todas as vagas abertas depois de maio desse ano, não estão sendo recompostas, então todas as pessoas que se desligaram, não só da Sedese, do estado – seja efetivo, concursado, recrutamento amplo – quando a pessoa sai, a gente não consegue colocar outra no lugar porque a Lei de Responsabilidade Fiscal fala que somente serviços essenciais e aí na lei, se vocês olharem, vou abrir aqui, é o artigo 22 da LRF, fala que serviço essencial é saúde, educação e segurança pública. Quando o estado está no limite prudencial de despesas com pessoal, não consegue repor as suas vagas. Quando elas acontecem, que no caso é isso que a gente está falando desde o início. Além da Consolação, a gente tem movimentação de servidores no estado, as pessoas saem por diversos motivos, pede exoneração, pede para sair porque mudou de órgão, enfim. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Aposenta... Entendi. Não, Mariana, eu pedi para explicar porque eu não estava na sala de reunião quando você falou. Eu estava tentando entrar. **MARIANA, SEDESE:** Está bem. Não, tudo bem. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Aí, por isso que eu pedi que repetisse, por favor. **MARIANA, SEDESE:** Está no artigo 22 da RLF, inciso IV. É provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título. Ressalvada a reposição de aposentadoria ou falecimento, de educação, saúde e segurança. A lei só entende educação, saúde e segurança como serviços essenciais. Isso é uma discussão que já aconteceu – eu já vi, não sei se outras pessoas aqui também já tiveram a oportunidade de participar – isso é um assunto que não é novo, o fato de que a assistência social não é considerada um serviço essencial, mesmo no contexto de pandemia. E aí, o que a Sedese fez foi solicitar uma autorização, uma interpretação, um entendimento da Advocacia Geral do Estado, o fato de que a Sedese e a assistência social, especialmente tem sido muito demandada no contexto de enfrentamento da pandemia, e isso também demonstraria que nós somos serviços essenciais. Mas, eles entendem que não, que não é possível e, principalmente no contexto de pandemia, a única possibilidade seria de contratação para o enfrentamento da pandemia. Então essa que é a situação. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Patrícia, posso concluir? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Agora eu entendi e sou favorável a proposta da Patrícia. Eu entendo o seguinte, que mesmo não sendo serviço essencial, nós temos uma funcionária como Secretária Executiva, a legislação do Suas preconiza que é preciso que se equipe, a Secretária Executiva do conselho de assistência social. Então eu vejo que a presença dessa figura de secretária executiva é essencial para o funcionamento do conselho, em qualquer instância. E mesmo que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o estado já está no limite, então isso é questão de gestão. Foi questão de gestão e não cabe a nós

discutir isso aí, mas cabe ao conselho, ao controle social do estado discutir essa questão da recomposição da vaga da secretária executiva do conselho. Eu acho que, não vou entrar no mérito do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque eu tenho uma leitura muito crítica a respeito disso, em qualquer instância, então eu não vou entrar nisso aqui porque também não é o caso. Eu gostaria de reforçar a proposta da Patrícia de acionar o Ministério Público sim, em relação a essa questão da Secretaria Executiva. Porque senão, o que é que vai acontecer? O presidente vai ficar fazendo papel de secretário executivo, ou então a equipe técnica da secretaria, do conselho vai ficar fazendo também esse papel e não recebendo por ele. E eu sou a favor do trabalhador, eu acho que o trabalhador tem que ser remunerado diante das funções que exerce. É nesse sentido que eu gostaria de colocar. Muito Obrigada.

**PRESIDENTE INTERINA:** Muito obrigada pela fala, Sandra. Obrigada também, Mariana, por explicar bem essa resposta. Quando a Mariana fala de Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite prudencial, eu não posso deixar de lembrar de uma citação do município de Nova Lima, em 2015, em que chegou a vias de fato de exonerar mais de 200 servidores concursados em estágio probatório. A gente vivenciou essa situação, teve muito apoio da Sedese, da assessoria jurídica da Sedese, a Assembleia Legislativa chegou a fazer uma reunião, uma audiência pública lá no município de Nova Lima, a gente discutiu isso na conferência estadual, na conferência nacional, fizemos moção, enfim. E também acionamos o Ministério Público, mesmo com o limite prudencial extrapolado também acionamos o Ministério Público. Desculpa, gente, eu até me emocionou lembrando de toda essa militância e acabei me perdendo aqui nas inscrições. Desculpa, que eu cortei a fala do próximo inscrito, é o Élerson.

**ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Boa tarde, acho que depois da fala da Sandra a coisa sempre fica mais fácil, mas eu queria manifestar aqui minha discordância um pouco com essa interpretação que foi dada. Eu acho que são interpretações, primeiro que eu vejo que é uma reposição, não vejo isso como despesa extra, até porque eu vejo várias outras pessoas – não sei até se foi esse ano, há pouco tempo atrás a gente estava discutindo orçamento e parte do orçamento foi para pessoas que foram contratadas. Além dos servidores efetivos, tem muitas pessoas contratadas dentro da Sedese, ou dentro do governo, são esses contratos mais simples. Eu acho que reduz um pouco esses contratos mais simples e contrata servidor efetivo para a Secretaria Executiva. Eu acho que tem muita coisa sendo feita, mesmo nessa ação emergencial, que tem passado pelo CEAS, por esse conselho, tem passado pela assistência social. Olha quantas coisas que a gente está deliberando, então eu acho que é possível sim sentar para conversar e discutir essa interpretação que tem sido dada. E eu também gostaria de fazer a defesa desse encaminhamento, porque se falou em Ministério Público as vezes a gente fica “não é, não é...”, como se o Ministério Público fosse o juízo. O Ministério Público não é um juiz não, gente. Ministério Público é um órgão público fiscalizador, que analisa as questões. Eu não acho que a gente tem que ficar em uma interpretação, ainda

mais quando ela vai contra algo que todos nós consensuados aqui que é essencial. É consenso que a Secretaria Executiva precisa de uma pessoa, acho que é consenso. A gente não pode simplesmente: “Ah, eles deram uma interpretação e disse que é não, e a lei disse que é não”. É isso? Será que é isso? Vamos encaminhar para o MP, o Ministério Público vai analisar, se for procedente, vai indeferir o nosso pedido. Agora, se for procedente, vai sinalizar e vai notificar. Eu não sei porque não é uma questão, eu até entendo a colocação, mas eu acho que é sim porque a coisa não é consensual, a gente está pleiteando uma coisa e está recebendo uma resposta negativa que, para mim, não cabe. Acho que a gente deveria encaminhar. E aí, Patrícia, acho que a gente tem que pensar bem qual promotoria que a gente encaminha. Não é para a promotora que sempre atua conosco não, eu acho que o Ministério Público é dividido em promotorias e cada promotoria discute um assunto específico. Eu acho que a gente tem que analisar esse assunto, qual promotoria seria responsável, e mandar para esse promotor. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Élerson, obrigada pelas suas colocações. A próxima inscrição é da Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Gente, eu entendo também tudo que vocês estão colocando e acho que a secretária também entende e sabe, tanto que a gente tentou e solicitou, mas a gente não tem conseguido êxito nisso, como eu disse, não só no caso da Secretaria Executiva. Mas eu queria reforçar também, até para a forma com que esse encaminhamento vai ser tirado aqui, porque a Secretaria Executiva existe e funciona. E, atualmente, com sete pessoas, então não se trata de não ter Secretaria Executiva. Nós temos sim, pessoas, técnicos, servidores, a maioria efetivos e que alguns, salvo engano, tem ainda função gratificada, ocupam cargo de recrutamento amplo, e a Secretaria Executiva funciona, não deixou de funcionar em momento nenhum e nem o conselho deixou de funcionar por causa disso. Agora, se vocês entenderem que o melhor encaminhamento é oficial o Ministério Público, não tem problema. Se houver uma judicialização, uma ação judicial, o estado vai responder, a AGE vai pontuar exatamente isso, além da questão do limite das despesas com pessoal, o fato de que em momento nenhum as atividades deixaram de acontecer e o órgão continua funcionando. Então é mais no sentido de esclarecer, registrar e verificar como é que esse encaminhamento vai ser dado aqui, se todos estiverem de acordo com isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Mariana. O Aloísio está se inscrevendo. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Boa tarde a todos. Eu acredito que seja importante a reflexão em torno desse tema, porque é essencial a garantia do pleno funcionamento dessa instância de controle de exercício de democracia e, principalmente, construção do Sistema Único de Assistência Social, o que nós estamos assistindo é um descaso que acontece com a assistência social, em todos os aspectos, não inerente ao atual governo. O objetivo aqui não é apontar o dedo, mas é nós percebermos a profundidade que se tem quando um documento é expedido, por um órgão jurídico consultivo do estado, que infelizmente não traz no hall, como a própria Mariana, a subsecretária trouxe, que a assistência social não é garantida como

serviço essencial. Isso traz uma reflexão de que, realmente, nós somos ainda uma política subalterna a diversas situações e nós precisamos mudar essa realidade de uma vez por todas. Porque todos os enfrentamentos que nós temos aqui, nós sempre ficamos de mãos e pés atados diante dessas dificuldades jurídicas em detrimento de não sermos reconhecidos como uma política essencial, principalmente na atualidade, esse é um ponto. Outro ponto, que aí eu peço a licença para a gente trazer um pouco de pragmatismo também para a solução, eu concordo de oficial o Ministério Público, por não concordar com a atual situação. E acredito também que seria fundamental uma consulta, por parte da Sedese, ao Tribunal de Contas do Estado, eu peço até desculpas pois eu não sei se é ao Tribunal de Contas do Estado que vocês recorrem a essa consulta. Se vocês puderem até me esclarecer, porque eu não sei, a gente está muito acostumando com as tratativas dos municípios, mas é no seguinte sentido, marcar importância da assistência social devido a todo esse problema, a atual situação complexa que nós enfrentamos. Pessoal, perdão, minha conexão caiu. Vocês estão me ouvindo? **PRESIDENTE INTERINA:** Aloísio, para mim está muito picado a sua fala. Eu quero até retornar para ver se entendi as propostas de encaminhamento. Não entendi se você fez uma proposta de encaminhamento de oficial a Sedese... Você me ouve, Aloísio? **ALOÍSIO, COGEMAS:** É, oficial a Sedese para que ela faça uma consulta, além da sua proposta... Estou te escutando, você está me ouvindo também, Patrícia? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, agora eu estou te ouvindo melhor. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Está me ouvindo? Ah está bem, a minha conexão também não está boa. A proposta que eu faço, é além da sua proposta, que a gente oficiasse a Sedese também para formalizar uma consulta ao Tribunal de... Eu não sei se o Tribunal de Contas seria o órgão consultivo para um caso desse, mas ele... Nos municípios a gente faz essa consulta, a gente formaliza uma consulta. Por ter sido citado a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu acho que seria importante ouvir do Tribunal de Contas porque existe um decreto presidencial que estabelece que o atual momento que nós vivemos, a assistência social é considerada serviço essencial. Por se tratar de uma função inerente a Política de Assistência Social, eu acho que deveria ser revista essa decisão do órgão que foi consultado pela Sedese, porque é fundamental que nós continuemos em pleno funcionamento e execução dos nossos serviços, dada a gravidade da situação em que nós temos que deliberar situações complexas, que envolvem repasse para entidades socioassistenciais e também, inclusive os próprios usuários da Política de Assistência Social, que estão recebendo recursos que foram deliberados por esse conselho. Então nós garantirmos o pleno funcionamento do conselho é fundamental. E a Secretaria Executiva é essencial. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Aloísio, obrigada. A Secretaria Executiva foi digitando: "oficiar a Sedese para que faça uma consulta ao Tribunal de Contas". A gente conseguiu pegar sua proposta de encaminhamento. Obrigada, conselheiro. A próxima inscrição é do Irajá. **IRAJÁ, APOINME:** Oi, Patrícia? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, Irajá,

pode falar. **IRAJÁ, APOINME:** Não, é falar um pouco... Uma boa tarde a todos, porque também minha internet está péssima, toda hora caindo e quase não estou ouvindo vocês. Sempre está dando picada, tipo falhando e eu não estou entendendo muito. Eu vou falar um pouco na fala da Mariana, que ela fala, em relação, que o trabalho não parou. Mas assim, Mariana, eu até concordo com você que o trabalho não parou, mas supercarregou esses funcionários que estão. Eles realmente mudaram todo o modo de trabalhar, superlotaram de serviço e triplicaram os trabalhos. Acho que isso também, qualquer ser humano sobrecarregado não trabalha com eficiência. Então eu estou com a proposta da Patrícia, de notificar o MP, acho que é necessário ter uma secretária executiva que no CEAS. Às vezes, a gente manda e essas pessoas sobrecarregadas de serviço não respondem, às vezes algumas dúvidas que a gente tem. Eu estou com você, Patrícia, na proposta para fazer o encaminhamento. Acho que tem que ser feito, não pode deixar de fazer, para ver se dá uma melhorada nesse trem. **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, continua na reunião? **PRESIDENTE INTERINA:** Oi, eu estava falando com o microfone fechado. Eu ia passar a palavra para a Gabriele. E eu estava dizendo que, enquanto a Gabriele abria o microfone, que eu ia ler o comentário no *chat*, da Sandra. De que a função da secretária executiva é tão fundamental que nos demonstrativos, estadual e federal, é solicitado o nome e dados da pessoa que exerce o cargo de secretário executivo. Gabi, por favor. **GABRIELE, SEDESE:** Mais uma vez só reforçando, eu respeito muito esse posicionamento, entendo completamente, mas temos algumas discordâncias com levar isso externamente ao Ministério Público, como eu já mencionei, não vou repetir. Mas, só trazendo de informação, quando a gente recebe, foi ontem ou anteontem, recebe esse retorno da Cofin – eu não sei se vocês se recordam – a gente passou esse ofício que foi da Sedese para a Cofin, passamos ele aqui e projetou na reunião. Ele não falava exclusivamente do cargo do CEAS, ele falava de vários cargos que a Sedese perdeu. E aí a Cofin negou todos. Eu e Mariana até conversamos, ontem, da necessidade de a gente refazer esse pleito a Cofin, então só para dizer para vocês que internamente a gente continua trabalhando, eu até comecei a minutar uma justificativa, falando da importância do cargo de secretário executivo. Vamos anexar a nota técnica da Consolação, que eu acho que nesse pedido não foi anexado, então só para também dizer que a gente não parou só porque recebeu o não. Estamos tentando fazer uma consulta específica sobre esse cargo, que é um DAD-6 na verdade, não conseguimos ainda delegar uma pessoa para responder pela Secretaria Executiva, porque o que pauta, na verdade, é um cargo chamado DA-6. Só para tranquilizar e dizer isso, que a gente não parou com esse não e continua tentando essa terceira consulta com a Cofin. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada pelo retorno, Gabi. Você é ótima. Deixa eu te falar, tomara que, caso o CEAS aprove essa proposta de encaminhamento, que quando o Ministério Público oficial a Sedese ou o estado solicitando uma resposta a respeito, você já tenha uma resposta positiva. Eu estou lendo aqui

as postagens no *chat*, eu li a da Sandra, vou ler da Mariana. Mariana colocou que temos oito pessoas na Secretaria Executiva e, com a chegada da Jeane, teremos nove. Eu até respondi que a lei e o decreto não falam apenas dos cargos de técnico e administrativo, que está explícito o cargo de secretário executivo. E até uma sugestão, que o secretário executivo seja dado a alguma técnica que já trabalha na Secretaria Executiva. O aumento do gasto será pequeno e não haverá necessidade de contratação. A Luanda destaca que entende que a função secretário executivo é o cerne da questão, que não é viável que as trabalhadoras técnicas cumpram a função que vai além das suas atribuições. Isso pode incorrer até em um processo futuramente, não é, gente? É muito complicada a situação nesse sentido, como diz a Luanda. A última inscrição é da Mariana. Podemos encerrar as inscrições na fala da Mariana, para já passar para os encaminhamentos? Mariana, por favor. **MARIANA, SEDESE:** Eu gostaria só de... Eu estava vendo no *chat* o que vocês escreveram, primeiro é isso, falar que não estamos falando do não funcionamento. A secretária executiva está funcionando, o que a gente não consegue é a nomeação nesse cargo que foi da Consolação. Esse cargo, hoje, está bloqueado. A Seplag trata dessa forma. É uma vaga que foi bloqueada. O que a gente pode fazer é, dentre os atuais servidores da Secretaria Executiva, designar a função, atribuir a função de secretário executivo para uma dessas pessoas. Aí eu vou falar para vocês que eu acho isso super interessante e viável de ser feito, mas eu preciso me reunir com a Secretaria Executiva, com todas as pessoas, os atuais servidores para saber qual deles que poderia fazer a designação da função. Porque a designação da função de secretário, é isso... E eu ia fazer um outro comentário, a proposta era da Paula, mas a Paula não aceitou. Quando eu entrei, o Jaime estava de saída, eu cheguei a conversar com a Paula, logo na sequência e ela falou que não aceitaria e que ela queria continuar como técnica. Eu preciso ver, dentre esses outros servidores que compõem hoje a equipe do CEAS, qual deles que pode estar designando a função de secretário executivo. Como eu disse aqui, alguns até tem os cargos de recrutamento amplo, funções gratificadas, seria assim, teríamos que fazer uma adequação na atribuição, função que eles exercem. Então isso aí eu preciso conversar com eles. Não seria aqui na plenária, seria com a equipe de servidores. **PRESIDENTE INTERINA:** Mariana, eu não entendi a sua proposta. Então seria passar o cargo, de secretário executivo para algum técnico que já exerce, com respectivo aumento salarial. Tudo direitinho? **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, o cargo que foi da Consolação... Acho que é está acontecendo uma confusão aqui do que é função, atribuição e cargo. O cargo que foi da Consolação, ela saiu, o cargo está bloqueado. As pessoas que estão hoje na Secretaria Executiva, alguns são efetivos e já possuem cargos de recrutamento amplo ou função gratificada, eu não sei te falar agora qual, mas eu vou conversar com eles, olho no RH, e o que eu estou falando seria fazer a designação de função de secretário executivo. Eu não tenho cargos para além do que eles já têm, é isso que eu estou colocando desde o início. O cargo, dentro do estado tem símbolos,

códigos e equivalências salarial, de função e atribuição. O secretário executivo tem uma atribuição, seria designar alguém para responder por essa atribuição. Por essa função, atribuir a função. Acho que esse é o termo correto. Deu para entender? **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigado pela explicação, Mariana. Eu estava achando que era dar o cargo, eu entendi errado... **MARIANA, SEDESE:** O cargo, gente, nós não temos o cargo. Esse é o problema desde o início. **PRESIDENTE INTERINA:** Só finalizando. É, só para ficar claro, porque para mim não ficou, talvez outros conselheiros possam ter ficado com a mesma dúvida que eu. Então para deixar claro. A proposta, que parece que a Paula não aceitou, foi de que daria para ela a função de secretária executiva, mas não daria o salário. **MARIANA, SEDESE:** O cargo que foi da Consolação... E outra coisa, esse cargo, gente, ele não é padronizado no estado. Eu não sei, hoje, por exemplo, outras secretarias executivas de outros conselhos, quais os cargos que eles ocupam. Eu não sei te falar, a gente pode fazer uma pesquisa para, inclusive traçar esse comparativo aqui. Eu vou fazer isso de qualquer forma, eu acho importante, verificar em outras secretarias executivas, quais os cargos que estão disponíveis. Até para gente ver se os cargos da Sedese estão tão discrepantes assim, para dar essa explicação aqui que eu estou colocando para vocês. Estou tentando ler as mensagens. **PRESIDENTE INTERINA:** Entendi, Mariana. Como a gente entrou em uma outra proposta, que seria de passar essa função para algum técnico, aí a gente reiniciou uma outra discussão, não é? Com isso, a gente tem a inscrição de quem aqui? **MARIANA, SEDESE:** É a Luanda e o Élerson. **PRESIDENTE INTERINA:** A primeira é da Sandra. **MARIANA, SEDESE:** Eu acho que a Luanda e o Élerson falaram aí. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu acho que a Sandra inscreveu. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Sandra inscreveu primeiro. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Ok, posso falar? **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu quero esclarecer que eu não estou fazendo nenhuma confusão. Eu entendi claramente a discussão desde o início, eu entendo claramente que a Consolação tinha um cargo e o cargo dela não está sendo possível. Agora também eu entendo que recompor a Secretaria Executiva, inclusive com essa figura de secretário executivo, também é uma função da gestão. É uma função do estado, é do governo essa discussão aí. A gente pode e devemos, como trabalhadores, dizer que a gente espera que a Sedese, a Subas, não acumule função em cima dos técnicos porque isso é ruim porque o técnico vai estar sobrecarregado e recebendo por um valor único que é do salário dele. Não sei se é por aí. Eu penso que se for solicitar que algum técnico desenvolva essa função, é importante que também se discuta essa questão salarial. Isso é uma observação, porque eu não quero entrar no mérito do que é dever do estado e o que seria nosso, mas fica como uma observação e recomendação porque é trabalhador, e o trabalhador tem que ser valorizado dentro daquele serviço que ele presta. Se vai colocar mais funções para ele, com certeza a gratificação dele teria que ser até maior. É só isso que eu gostaria de fazer essa observação.

**PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Sandra. Vou passar para a próxima inscrição, que é da Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu acho que assim, a Sandra contemplou muito o que eu queria dizer. De momentos em momentos a gente recebe, na comissão de política, várias denúncias de precarização do trabalho, do trabalhador, da trabalhadora da assistência e nós precisamos olhar também para as trabalhadoras que estão aqui com a gente no CEAS, que são trabalhadoras do Suas também. Enquanto representante do Fórum Estadual de Trabalhadores do Suas, eu faço essa observação e eu gostaria de lembrar, rapidamente, um pouquinho desse histórico de precarização do trabalho que já vem ocorrendo no CEAS, que não é de hoje. Tivemos uma história, quando eu entrei no CEAS em 2017, tinha um quadro de Secretaria Executiva que foi reduzido e que já fez ter um acúmulo de função, por exemplo no cargo da Consolação, que antigamente não fazia o acompanhamento de comissão e teve que fazer, duplicar esse trabalho. E aí, agora, ao invés de a gente criar uma solução que vá superar essa situação, eu estou vendo que a proposta foi de retornar a uma situação também de precarização. Uma situação que a gente precisa vencer, nós precisamos avançar, não dá para continuar mantendo essa situação de precarização. Então, de entender que nós temos funções, acho que isso ficou muito nítido na fala da Mariana, mas nós estamos com um problema que é a falta da secretária executiva e não da Secretaria Executiva. E a falta da secretária executiva tem sim implicado em problemas nos fluxos de trabalho dentro do conselho. Nós estamos vivendo algumas situações, inclusive discutimos na mesa diretora, que eu vejo que são por falta desse direcionamento que a Secretaria Executiva faz e que a Consolação fazia muito bem. Não dá para colocar essa função para as técnicas da Secretaria Executiva, se elas também forem executar a função de técnica. Vai acumular uma função aí e a gente vai seguir nessa situação de precarização. Eu penso que a gente deve retornar ao primeiro encaminhamento e realizar a votação de quem concorda ou não de mandar para o Ministério Público. E, se a gente tem duas propostas, a gente vota as duas propostas. É isso.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Luanda, obrigada. O Élerson comentou no *chat* que está entendendo esse impasse e o ponto a ser consultado no Ministério Público é justamente os argumentos para o bloqueio do cargo. O trabalhador precisa da atribuição e do cargo. A Claudinha fez uma inscrição... Na fala da Claudinha, os conselheiros, por favor, se inscrevam para finalizar as inscrições na fala dela e aí a gente coloca as propostas de encaminhamento em votação, pode ser assim? Claudinha, por favor. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bom, gente, é só por causa do histórico, que como eu já estou no conselho, no estado há muito tempo, é só uma lembrança aqui que eu tenho. Essa questão de ocupar o cargo da Secretaria Executiva, nós também temos isso, por exemplo, a gente é um técnico e as vezes faz um tanto de atribuição. A gente nem tem cargo, mas respondemos por uma coordenação. Isso acontece muito. Por exemplo, no caso da Consolação, enquanto eu era diretora – as diretoras da época na Subas, a gente tinha o DAD-6, a Consolação tinha o quatro. Então isso aí foi um momento em que

conseguiu um DAD-6, na época, para Consolação. Não quer dizer que a secretária executiva não possa ser um servidor do conselho e tenha um DAD-4 ou um GTE, essa vinculação que está fazendo não existe. É igual vocês bem colocaram, é importante que a pessoa tenha a função juntamente com o cargo e tudo, mas não é sempre assim que acontece. Cargo comissionado, função, DAD, é dado para cargos de confiança. É dado para aquelas pessoas que já trabalham e executam e, muitas vezes, em um trabalho que desenvolve receber aquilo por merecimento. Então vincular: “ah, a pessoa não pode ser secretária executiva porque ela tem DAD-6”, isso não existe porque a Consolação, volto a repetir, a gente era diretor, tinha o seis e a Consolação tinha o quatro. É só porque a gente está indo também para uma discussão muito administrativa e colocar o Ministério Público, questão operacional que a gente pode resolver entre a gente. A manifestação é livre, só que eu acho que pegar um documento e mandar uma manifestação para o Ministério Público que a gente está sem secretário executivo no conselho? Não sei se é essa proposta e se cabe isso, mas cargo em comissão é dado para servidor em condição de confiança, e mérito pelo trabalho. Eu acho que na falta de um, até que seja resolvido, tem que ter outro. É para a gente avaliar bem. É claro que ter o cargo é o mérito, é importante sim, mas isso, a destinação de uma secretária executiva, de um servidor que já está na equipe, não tem que ser necessariamente vinculado a um cargo não. Obrigada. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Claudinha. Passando para os encaminhamentos, eu não estou enxergando muito bem a tela, deixa eu virar minha tela. Desculpa, gente. Não estou conseguindo ler o primeiro. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, só registrando que, acho que a Paula digitou, que o cargo de secretário executivo, na verdade, não existe cargo na lógica dos símbolos, dos cargos do estado. Existe a designação da função e é disso que eu estou falando. Ela escreveu ali que a designação da função de secretário executivo seja dada a um técnico que já trabalha, foi isso que eu coloquei aí no *chat*, essa que foi a minha proposta. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu até pedi para abrir essa tela para eu ver se o que você colocou no *chat*, estava contemplado na tela. Então sugestão de acionar o MP, oficial a Sedese para que ela faça uma consulta ao Tribunal de Contas em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal e a importância da Política de Assistência Social, frente as dificuldades sociais pelas quais passa a população, que é a proposta do Aloísio. E aí, a proposta da Mariana, que é a designação de secretário executivo seja dada a alguma técnica que já trabalha na Secretaria Executiva. Deixa eu ver se tem outra inscrição no *chat*. **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, eu gostaria que a minha última fala fosse registrada também. Sobre uma consulta específica sobre a função de secretário executivo à Cofin. **PRESIDENTE INTERINA:** Está bem, eu vou chegar lá, ainda estou na da Mariana. A Mariana colocou no *chat* que ela gostaria que a Paula registrasse os encaminhamentos que ela falou: Pesquisar os cargos das secretarias executivas de outros conselhos estaduais. E o outro: discutir, com os servidores da Secretaria Executiva, a designação da função de secretário executivo. Eu

não estou na tela para ver se a Paula já está digitando, mas de repente ela pode copiar no *chat* e colocar lá na tela. Chegando na proposta da Gabriela para o registro como encaminhamento: realização de nova consulta da Sedese à Cofin, especifica para o cargo ou função de secretário executivo. Aí Gabi, se você quiser explicar um pouquinho melhor essa proposta também, para ficar mais claro para o pessoal digitar. **GABRIELE, SEDESE:** Foi o que eu disse na minha última intervenção, que a consulta que a Sedese fez à Cofin foi de vários cargos, entre eles o de secretário executivo. Então que a gente qualificasse essa consulta, fizesse uma específica sobre a função de secretário executivo, incluindo aquela nota técnica que a Consolação fez, a gente anexa ao processo para ver se a gente tem uma resposta, inclusive a gente pode colocar a questão do reconhecimento da assistência como serviço essencial em função da pandemia. Mas, aí como também a Mariana já explicou, eles estão considerando é o que está na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição, então só saúde, educação e segurança pública, mas eu acho que essa consulta específica pode ter um resultado melhor que a anterior. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Gabriele. Eu não estou enxergando muito bem se a secretaria executiva conseguiu pegar a sua proposta. Deixa eu ver, consulta específica sobre o secretário executivo no Cofin, incluindo a nota técnica já elaborada. **MARIANA, SEDESE:** Eu queria acrescentar, é Cofin e a AGE, viu? Patrícia, Paula e Gabi também, porque a Cofin é uma coisa e a AGE é outra e, na verdade, são os dois órgãos que vão manifestar para a autorização. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Lembrando que a gente encerrou as inscrições na fala da Claudinha, estou vendo aqui que, depois da Claudinha, a gente já tem mais duas inscrições. Como já estamos nas propostas de encaminhamento, seriam inscrições para propostas de encaminhamento ou para discussão? Se for proposta de encaminhamento, aí o próximo inscrito é o Silvestre. **SILVESTRE, SEF/MG:** Patrícia, eu já estou já contemplado pela fala da Claudinha. Ela falou o que eu precisava falar e, como o assunto já encerrou, eu já coloquei no *chat* que eu concordo com ela. Obrigado. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Silvestre. Joana, você está inscrita para proposta de encaminhamento? **JOANA, SEDESE:** Não, era só sobre uma proposta de encaminhamento, que era do TCE, Patrícia, mas a Gabriele já contemplou na fala dela. Era exatamente sobre isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal, é porque assim, são pareceres que, na verdade, a gente tem padrões, desde várias gestões a gente sempre esteve acima do limite prudencial, não é só nesse ano, desde 2015 estamos vivendo isso. E é constitucionalmente e pela Lei de Responsabilidade Fiscal somente é excepcionada a possibilidade da contratação de pessoal para segurança pública, saúde e educação. Então a gente não tem amparo legal, quando falam que não é política essencial, ela é para fins de outras legislações, para fins de... **PRESIDENTE INTERINA:** Mas, o Joana, você tem alguma proposta de encaminhamento ou seria só discussão sobre a temática? **JOANA, SEDESE:** Não. Era só eu falar isso mesmo, Patrícia. Era só complementar o que a Gabriele tinha falado,

mas é porque eu não vi você encerrando as inscrições não. Desculpa. **PRESIDENTE INTERINA:** Está bem. Não, é só para a gente ficar atento para não se estender demais. Eu já tinha encerrado na fala da Claudinha, mas abri para você e para o Silvestre porque eu achei que era proposta de encaminhamento. Mariana, Gabriele, Aloísio, quem fez proposta de encaminhamento, está contemplado na tela? Vou ler de novo. Sugestão de acionar o MP; oficiar a Sedese para que ela faça uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal e a importância da Política de Assistência Social frente as dificuldades sociais pelas quais passam a população; que a designação de secretário executivo seja dada a algum técnico que já trabalha na Secretaria Executiva. Esse aqui era minha, mas aí pode até tirar porque eu falei foi pensando em dar o cargo, porque só dar o trabalho e não dar o cargo, eu não proponho isso não. Sou representante dos trabalhadores, aí pode tirar esse que eu coloquei no *chat*, por favor; Gabriele: consulta específica sobre o secretário executivo no Cofin e AGE, incluir nota técnica já elaborada; Mariana: consulta sobre os cargos e remuneração em outros setores, até mesmo para ter o comparativo. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, não, é só para acrescentar. Essa proposta de designação do secretário executivo para os técnicos que hoje estão na equipe, é uma das propostas que eu dei. Eu dei duas. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah sim, então troca o nome e coloca Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Isso, ok. **PRESIDENTE INTERINA:** Então, eu acho que nós já podemos entrar em regime de votação. Deixa eu ver no *chat* se vai precisar de chamar a tela. Uma deliberação não exclui a outra, então eu vou colocar uma por uma, nessa ordem mesmo. Então dar um tempinho aí para a Secretaria Executiva. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Patrícia, mas eu não estou vendo aqui na tela a proposta do MP. **PRESIDENTE INTERINA:** É a primeira, que está no meiozinho lá. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Ah está bem. **PRESIDENTE INTERINA:** É o que está no primeiro parágrafo, antes do tracinho de oficiar. Dá um *enter* antes de acionar o MP. Um *enter* e um tracinho também. A primeira sugestão é essa de acionar o MP, então eu vou pedir para passar para tela de votação. A proposta de encaminhamento é oficiar o Ministério Público informando de todos os tramites que já foram tomados pelo conselho, ofício para a Sedese, reunião com a Sedese, esse retorno do ofício que a gente teve na reunião passada, esse retorno que nós tivemos hoje da Mariana. Colocando alguns elementos que da nota técnica que a Consolação fez, antes de sair, que fala sobre as normativas estaduais, federais. E também colocando a Lei 12.262, que fala aí que tem que ter um secretário executivo e o decreto 44 mil e alguma coisa, que eu esqueci o nome agora. Essa é a proposta de encaminhamento, não é? Lembrando que esse encaminhamento para promotoria, como o Élerson falou, a gente vai analisar, aí no caso a Secretaria Executiva, caso aprovada essa proposta, que a Secretaria Executiva analise dentre as competências da promotoria e acredito que eu, enquanto presidente interina que vou assinar. Para conversar comigo também para a gente ver qual é a promotoria mais adequada

para o envio, no caso da proposta aprovada. Deixa aumentar a tela aqui para eu enxergar. A questão do MP, resumidamente, abrindo votação. Os votos do governo, Sedese, titular vacante. O primeiro voto da suplente Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Reprovo **PRESIDENTE INTERINA:** Cogemas, Aloísio. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Aprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Vilma, da Secretaria de Estado de Saúde. **VILMA, SES/MG:** Eu vou reprovar, não vejo necessidade. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Claudia Falabella, da Sedese. **CLÁUDIA, SEDESE:** Reprovo, não entendo ser matéria para a avaliação do Ministério Público. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Seapa eu acho que está sem ninguém, não é? Cynthia está, da Seapa? Tem um P ali. Eu não lembro, na parte da manhã, da Cynthia estar não. Nem no retorno do almoço. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Cynthia não está mais no conselho, ela já saiu da Seapa. **PRESIDENTE INTERINA:** Saiu um pezinho ali. Então, da Seapa, o João Bosco também não está. Ele justificou, nem tomou posse hoje. Então o próximo, da Fazenda, Silvestre. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu reprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Cmas BH, Sávio? Sávio, está online agora? Temos que pular o Sávio, depois me lembrem de retornar nele, por favor. Seplag, o João Victor está presente agora? De manhã estava o João Victor e de tarde eu vi que entrou a Luana. O titular, João Victor, me parece que não está presente. A Luana está postando no *chat* que reprova. CMAS Montes Claros, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Aprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Secretaria de Estado de Educação, Silvia. **SILVIA, SEE/MG:** Reprovo. Não vejo necessidade não, gente. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, passando então para votação da sociedade civil. Patrícia representando o CRESS, aprovo. Fórum municipal, a Dona Anédia está presente no momento? Eu vi que a Dona Anédia entrou pela manhã, só um pedacinho. Então suplente, é Irajá da APOINME, Irajá está presente no momento? **IRAJÁ, APOINME:** Estou sim. Eu aprovo, Patrícia. Irajá, da APOINME, sociedade civil, usuário, aprova. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Irajá. É CMAS Juiz de Fora, não foi empossado, não tem suplente. FASEMIG também não foi indicado. Éleron, da Cáritas Brasileira, suplente, como vota? **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Isaura, da Associação dos Quilombolas, não está presente. Jessica, do Movimento Nacional Pop. de Rua, ainda não foi empossada. João, da UNAPIR. Eu vi ele presente em um determinado momento, mas agora eu acho que ele não está, não é? Márcio Caldeira, ausente também, justificou férias. Lucas, conselho central, ausente. Movimento Graal do Brasil também ausente. Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas, Mayra. **MAYRA, FORTSUAS/SALINAS:** Aprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Natália da Federação das Apaes, ausente. Adra, Alisson ainda não foi nomeado. CMAS Campo Belo, Rosiane, como vota? **ROSIANE, CMAS CAMPO BELO:** Aprovo, Patrícia. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Retornando ao nome do Sávio, que foi chamado e no momento ele não estava. Sávio retornou? Eu estou vendo aqui, me parece que o Sávio não está online. Então eu solicito a Secretaria Executiva que faça a contagem

dos votos. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Paula, estava certa a contagem dos votos. Sete aprovam e seis reprovam. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. A Secretaria Executiva já finalizou a contagem? **GABRIELE, SEDESE:** É que a planilha está com soma automática, Patrícia, lá. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ah, desculpa, meu microfone estava fechado, gente. Eu estou falando aqui, mas está finalizado sim. São sete aprovações, seis reprovações e nenhuma abstenção. Foi aprovado. **PRESIDENTE INTERINA:** Está correto então, não teve nenhum erro na planilha não? **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Não teve não, está certinho. Eu que estava com o microfone desligado aqui. **PRESIDENTE INTERINA:** Ah sim, está ok. A proposta de encaminhamento para o Ministério Público foi aprovada. Passamos então para a próxima proposta de encaminhamento. Retorna lá na outra tela, por favor, para a gente lembrar qual que era. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** O segundo seria oficialiar a Sedese para que ela faça consulta ao Tribunal de Contas em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal e a importância da política social frente as dificuldades do momento, foi aquela questão do Aloísio. **PRESIDENTE INTERINA:** Então é a proposta de oficialiar a Sedese, recomendando consultar o Tribunal de Contas do Estado em relação a questão do limite prudencial, enfim, todas essas questões. Quando fazer a resolução, a gente resgata os termos corretos utilizados pelo Aloísio, mas eu acredito que a proposta de encaminhamento os conselheiros entenderam, que é de oficialiar a Sedese. Precisa de algum esclarecimento em relação a essa proposta de votação? Ou podemos seguir para votação? Deixa eu ver no chat. Não teve nenhuma manifestação, então em regime de votação. **GABRIELE, SEDESE:** Espera aí só um minutinho, Patrícia. Paula, você está apagando da planilha. Não é melhor fazer outra aba, para a gente ter esse registro aí? **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Eu salvei essa. **GABRIELE, SEDESE:** Ah, está bem. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Só estou limpando aqui para a gente agilizar. **PRESIDENTE INTERINA:** E qualquer coisa também, se precisar do registro, tem a gravação. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ok, já está aqui. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Então a votação, representantes de governo que aprovam o envio de ofício para a Sedese fazer uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado. Gabriele, pela Sedese. **GABRIELE, SEDESE:** Gente, vocês estão me ouvindo agora? Problema com meu microfone de novo. **PRESIDENTE INTERINA:** Oi, agora ouço. **GABRIELE, SEDESE:** Reprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Aloísio do Cogemas. O Aloísio votou no *chat*, ele disse que aprova a proposta dele. Secretaria de Estado da Saúde, Vilma. A Vilma não votou no *chat*, não é, gente? Claudia Falabella, Sedese. **CLÁUDIA, SEDESE:** Reprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Seapa não tem. Silvestre, Secretaria de Fazenda.

**SILVESTRE, SEF/MG:** Reprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Sávio conseguiu retornar? O Sávio estava querendo votar no grupo de conselheiros no WhatsApp, parece que ele caiu, não sei se ele conseguiu voltar. Se algum técnico aí, da secretaria administrativa, conseguir

fazer contato com ele para retornar a reunião, ou apoio técnico, não sei. Bom, o próximo é a Luana, da Seplag. Luana votou no *chat* também, reprova. Sandra, Cmas Montes Claros. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Secretária de Estado de Educação, Silvia. **SILVIA, SEE/MG:** Reprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Pela sociedade civil, Patrícia, CRESS, aprovo. Apoinme, Irajá. **IRAJÁ, APOINME:** Apoinme, Irajá, aprova. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Élerson, Cáritas Brasileira. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Sociedade civil está bem desfalcada, deixa eu achar mais um aqui. Mayra, Fórum Regional dos Trabalhadores. **MAYRA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. E Rosiane, CMAS Campo Belo. **ROSIANE, CMAS CAMPO BELO:** Aprovo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Secretaria Executiva fazendo a contagem de votos. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Então são sete pela aprovação e cinco pela reprovação. Deu aprovação, de novo. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Obrigada, Paula. Próxima proposta de encaminhamento... Saudades das reuniões presenciais que era só levantar o papelzinho. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Da Mariana podemos votar as duas juntas? Com tudo sobre os cargos ou faz separado? **PRESIDENTE INTERINA:** Se elas forem similares, que que você acha, Mariana? **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Vamos ver aqui, vamos voltar para a gente ver. **MARIANA, SEDESE:** Coloca fazendo o favor. A gente pode fazer uma redação, se for o caso, melhorar a redação para... **GABRIELE, SEDESE:** No meu encaminhamento, pode votar junto também, gente. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Pode, não é? **MARIANA, SEDESE:** Vocês que sabem. Por mim tudo bem. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Pronto. Espera aí que eu baguncei aqui, gente. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Paula, se você voltar lá na setinha, ele vai voltar ao normal. Isso. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Estou voltando, é porque acho que ele andou muito. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Você está tirando as fórmulas, vai lá para cima. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Isso. Eu estou lá em cima, Rosa. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Deu, agora deu. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ok. Podemos começar. Ok, Patrícia. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Só para eu entender qual que é a proposta, porque eu estou entendendo que são duas bem distintas. Eu acho que a gente deveria votar separado. **PRESIDENTE INTERINA:** Ficou assim, oficiar a Sedese... Não, porque ainda está aparecendo na tela do Tribunal de Contas. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Deixa eu voltar aqui de novo. Aqui tem uma assim: que designação do secretário executivo seja dada a algum técnico que já trabalha na Secretaria Executiva. E o outro, consulta sobre os cargos de secretário executivo e remuneração em outros setores, até mesmo para ter um comparativo. **PRESIDENTE INTERINA:** A conselheira Luanda está colocando aqui o entendimento que são distintas. Então, pelo pedido da conselheira, a gente pode deixar separado para ficar mais claro a votação, porque as vezes alguém pode querer votar a favor em uma e na outra não.

Eu acho melhor separar. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Vamos essa aqui que é: a designação de secretário executivo seja dada a algum técnico que já trabalha na Secretaria Executiva. **GABRIELE, SEDESE:** Eu posso pedir esclarecimento para votar, Patrícia? Mariana fez essa proposta aí, como uma proposta temporária, Mariana? Seria para resolver a curto prazo, não é? **MARIANA, SEDESE:** É, deixa eu abrir meu áudio. Então, na verdade, eu estava aqui pensando na hora que eu li a redação, que de qualquer forma eu vou conversar com os servidores porque eles são servidores da subsecretaria. Então eu fiquei pensando se isso é um caso de a plenária realmente aprovar ou reprovar, porque aí eu estou colocando, enquanto função de gestão dos servidores, eu vou fazer isso de qualquer forma. Eu vou retomar essa conversa com eles, então assim, se vocês entenderem que nem é necessário passar por aprovação, fica registrado como um encaminhamento da Sedese, da Subas. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Gabriele, foi esclarecido, a fala da Mariana esclareceu e como ela apresentou proposta de encaminhamento, me parece que ela está retirando a proposta, não é? **MARIANA, SEDESE:** Sim. **PRESIDENTE INTERINA:** Os conselheiros estão de acordo com a retirada dessa proposta de encaminhamento? Que há esse entendimento de que a própria gestão pode fazer isso, independente do posicionamento do CEAS. **MARIANA, SEDESE:** Exato. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. Deixa eu ver o *chat* todo. Ok, pode retirar essa proposta de encaminhamento. Ninguém se manifestou contrário. A próxima proposta de encaminhamento... **MARIANA, SEDESE:** Na verdade a outra, que também estava relacionada a essa, Patrícia, eu entendo da mesma forma. Eu possa fazer essa consulta e eu posso, inclusive trazer, porque eu acho que isso vai servir como subsídio para nossa discussão também. Então assim, da votação vocês podem retirar, se entenderem e concordarem, e eu deixo registrado como encaminhamento que a subsecretaria vai tomar. **GABRIELE, SEDESE:** Acho que o terceiro encaminhamento também, da mesma forma, como é uma consulta da Sedese ao Cofin, podemos tirar de votação também. **MARIANA, SEDESE:** Exato. **GABRIELE, SEDESE:** Entendi o ponto de vista da Mariana e concordo. **MARIANA, SEDESE:** Por mim, sim. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Então não temos mais votação. **PRESIDENTE INTERINA:** Acredito que não. Acho que os conselheiros entenderam. Se algum conselheiro tiver o entendimento contrário, se manifeste, por favor, mas eu acredito que ficou esse entendimento de que a Sedese pode realizar essa consulta a Cofin e a consulta aos cargos dos técnicos, da secretaria executiva, independente da deliberação do CEAS. Não tem nenhuma manifestação no *chat*, finalizada a votação a cerca desse ponto de pauta. Obrigada, Paula. É difícil ficar contabilizando os votos nessa tela aí, estou doida para pandemia acabar para gente voltar para o presencial, para só levantar o papelzinho. Vamos para o próximo ponto de pauta, que é a recomposição das comissões. Com a saída do Daniel do conselho estadual, ele estava na comissão de ética, então é necessário recompor com um representante da sociedade civil. Na

reunião do nosso seguimento, nós apresentamos o nome da Dona Anédia e a composição das comissões tem que ser referendada pela plenária, artigo 25, § 3º. Para a comissão de ética nós apresentamos o nome da Dona Anédia, para a composição da comissão eleitoral, a Dona Anédia e o Irajá já haviam se manifestado. E na reunião da sociedade civil, a gente tirou também mais um nome, que é o nome da Jéssica, que é a representante do Movimento Nacional da População de Rua. Com tudo, a Jéssica ainda não foi nomeada, esperávamos que a nomeação seria hoje, então nós não temos nenhum candidato da sociedade civil. A comissão eleitoral vai ser composta de, no mínimo três e, o máximo, cinco integrantes. Não é necessário paridade entre governo e sociedade civil, mas a princípio nós já temos dois nomes de conselheiros Anédia e o Irajá. A plenária tem que decidir em relação a indicação do governo e se aguarda a nomeação da Jéssica, no próximo mês, para compor essa comissão. Eu até queria abrir a fala para o governo apresentar os nomes para compor essa comissão, considerando que tem no mínimo três. Gabriele se inscreveu. Á vontade, Gabi.

**GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, eu lembro de uma plenária que a gente conversou sobre essa comissão e aí falamos até da necessidade de protagonismo da sociedade civil, tendo em vista que os cargos vacantes são da sociedade civil. Então assim, também fazer um informe, não sei se vocês acompanharam no grupo ontem, o governo não se reuniu, a gente acabou desmarcando a reunião em função da ausência do Presidente Cristiano. E também entendemos que essas pautas poderíamos resolver aqui. Aí, eu abro a palavra para os membros do governo, se alguém se interessa e tem a vontade de compor essa comissão eleitoral, que até então não chegamos a pensar em um nome. E, lembrando, que os cargos vacantes são da sociedade civil. **PRESIDENTE INTERINA:** Nós não tivemos nenhuma inscrição no *chat*, de nenhum conselheiro, além da Gabriele. Eu entendo que não tem nenhum candidato do governo para compor essa comissão. Eu gostaria de ver com a sociedade civil se mais algum conselheiro se candidata, ou se permanece esse indicativo do nome da Jéssica, aí a gente teria que esperar a nomeação dela e a próxima plenária para ela ser empossada e para poder sair a resolução da composição da comissão eleitoral. Vou verificar no *chat* se tem alguém da sociedade civil se candidatando. Bom, como no momento a sociedade civil também está... **LUANDA, FETSUAS/MG:** O Patrícia, eu queria só fazer uma ressalva... **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** quero registrar que essa dificuldade de recrutar pessoas, porque nós estamos extremamente desfalcados pela dificuldade de publicação, muitas alternâncias com outras coisas, então eu só queria ressaltar isso. **PRESIDENTE INTERINA:** Sim, Luanda, eu já ia falando isso também. Estamos com muitas vacâncias, principalmente de entidades. Então, por isso essa dificuldade de preenchimento, e são muitas comissões, na verdade, além das comissões temáticas. Como o mínimo era três, a gente tem dois nomes da sociedade civil, não vai poder dar prosseguimento com a composição da comissão eleitoral, fica como pauta para a próxima

plenária. Temos também a substituição de conselheiros representantes do Núcleo Estadual de Educação Permanente, o NEEP. A gente tinha a Ariadna, representante de entidades, e o Daniel também, representante de usuários. São quatro vagas para usuários, dois titulares e dois suplentes, ou seja, todos os usuários conselheiros já estão no NEEP. Como estamos com um usuário a menos, não tem como recompor agora. A Jéssica, na reunião da comissão civil, já tinha apresentado o nome para participar, então ficamos na mesma situação. As entidades gostariam de apresentar algum nome? Porque ontem não conseguimos discutir. O Élerson colocou no *chat* que pode colocar o nome dele, então a gente tem aí 4 vagas do NEEP, sendo quatro vagas para entidades no NEEP. O Élerson entra na vaga da Ariadna. Temos também a composição da comissão para acompanhamento dos recursos emergenciais, eu apelido de auxílio emergencial estadual para facilitar o entendimento. São cinco nomes, a sociedade civil indica o nome da Dona Anédia, do Irajá, da Isaura, da Patrícia e da Rosiane. Viu, que é muita comissão? E temos também um ponto para composição das comissões, que a gente teve uma alteração. Com a saída da Ariadna, que era coordenadora adjunta da comissão de política, a sociedade civil indica o nome do Conselheiro Élerson, que já está a mais de um mandato aí na comissão de política, e também com a saída do Daniel, que era coordenador adjunto da comissão de apoio, a sociedade civil indica o nome do Irajá como adjunto. Conselheiro Irajá também já está aí na comissão de apoio desde o mandato passado. Eu acho que a Secretaria Executiva conseguiu pegar todos os nomes. Não sei se tem alguma recomposição do governo para ser feita agora... Deixa eu ver no chat, não tem nenhuma inscrição. Lembrando, gente, que no artigo 25, § 3º, que fala das comissões temáticas, coloca que a composição das comissões temáticas e dos grupos de trabalho deverá ser definida pela plenária, preferencialmente paritária, devendo haver um coordenador e um adjunto escolhido entre seus membros. Eu queria registrar em ata também que a Mayra, que entrou agora, está entrando para a comissão de normas e a Rosiane, que também assumiu agora, está entrando para a comissão de orçamento. Considerando que o conselheiro Alisson, que também está para ser nomeado, também pediu para ir em normas, pensando em manter a paridade, eu vou retornar para a comissão de orçamento. Só para registrar em ata também essas alterações de comissões. Eu acho que a gente, se não tiver nenhuma inscrição, acho que pode colocar em votação essa composição das comissões todas. Como não teve nenhuma objeção, vou colocar daquela forma: os que concordam com os nomes, permaneçam como estão. Não havendo nenhuma inscrição no *chat*, podemos considerar aprovado esses nomes. Ok, muito bem, Irajá e Élerson, os novos coordenadores adjuntos das comissões de apoio e política. Vocês exercerão um bom trabalho dando continuidade a Ariadna e o Daniel, que farão falta ao CEAS. Podemos passar para o nosso próximo ponto de que são das comissões temáticas. Vou pedir ao Sávio, que é coordenador da comissão de apoio, não retornou, não é? E ontem teve reunião da comissão. Coordenador

adjunto, quem é? Coordenador adjunto é o Irajá. Irajá, Paula, também que é a técnica de apoio da comissão, vocês gostariam de fazer o relato? Tem uma súmula? **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Patrícia, Irajá, se você quiser falar tudo bem, senão eu falo aqui. Bom, eu vou falando aqui. Se você conseguir se manifestar, tudo bem. Patrícia, nós não trouxemos uma pauta. O que o Sávio colocou ontem na comissão é que teria uma fala que ele queria manifestar na plenária, mas na ausência dele, acho que nós vamos deixar para depois porque era uma fala bem específica, que ele queria fazer aqui durante a plenária. Ele queria falar, inclusive em relação ao quórum das reuniões, então era uma questão que ele mesmo queria colocar, eu vou deixar para um outro momento que ele mesmo esteja presente. Está bem? Queria até, como uma sugestão para inclusão de regimentos, essas questões, mas ficou para ele trazer essa fala específica. Na ausência dele, nós hoje vamos deixar para a próxima.

**PRESIDENTE INTERINA:** O Irajá disse no *chat* que a Paula podia falar. Paula já trouxe esse informe da comissão de apoio. Bom, ontem foi um dia atípico, a comissão de política, o coordenador Cristiano justificou a ausência, o Élerson assumiu ontem como coordenador adjunto, sendo formalizado agora, mas a técnica da comissão de política, Adelmira, estava de férias. Então a comissão não tinha nenhuma pauta. Eu queria que o Élerson desse o retorno da comissão, se houve reunião, se houve alguma discussão. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Patrícia, só um instantinho, eu esqueci de uma coisa. O Sávio me falou isso ontem, eu estava esquecendo de registrar. Ele teria uma reunião hoje, de 14 até as 15, então ele falou mesmo que teria que se ausentar, era uma reunião muito importante, que ele está tratando da questão dessa... Tem uma previsão de chuva torrencial para esse final de semana, em Belo Horizonte, então há um risco muito grande, a defesa civil está alertando para essas ameaças de termos problemas na região metropolitana, porque é uma chuva bem forte que está prevista. Como ele está na frente desse trabalho, ele teria que estar nessa reunião, mas voltaria depois das 15. Pode ser que ele chegue daqui a pouco. Está bem, gente? Só porque senão, eu me esqueci mesmo de registrar isso aqui, o motivo da ausência dele, momentânea.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Paula. Obrigada. Se o Sávio voltar e ainda estiver nessa pauta, de repente a gente ainda consegue que ele faça o registro. O Élerson colocou no *chat* que não teve reunião da comissão de política, acredito que em função desses contratemplos que eu já citei. Se o Élerson não se inscreve para fala, eu vou passar para próxima comissão. É comissão de normas. O Márcio Caldeiras é coordenador, está de férias, mas participou ontem. A Gabriele é coordenadora adjunta, tem algum informe para trazer? **GABRIELE, SEDESE:** Não, a gente não trouxe nenhum ponto para deliberação da plenária. Discutimos algumas questões operacionais, sobre Regimento Interno, a pauta e o planejamento da comissão, mas a gente não trouxe nada para deliberação da plenária, não. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Gabriele. Isso que eu queria ter falado, ponto para deliberação. A próxima comissão, de orçamento. A Natália, coordenadora, justificou a ausência. A coordenadora

adjunta, Claudia Falabella tem algum ponto para deliberação para apresentar a plenária?

**MARIANA, SEDESE:** Na comissão de orçamento foi o que nós já discutimos hoje sobre PPAG, Patrícia.

**CLÁUDIA, SEDESE:** Isso. É isso que eu ia dizer, Patrícia, que eu demorei para abrir o microfone.

**PRESIDENTE INTERINA:** Então teve reunião, não é, Claudinha, mas o ponto para deliberação já foi tratado, que foi o do PPAG.

**CLÁUDIA, SEDESE:** Isso.

**PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Claudinha. Obrigada, Mariana. Nós passamos já pela pauta das comissões temáticas. Teve inclusão de pauta, da Conselheira Sandra, um retorno sobre a reunião do Conselho Estadual de Saúde.

**LUANDA, FETSUAS/MG:** Patrícia, eu só queria passar a comissão de monitoramento, que como não é uma comissão perene, mas a gente fez um trabalho em agosto e estamos com uma previsão de uma reunião na semana que vem, aí eu acho que tem que passar pela plenária, não é, para aprovar?

**PRESIDENTE INTERINA:** Nossa, bem lembrado, viu? A Secretaria Executiva até me chamou a atenção porque antes, na parte dos trabalhos da manhã teve uma proposta de encaminhamento de ter uma reunião da comissão de orçamento, para poder tratar do PPAG, que foi na terça feira, 27.

Só que eu não coloquei em votação porque eu achei que reunião não tinha que colocar, mas a Secretaria Executiva me lembrou que reunião extraordinária tem que colocar em deliberação. Então é aquela proposta de encaminhamento para discutir a questão do PPAG, uma reunião da comissão de orçamento, terça feira, dia 27, pela manhã, até para ir preenchendo também o pleito lá no formulário e tal. Lembrando que ficam convidados também os demais conselheiros que queiram participar da reunião, porque as reuniões das comissões são abertas e com direito a voz para os conselheiros.

**LUANDA, FETSUAS/MG:** E aí nesse ponto, eu queria ver também como ficam as reuniões da comissão de monitoramento, que ela não está como comissão temática e perene. E aí, como que a gente organiza esse fluxo, porque nunca vai dar para fazer reunião da comissão de monitoramento concomitante as reuniões de comissão, não é? Só para a gente ver também. Já está agendada, agendou internamente, na quinta-feira que vem, no período da tarde.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Luanda, então a gente pode colocar os dois pontos em votação juntos. Da comissão de orçamento, dia 27, aí a sugestão da coordenadora, a Natália, foi dia 27 pela manhã. E da comissão de monitoramento das deliberações da conferência, na quinta-feira, 29?

**LUANDA, FETSUAS/MG:** Isso, quinta feira, 29, no período da tarde.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok. No período da tarde. Luanda, só lembrando que a comissão de monitoramento das deliberações da conferência é uma comissão temática também. Está aqui no artigo 25, § 7º: “as comissões temáticas são...” Aí a comissão de monitoramento está no inciso V. É porque no CEAS a gente nunca tratou como uma comissão temática, tanto que nunca fez parte da mesa diretora, não é? Esse ano que começou a ter essa leitura de que é uma comissão temática sim.

**LUANDA, FETSUAS/MG:** Isso. Ah, então ótimo. Está bem.

**PRESIDENTE INTERINA:** Mas, aí é ruim que a reunião sempre vai ter que ser separada, não

pode ser na tarde da quinta feira, anterior a plenária, por exemplo. Então vou colocar em votação a realização dessas reuniões extraordinárias. Os conselheiros que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Gente eu não resisto a essa brincadeira, desculpa. Final de reunião pode, não é? Não tem nenhum conselheiro que se inscreveu no chat, então os conselheiros que são favoráveis... Fiquei sem graça agora. As reuniões extraordinárias das comissões de orçamento e de monitoramento das deliberações da conferência foram aprovadas. Obrigado, Luanda, pela lembrança da questão do agendamento, da deliberação das reuniões. Passando para o último ponto do dia, a inclusão é da Conselheira Sandra em relação ao retorno da reunião do Conselho Estadual de Saúde. Primeiramente, queria te agradecer, viu Sandra? Pela participação, nos representando junto ao Conselho Estadual de Saúde e a fala é sua. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Na verdade, foi uma reunião da Comissão Estadual de Gestão Psiquiátrica, que é uma comissão que está dentro do Conselho Estadual de Saúde. Eles então solicitaram a presença de um representante do CEAS, foi uma discussão bem tensa, a princípio, sabe? Porque eles estão querendo discutir a questão das comunidades terapêuticas e essa questão de estarem acolhendo crianças e adolescentes. E aí eu vou estar passar para vocês porque no dia, imediatamente terminada a reunião eu fiz um relato no zap, para o Cristiano, e aí eu vou colocar aqui o que eu escrevi na época para ele. A reunião foi no dia 6 de outubro e eles pautaram o seguinte: como o CEAS está lidando com a questão das crianças e adolescentes nas comunidades terapêuticas? Eles pontuaram sobre o financiamento das comunidades terapêuticas, que a saúde mental entende que recursos públicos devem ser investidos em políticas públicas e que essas comunidades tem caráter privado, não trabalham com a redução de danos e tem um viés extremamente religioso, e eles têm percebido que essas comunidades, como não tem achado muito espaço na saúde, estão migrando para o Suas. Que eles receberam o Conselho de Saúde, e essa comissão está fazendo os acompanhamentos das denúncias, então eles receberam denúncia de comunidades terapêuticas com violação de direitos. Na reunião, eles fizeram um relato que eu fiquei extremamente chocada com as questões que eles pontuaram de uma visita, de uma inspeção que eles chamam de sessão, que eles fizeram em uma comunidade terapêutica onde ocorreu encaminhamentos de adolescentes encaminhados por técnicos da assistência social. Esses adolescentes juntos com adultos – eu não lembro mais a data, depois vou procurar aqui e mandar para vocês. Acho que foi até a Paulinha que encaminhou para mim essas informações, ou foi a Adelmira – que hoje tem uma legislação que prevê essa questão de os adolescentes serem colocados em unidades terapêuticas junto com adultos. Mas, não quer dizer que porque está aí, que nós temos que aceitar. E eles pontuaram várias situações, dessa questão da inspeção que eles fizeram... Deixa só eu achar aqui. A inspeção que eles fizeram, além da questão da violação de direitos, eles fizeram até um encaminhamento para a Comissão de Direitos Humanos, porque encontraram crianças, adultos machucados. Parece

que níveis de agressão, não só psicológicos, mas físicos também, e chega a ser uma questão bem real. Então, diante da discussão que eles queriam entender como que o CEAS tem discutido essas questões, e eu, particularmente, nas reuniões do CEAS nós nunca trouxemos essa questão como pauta da reunião, então eu fiz uma proposta de que ia trazer para o CEAS essa questão, de uma reunião nossa em que essa comissão pudesse participar. Lá tem um pessoal muito militante dessa área, que eles pudessem participar e fazer essa discussão conosco. A gente iniciar, talvez, um diálogo com eles, inclusive, por exemplo, se há essa prerrogativa de que a assistência e o nosso agrupamento pode encaminhar crianças e adolescentes para esse serviço, então penso que a gente tem que pensar como que nós vamos trabalhar no monitoramento disso aí, na fiscalização disso, enquanto controle social. Também não tem clareza se vamos concordar com essa legislação. A princípio eu, Sandra, não concordo, mas temos que discutir melhor isso daí. Então fiz a proposta que eles viessem na reunião do conselho, que eu ia colocar isso para o CEAS, para que pudessem participar e a gente iniciar o diálogo nesse sentido. É isso. Eu tinha até sugerido para o Cris que ele colocasse isso na reunião da mesa diretora, que, quem sabe, pudesse entrar nessa reunião de hoje, que não foi possível. Mas aí fica a proposta de trazermos a comissão e abrir um espaço para ouvi-los, assim como eles queria nos ouvir, traze-los para ouvir, conversar e chegarmos em um diálogo sobre isso daí. Porque se estão acontecendo níveis de agressão, tanto física quanto psicológica, esse público também é o público da assistência. Precisa entender como que vamos lidar com essa situação. E aí eles pontuaram também uma questão que eu fiquei muito preocupada, o governo federal ele abriu, para as comunidades terapêuticas, a possibilidade de abrigamento de pessoas em situação de rua, dependentes de álcool e droga. Aí o repasse financeiro vai ser *per capita*, por pessoa para essas comunidades. Então assim, é uma outra questão extremamente seria, como que as comunidades terapêuticas vão lidar com essa realidade e como nós vamos, porque a pessoa em situação de rua, e usuários fazem parte do nosso público, como também nós vamos lidar com isso de forma que os direitos não sejam violados, não é? Então é isso. Se tiver alguma pergunta, eu estou para responder e fica a proposta para trazê-los, para iniciarmos um diálogo. Obrigada.

**PRESIDENTE INTERINA:** Muito obrigada, viu Sandra? Por trazer essas questões para a nossa reunião. Realmente as vezes ficamos muito no bê-á-bá nas coisas que a gente sempre faz, e acaba que algumas novidades, digamos assim, a gente não acompanha e não está pautando nas comissões. Não tem nenhum conselheiro inscrito aqui. Eu queria confirmar, Sandra, se você acha interessante convida-los para uma reunião da comissão de política primeiro e, depois, trazer para plenária ou trazer para plenária direto. A Luanda, que é até da comissão de política, se inscreveu. A palavra é sua, Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Sandra, importantíssima essa pauta. Eu, por outros caminhos, também venho acompanhando e no meu cotidiano de trabalho estamos lidando com esse problema do encaminhamento,

inclusive as vezes por parte do próprio judiciário, ou do sistema de garantia de direitos, conselho tutelar, enviando adolescentes para comunidades terapêuticas. Enquanto técnica, eu percebo que é muito nítido que isso não funciona. Os adolescentes vão, ficam oito, nove meses fora da escola, fora do convívio familiar e comunitário, retornam e voltam a fazer o uso abusivo da mesma forma. A gente tem relatos, inclusive de adolescentes que vão para dentro das comunidades terapêuticas e usam lá dentro. Eles continuam fazendo uso abusivo das drogas. E aí eu penso que é uma questão que a Política de Assistência tem que se ater sim, principalmente porque isso já está sendo pautado sem discussão, no nível de governo federal. Eu recebi também, hoje, com muita revolta, espanto, a notícia de acolhimento compulsório da população em situação de rua nas clínicas e comunidades terapêuticas. É um assunto muito sério, que a gente precisa pautar com certeza. Eu penso que é algo que pode começar a ser pautado na comissão de política e a gente trazer para a discussão no CEAS. Eu penso que, talvez, seja também um assunto que requer um esforço maior de entender, discutir, de puxar, talvez, uma roda de conversa sobre o assunto, uma discussão mais ampliada mesmo para a gente poder qualificar o debate, mas que é muito importante que o CEAS assuma como pauta. **PRESIDENTE INTERINA:** Obrigada, Luanda. Você tocou em um ponto interessante, roda de conversa. Ano passado e nos outros anos a gente fez tantas, não é? Realmente é uma temática que envolve não só a saúde, como a assistência e o próprio Conselho Estadual do Direito da Criança e Adolescente. Eu e a Gabi até nos inscrevemos para falar em relação a isso. Não sei se a Gabriele quer fazer alguma fala ou se ela retirou a inscrição. **GABRIELE, SEDESE:** Não, Patrícia, eu me senti contemplada com o que você falou no *chat*. A minha dúvida era essa, Sandra. Primeiro, parabenizar a Sandra pelo relato. Eu acho que a gente até precisa criar esse hábito, sempre que estiver representando o conselho em algum espaço, sempre trazer as discussões importantes para a plenária. Muito obrigada, Sandra. E queria só esclarecer se Cedca esteve nessa reunião, foi chamado, se o Conselho de Saúde está pensando em chamar o Cedca ou se você não viu nenhum movimento nesse sentido, porque, como a Patrícia mencionou aí, eu acho importante. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Não, Gabriele e todos os conselheiros, não. O Cedca não estava presente, também não vi nenhum movimento nesse sentido de trazê-los nessa discussão não, mas nada implica que a gente não faça isso, não é? Nós podemos muito bem abrir o espaço da reunião do CEAS para discutir e convidar o Cedca, inclusive o Cristiano no dia, a gente conversou bastante no zap, e ele questionou para mim se a subsecretaria de políticas sobre drogas participou da reunião, porque não me parece que essa questão das comunidades terapêuticas também está ligada a subsecretaria de políticas sobre drogas. Não, eles também não estavam. Penso assim, aqui agora analisando, que eles queriam essa discussão mesmo com a assistência porque foram muito enfáticos quando eles diziam que os profissionais nossos, os profissionais, os trabalhadores do Suas, dos encaminhamentos é que estão fazendo esses

encaminhamentos para as comunidades terapêuticas. Então qual era a posição nossa, enquanto CEAS, diante dessa situação, diante dessa realidade, desses encaminhamentos. Mas assim, eu entendo que, posso talvez ampliar ou, talvez, em um primeiro momento, vamos chamá-los para poder ouvi-los, o Conselho de Saúde e a comissão, e em outro momento penso que podemos ampliar essa discussão. Lembro que o Cristiano colocava para mim, aqui na discussão, que é de fato uma pressão muito grande que as vezes, eles, lá na subsecretaria, recebem essas demandas do município querendo algumas informações e ele então também dizia da importância de, talvez, envolver a questão do Ministério Público nessa questão da garantia... envolver o sistema de justiça de garantia de direitos, quando da questão do envolvimento de crianças e adolescente. Bom, mas é isso. Aí eu penso que é uma pauta importante, teríamos que discutir como que nós vamos lidar com essa pauta, como vamos trazer essa discussão da comissão de política, traze-los para uma conversa, envolver o Cedca talvez, envolver o sistema de garantia de direitos como um todo. É isso.

**PRESIDENTE INTERINA:** Ok, Sandra, obrigada. A Rosiane do Cmas Campo Belo, postou no *chat* que tem uma bagagem de três anos de trabalhos em uma comunidade terapêutica e que as vezes andam em círculos, quanto a população de rua, e que ela não concorda com os adolescentes em comunidades terapêuticas. Ela acha bacana a ideia de roda de conversa, e que as vezes ela pode contribuir com a atuação dela. Como proposta de encaminhamento, o que eu estou pensando aqui – lembrando também dessa portaria que saiu ontem, até compartilhei agora há pouco no *chat* e lá no grupo de conselheiros – em relação a comunidade terapêutica e para pessoas em situação de rua. O que eu pensei é, de repente, fazer uma reunião extraordinária da comissão de política e chamar o Conselho de Estado de Saúde, o Conselho de Estado da Criança e Adolescente e o Conselho de Estado de Direitos Humanos, tem? Tem um conselho de direitos humanos estadual, não tem? Eu acho que trata mais essas questões das Pop de rua também. E aí, de repente, fazer essa reunião da comissão de política, discutir a temática das comunidades terapêuticas, a interface com o Suas, e aí propor, tentar iniciar uma sistematização de uma roda de conversa para a gente ampliar o debate em relação a isso com mais atores, enfim. É mais ou menos por aí que eu estou pensando. E aí a Rosiane, com essa experiencia dela, se quiser participar também dessa reunião da comissão de política. Eu gosto sempre de lembrar que as reuniões das comissões são abertas, então a Rosiane entrou para a comissão de orçamento, mas pode participar da pauta de outras comissões, na de política, por exemplo, porque essa temática interessou. Eu estou vendo no *chat* que não tem nenhum inscrito, mais algum conselheiro gostaria de fazer alguma contribuição em relação a essa proposta de encaminhamento, tentar acrescentar, aprimorar a proposta? Os conselheiros estão muito quietinhos hoje, talvez em função da feijoada. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Não, Patrícia, eu, a princípio tinha pensado que talvez o CEAS como um todo pudesse se inteirar dessa discussão, sabe? Eu sei

que a comissão de política é o espaço para isso, por ser uma discussão, para mim, nova. É a primeira vez, em pauta, essa questão no CEAS. Pelo menos no tempo em que eu estou, enquanto conselheira, e olha que eu já devo ter um tempinho como conselheira. Estou no segundo mandato. Então, por isso eu penso que, talvez, essa discussão pudesse ser mais ampliada para todos os conselheiros. Nem que seja uma reunião extraordinária, algo que fosse aberto para que todos participasse e pudessem ter conhecimento. **PRESIDENTE INTERINA:** Entendi, Sandra. Quando eu falo sobre a comissão de política e a mesa de conversa... Esqueci o nome que a gente costuma utilizar... Roda de conversa. Foi pensar em uma roda de conversa abrangendo todos os conselheiros, não apenas do CEAS, como dos outros conselhos que tratam dessa temática também, mas eu estou entendendo sua proposta de ser uma coisa mais próxima já. Em vez de ter essa reunião da comissão de política, já ter uma reunião para tratar dessa temática, o que também não influiria na realização da roda de conversa. Eu queria ouvir a opinião dos conselheiros da comissão de política, se tem mais alguma proposta, de repente a gente formatando, caminhando para uma proposta única. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Patrícia, eu acho que a proposta da Sandra, não exclui, é complementar mesmo, então talvez a gente... Eu estou entendendo que talvez seja mais rápido e mais assertivo pautar como pauta de plenária mesmo, que estou entendendo que é isso, ou de comissão conjunta para discutir o tema. Que é isso que a Sandra falou, ampliar mais o debate por ser um assunto mais sério e um assunto novo, é importante essa ampla participação. Então, talvez, ser um assunto de comissão conjunta ou um assunto da próxima plenária, e aí a gente tirar aqui quem organizaria a roda de conversa, chamaria os convidados e tal. A minha ideia inicial era para que fosse para comissão de política, para a comissão de política pesasse a roda de conversa, mas a gente pode também fazer esse outro caminho que a Sandra sugere, que eu acredito que é válido por ter mesmo que ampliar o debate. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu estou pensando aqui, estou em dúvida de como formular essa proposta de encaminhamento porque elas convergem, mas ao mesmo tempo são duas assim. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu acho, Patrícia, que a gente inicia fazendo uma roda de conversa, que aí a gente puxa o tema e puxa o debate e, após a roda de conversa, a gente delibera como vai encaminhar. Acho que a primeira coisa é fazer esse momento de discussão sobre o tema, para a gente se apropriar, para entender que caminhos podemos seguir. Então, talvez, o encaminhamento seja já na próxima plenária ter um momento, um espaço para discutir esse tema, com convidados externos, com participação de outros conselhos para poder, após essa discussão, após essa roda que nós vamos ter, encaminhar seja o que for. Ou a comissão de política terminar as tratativa, ou o próprio conselho. **PRESIDENTE INTERINA:** Ok, eu acho que pode ser assim. Quando eu falo também de ir para comissão de política, foi no sentido de... Eu pensei que a comissão de política organizaria essa roda de conversa, mas eu acho que dá para ser dessa forma mesmo porque aí, eu acho que a roda

de conversa acontecendo antes, seria mais nesse modelo que a Sandra fala, de ser uma plenária extraordinária, uma coisa mais ampla. Sandra, o que você acha da proposta como a Luanda colocou? Estou vendo no *chat* agora que a Sandra colocou, isso. Isso. Então, como proposta de encaminhamento, a gente teria a realização de uma roda de conversa que seria um horário específico da reunião. Às vezes a gente tem reuniões ordinárias e dentro a gente tem roda de conversa, a gente já trabalhou dessa forma. E aí a comissão de política que organizaria isso? Aí ficaria sobre responsabilidade da técnica Adelmira, por exemplo. Uma coisa que a gente teria que pensar também são nos nomes, eu não sei se isso já teria que ser deliberado na plenária agora. Conto com a ajuda de vocês, dos conselheiros de forma geral e a Secretaria Executiva, para pensar como seria essa organização. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu penso assim, a comissão de política fica responsável por organizar. Já apareceu indicativos aí de público, não é? De convidados. A comissão do Conselho de Saúde, na verdade, o Cedca, talvez aí o pessoal dos direitos humanos. A Mariana colocou aí que tem uma coordenação de política de população de rua, então já tem uns indicativos de grupos, de pessoas para serem convocados. Talvez o pessoal da política antidrogas, não sei, talvez eles também pudessem participar porque passa por eles também essa discussão. Parece que hoje eles estão lotados no ministério da Damares, não é? E do estado está onde, está na Sedese? Mariana? **PRESIDENTE INTERINA:** A Mariana falou que está sem microfone, ela colocou uma sigla aqui é, Subdh na Sedese. Deve ser subsecretaria de Direitos Humanos, que está dentro da Sedese sim. Então, de repente, seria interessante chamar esses atores também para uma roda de conversa ampliada. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Aí a minha dúvida... **PRESIDENTE INTERINA:** Sim. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Desculpa, Patrícia. A minha dúvida é só se daria tempo de fazer isso para a plenária de novembro? Ou se seria para a plenária de fevereiro, não é? Porque dezembro não tem. **PRESIDENTE INTERINA:** Dezembro tem. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Tem? Ah sim, porque até a comissão de política se reunir para formular isso, eu penso que vai ser só em dezembro, não é? **PRESIDENTE INTERINA:** O Élerson colocou no chat que talvez fosse interessante chamar o Fórum Mineiro de Saúde Mental também. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Com certeza. **PRESIDENTE INTERINA:** Bem, eu acredito que talvez a comissão de política tenha que começar a organizar essa roda de conversa, e trazer para a plenária... O ruim é que também é uma pauta urgente também, demorar para a plenária de dezembro pode ficar complicado, mas então estou entendendo que a proposta é organizar, aí traz o nome dos palestrantes, o formato na plenária de novembro e aí realiza em dezembro. Seria isso? A Sandra, eu acho que quer falar. Pode ficar à vontade, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu porque eu não vejo... Desculpa, gente, é porque eu não vejo assim... Não é tão complicado uma roda de conversa não, eu acho que nós assinalamos aqui quem são os atores para participar. A comissão de política tem que sentar e organizar, inclusive assim,

quem vai encaminhar os convites é a Secretaria Executiva do CEAS. Eu penso que as vezes a gente demora muito com as discussões, pensa em uma reunião, planeja na outra, executa daí umas duas reuniões lá pela frente... Porque assim, o tema já está pautado e, na verdade, não é nem um tema. É um tema problema. O Conselho de Saúde trouxe para nós um problema seríssimo e que eu, particularmente, não vejo que tem tanta questão assim não. Inclusive eles estão esperando o nosso retorno para esse convite, para essa conversa. Então não sei quais são as questões, talvez por problemas de agendas, pessoal, de cada um, não consiga fazer. Obrigada, gente. **PRESIDENTE INTERINA:** Concordo com a Sandra em relação a essa questão da demora, as vezes a gente acaba perdendo o *time*. Aí eu queria ver com a comissão de política se seria possível tentar o planejamento... A Secretaria Executiva sabe quando ao Adelmira volta de férias? Porque eu acho que isso influencia também. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Ela volta breve, porque ela pegou só 10 dias na verdade. **PRESIDENTE INTERINA:** Entendi. **PAULA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Então só tem mais uma semana de férias. **PRESIDENTE INTERINA:** Então, Élerson, coordenador adjunto da comissão de política, Luanda, demais participantes aí, conselheiros da comissão de política, vocês acham que seria viável iniciar a organização dessa roda de conversa para o mês de novembro? **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Eu estou entendendo que nós vamos chamar, seria mais fácil chamar para uma conversa, para esses atores. O pessoal do Fórum Mineiro de Saúde Mental é muito acessível, vão se interessar muito pela temática. Agora, esses outros atores, ainda mais servidores, eu não sei como é em relação a agenda, mas eu acho possível sim. Eu acho possível e até urgente, não é? Eu acho que tem que ser mesmo, agora no início. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Sim, senão a gente perde o *time*. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Eu não vejo dificuldade muito nesse sentido, não. Agora, eu acho que é muito nesse sentido, eu acho que foi bacana essa conversa aí com a fala da Sandra, no sentido de puxar uma conversa com a Secretaria de Saúde, o Fórum Mineiro de Saúde Mental... Eu acho que a política antidrogas pode entrar, desde que não seja um viés muito da segurança e tal, acho que esses atores que você colocou aí estão bem bacanas. Vamos colocar aí primeira quinzena de novembro, aí depois, na comissão de política, a gente fecha uma data e eu sinalizo no conselho. **PRESIDENTE INTERINA:** Eu pensei de a gente fazer junto da plenária, que a gente já teve... **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Ah, entendi. **PRESIDENTE INTERINA:** A gente já teve roda de conversa, que foi uma parte da plenária. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Sei, mas, olha, se a gente estiver esse tema, com todos esses atores, vai ter que ser uma manhã para essa roda de conversa e a parte da tarde para a plenária. E aí a reunião das comissões, por exemplo... **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Patrícia, eu lembro que a comissão de política já fez uma roda de conversa dessa no CEAS, mas foi em uma quinta feira, antes da plenária. Não foi em um foi no mesmo dia da plenária, foi um dia antes, igual o Élerson falou. Ela estende muito, aí a roda de conversa que a

comissão de política já fez, uma vez, foi em uma quinta-feira, antes da plenária, no horário das comissões conjuntas. **PRESIDENTE INTERINA:** Entendi. Era isso mesmo, eu estava me confundindo, na data próxima. **ROSA, SEC. EXECUTIVA CEAS:** Isso. **PRESIDENTE INTERINA:** E também, como está online, talvez a gente consiga participar de mais dias, não precisa de tumultuar em um dia só. Quando era presencial que a gente tinha a maior dificuldade, até em função do pagamento das diárias, enfim. Então eu estou entendendo que a gente está convergindo para a proposta de que a comissão de política organize essa roda de conversa com diversos atores, em uma data a ser divulgada posteriormente, no mês de novembro. Ok? Podemos dar sequência no encaminhamento dessa forma, ou mais alguma sugestão? Sem inscrições no chat. O Élerson, nosso coordenador adjunto, deu ok. Vou colocar a proposta de encaminhamento em votação, a realização da roda de conversa, nos moldes que discutimos agora. Os conselheiros que concordam, permaneçam como estão. Os que discordam se manifestem no *chat*, por favor. Não temos nenhuma inscrição até o momento, então podemos considerar a proposta aprovada. Mais uma vez, Sandra, obrigada por ter trazido esse relato, essa pauta tão importante para o CEAS, que realmente merece nossa atenção. Bom, chegamos ao final da nossa pauta às 15h57. No Regimento Interno, nós temos aqui a ordem dos trabalhos da plenária, artigo oitavo fala que no final nós temos comunicados, franqueamento da palavra. Eu acho que a gente nunca fez isso porque nunca deu tempo, sempre terminamos a reunião depois das 18h. Se algum conselheiro quiser fazer algum comunicado, está franqueada a palavra aos conselheiros e demais participantes. Inscrições no *chat*. Pessoal está me mandando mensagem aqui, no WhatsApp, que eu não estou querendo terminar a reunião. Bom, já que não temos nenhuma inscrição, podemos encerrar nossa reunião antes das 16. Eu queria enrolar até as 16h para não falar que a gente correu, entendeu? Mariana falou: “ótima reunião”, também achei muito proveitosa. Queria cumprimentar a todos, desejar um bom fim de semana e até as nossas próximas reuniões. Tchau, tchau.

Nome	Representatividade	Assinatura
Aloísio Soares de Lima Junior	COGEMAS	
Cláudia Maria Bortot Falabella	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Damião Brás ( Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS de Belo Horizonte	
Elerson da Silva	Caritas Brasileira	
Gabriele Sabrina da	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social –	

Silva	SEDESE	
João Victor de Almeida Chaves	Secretaria de Estado de planejamento e Gestão - SEPLAG	
Luana Castro	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	
Luanda Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Maíra Bispo	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas.	
Marcio Alves Evangelista	CMAS de Itabira	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo	CMAS de Montes Claros	
Silvia Gracia Oliveira	Secretaria de Estado de Educação - SEE	
Silvestre Dias	Secretária de Estado da Fazenda - SEF	
Vilma Sá	Secretária de Estado de Saúde - SES	